Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura **Número: 94**

IV Sessão Legislativa **Horta, Quarta -feira, 23 de Fevereiro de 2000**

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 25 minutos)

Feita a leitura do expediente entrado na Mesa, procedeu-se de imediato ao período dedicado ao tratamento de **assuntos de interesse político relevante para a Região**, em que foram oradores, diversamente, os seguintes Srs. Deputados:

Vasco Cordeiro *(PS)*, Alvarino Pinheiro *(PP),* Fernando Menezes *(PS),* Victor Cruz *(PSD),* Duarte Freitas *(PSD),* Berta Cabral *(PSD),* Fernanda Mendes *(PS),* António Almeida *(PSD),* Carlos Fraga *(PS),* João Sampaio*(PS),* Madruga da Costa *(PSD),* Francisco Sousa *(PS),* Paulo Valadão *(PCP),* bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia, *Duarte Ponte,* e da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses.*

Terminado o PAOD, deu-se início à **ordem de trabalhos**, cujo primeiro ponto reporta-se à *Proposta de DLR "Alteração ao DLR nº 8/96/A, de 14 de Junho (SITRAA - Sistema de Incentivos ao Turismo na RAA)".*

Sobre o assunto mencionado em epígrafe, e após a apresentação do mesmo a cargo do Secretário Regional da tutela, *Duarte Ponte,* intervieram os Srs. Deputados Augusto

Élavai *(PS),* Paulo Valadão *(PCP),* Berta Cabral *(PSD),* Alvarino Pinheiro *(PP)*, Jorge Valadão *(PSD)* e Fernando Menezes *(PS).*

A Proposta em apreço foi aprovada por maioria, quer na generalidade, quer na especialidade, à excepção do Artº. 2º que foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao 2º ponto da ordem do dia, referente a um *Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a Proposta de Resolução "Educação Especial nos Açores"*, intervieram a Srª. Deputada Ana Carolina *(PSD),* a quem coube a apresentação do diploma e também o Sr. Deputado Paulo Valadão *(PCP).* O referido diploma foi aprovado por maioria.

No que concerne à discussão da Proposta de Resolução propriamente dita, iniciou novamente o debate a Srª. Deputada Ana Carolina *(PSD)*, que apresentou o dito diploma, tendo-lhe seguido os Srs. Deputados Paulo Valadão *(PCP),* Francisco Sousa *(PS),* Alvarino Pinheiro *(PP),* Aurélio da Fonseca *(PSD),* Fernanda Mendes *(PS),* José Manuel Bolieiro *(PSD),* Vasco Cordeiro *(PS),* Madruga da Costa *(PSD),* bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses.*

A Proposta de Resolução referente ao "Ensino Especial nos Açores" foi aprovada por maioria, tendo ainda proferido declarações de voto, a Srª. Deputada Ana Carolina *(PSD),* bem como os Srs. Deputados Francisco Sousa *(PS),* Paulo Valadão *(PCP)* e Alvarino Pinheiro *(PP).*

Seguidamente, foi discutido e votado um *Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão referente à Proposta de Resolução "Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário"*, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, não sem antes terem intervido a Srª. Deputada Ana Carolina *(PSD)* e o Sr. Deputado Paulo Valadão *(PCP).*

Assim sendo, e perante a unanimidade registada, procedeu-se de imediato ao debate da Proposta de Resolução relativa ao mesmo assunto, tendo a mesma sido aprovada por maioria. Para discutir este diploma, usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados:

Ana Carolina *(PSD),* Francisco Sousa *(PS),* Paulo Valadão *(PCP),* Aurélio da Fonseca *(PSD),* Alvarino Pinheiro *(PP)* e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses.*

Antes do términos dos trabalhos pelas 20 horas e 50 minutos, foi ainda aprovada por unanimidade uma *Proposta de Resolução*, oriunda da Mesa, *"Declarando findo o Período Legislativo de Fevereiro"*.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.
Peço o favor de ocuparem os vossos lugares, para procedermos à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:
Partido Socialista (PS)
António das Neves Lopes **Gomes**
António José Tavares de **Loura**
António Manuel da **Silva Melo**
Augusto António Rua **Élavai**
Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**
José **Élio Valadão** Ventura
José do **Nascimento Ávila**
João Luis Sanchez dos **Santos**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Alberto Romão **Madruga da Costa**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

José Ramos Aguiar

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

João Maria Fraga **Greves**

Nuno Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura do expediente entrado na Mesa.

Secretário *(José Ramos Aguiar):* Dos Grupos Parlamentares do PSD, PP e Representação Parlamentar do PCP, uma Proposta de Resolução sobre "Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário", acompanhada de Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Presidente: Feita a leitura do expediente entrado, vamos dar início ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Srs. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que a necessidade, ou sequer a utilidade, duma intervenção deste tipo foi um dos aspectos sobre os quais dispendi algum tempo de reflexão.

Porém, a decisão final de fazê-la foi tomada perante a consciência de que um comportamento de alheamento ou indiferença, seria também uma forma de pactuar com um discurso político manifestamente infeliz e visando mais do que duvidosos fins.

É um facto que a discussão e o confronto político admitem, como características inerentes à diversidade de opiniões e de posturas, um certo grau de conflitualidade.

Mas não é menos certo também, que, a admitir-se o princípio do vale tudo, estaremos condenados a assistir a posições como aquelas que esta intervenção visa repudiar.

Por outro lado, se a legitimidade a ter que ser condição necessária para uma intervenção deste tipo - coisa de que duvidamos – já estaria reunida na simples qualidade de açoriano, o arcar simultaneamente com responsabilidades políticas, mais do que aconselhar, impõe-se a necessidade destas breves notas.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aspectos há que, por serem essenciais à actual configuração do nosso sistema político-administrativo regional, não podem ficar de forma alguma no limbo das meias palavras, na inconsistência da crítica fácil e na demagogia do populismo bacoco.

Entende o CDS/PP, pela voz de um dos seus Vice-Presidentes, que a nossa autonomia é uma feira de vaidades, é uma autonomia despesista, porque adopta um modelo de organização descentralizado.

A pretensa elevação da perspectiva económica, ou economicista, a critério único, ou sequer principal, para a escolha de um determinado modelo de organização político-administrativa, nada augura de bom para a autonomia açoriana e deve constituir factor de preocupação para os açorianos.

Aquilo que nestas declarações vemos defendido pelo CDS/PP é que, a pretexto de reduzir despesa se deve centralizar política e administrativamente a nossa autonomia, se devem transferir para aquela que foi chamada pelo já referido Vice-Presidente de "capital do desenvolvimento" todos os serviços políticos e administrativos.

Com a inócua pretensão de reduzir despesa, põe-se em causa a solidariedade entre ilhas a pretexto do critério do mais barato; para reduzir despesas, apenas as ilhas mais produtivas - e segundo essa lógica - deveriam ser alvo de significativos investimentos públicos.

Tanto se quer reduzir, que aquilo que se faz é reduzir a Região Autónoma dos Açores e a sua autonomia à mera condição de uma qualquer empresa em que as ilhas se reduzem à condição de sucursais ou agências que, se não derem lucro, são encerradas.

Estas são declarações e uma postura que não podem passar em claro. Não podem passar em claro sem que manifestemos o nosso mais veemente repúdio por tamanha infelicidade discursiva.

Não se pode aceitar, não podemos aceitar, que o critério económico ou economicista prevaleça sobre a obrigação de, na medida das possibilidades, criar as condições para que todos os açorianos, de Stª. Maria ao Corvo, tenham iguais oportunidades de acesso a bens essenciais ao seu desenvolvimento económico, social e cultural.

Não podemos aceitar a leviandade com que se agitam fantasmas de egoísmo e individualismo exacerbados, pondo em causa a, mais do que necessária, imprescindível solidariedade entre as ilhas ditas maiores e as mais pequenas.

Não podemos aceitar a leviandade com que se põe em causa o desenvolvimento harmonioso e integrado das nove ilhas do arquipélago, através de argumentos que se podem reconduzir à simples e redutora análise dos custos financeiros.

É com preocupação que assistimos à chegada aos Açores, pela mão do PP, do tipo de discurso demagógico e populista que tem marcado presença noutras paragens. Casos bem mais graves de irresponsabilidade política começaram assim.

A cedência a esta tentação de criticar um modelo de descentralização político-administrativo apenas argumentando com critérios de custos, constitui uma visão redutora daquelas que devem ser as obrigações dos entes públicos para com aqueles que, muitas das vezes, são afectados por desvantagens naturais e, portanto, alheias à sua vontade.

Que me pode interessar a mim, enquanto açoriano, viver numa ilha bem desenvolvida economicamente, bem servida de infra-estruturas e equipamentos públicos se ao meu lado, e noutra ilha mais pequena, vejo concidadãos a viverem em situações de abandono e miséria em termos de investimento público?

Aqui e agora importa tornar claro que como açoriano, como micaelense, como socialista, não aceito nem posso aceitar este tipo de solução, a defesa deste tipo de solução de desenvolvimento para os Açores.

Meus senhores, esta acaba por ser uma tão estranha posição quanto julgava pacífica e unânime a aceitação da estratégia de considerar a Região como um todo, e não apenas como a soma de ilhas mais e de ilhas menos desenvolvidas.

Vemos porém, que estávamos enganados quando surgem declarações que classificam como vaidade a legítima aspiração duma ilha de ter perto de si um pólo de decisão política. Já basta o isolamento geográfico, dispensa-se outro conscientemente provocado.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por último a defesa feita, também pelo PP e pela voz do mesmo Vice-Presidente, de substituição da Assembleia Legislativa Regional por uma qualquer Comissão Permanente que teria a seu cargo todas as funções cometidas ao órgão máximo da autonomia e representativo de todos os açorianos, merece também o mais forte reparo e repúdio.

Não está aqui em causa uma proposta de redução do número de deputados, mas sim a proposta de remeter a um qualquer conselho de sábios, a uma meia dúzia de cabeças iluminadas, a representação dos interesses de todas as ilhas, de todos os açorianos.

Estamos perante uma verdadeira proposta de amputação daquele que é um dos fins mais dignos e nobres de entre os que são estatutariamente definidos à Assembleia Legislativa Regional: a representação de toda a Região.

É assim que, para além de politicamente demagógicas e populistas, as recentes posições do CDS/PP vão, se não na letra, pelo menos no espírito, contra princípios legalmente estabelecidos.

Aqui temos alguns dos desígnios que o PP reserva para a nossa Autonomia em ano de eleições regionais.

Curioso porém, é notar que estas recentes posições surgem numa altura em que, pela voz do mesmo Vice-Presidente, são formulados convites à recuperação da aliança entre PP e PSD.

Como é certo o convite, uma pergunta nesta fase e perante estas declarações, nos parece legítima e necessária:

Partilha o PSD desta visão de centralização político-administrativa? Aceita o PSD como válido o discurso demagógico e redutor de ver na Assembleia Legislativa Regional...

Deputada Berta Cabral *(PSD):* O PSD tem provas dadas!

O Orador: ... a mãe de todos os males? Reconhece a necessidade de a substituir por uma Comissão Permanente? Aceita o PSD como válido o primado do critério economicista na definição do modelo de descentralização político-administrativa da Região?

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Diga isso para ali para a sua bancada!

Deputado António MeneSes *(PSD):* Isso são perguntas que só revelam a sua ignorância!

O Orador: Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não está aqui em causa - meus senhores, não se enervem, eu só fiz perguntas, no máximo respondam-me - que julgamos importante deixar este aspecto bem clarificado, qualquer rejeição ou sequer limitação do direito de crítica ou de análise o mais isenta ou objectiva daqueles que são os defeitos e as virtudes do actual estado de coisas.

Reconhecemos, e julgamos necessário reflectir, sobre as deficiências, as falhas e os erros que o funcionamento dos órgãos de governo próprio naturalmente acarreta.

Aceitamos a discussão da eventual necessidade de racionalização de meios e optimização de recursos.

Até julgamos válidos exercícios de melhoramento global do nosso sistema político-administrativo!

O que não podemos aceitar é o conteúdo e o tom de serôdios D. Quixote de La Mancha que, com lanças feitas de discurso demagógico e montados num populismo bacoco, atacam em fúria descabida!

Isto quando a importância dos interesses em causa, como seja a solidariedade entre as ilhas, a representação de todos os açorianos e a dignidade das instituições autonómicas exige calma, reflexão e lucidez.

Disse!

Vozes dos deputados das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Não vêm umas palminhas daí?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro iniciou a sua intervenção, fiquei com a ideia - e como ele tinha reflectido muito e preocupou-se no intróito em dar conta do grande trabalho intelectual que tinha feito para decidir se ia fazer ou não esta intervenção...

(Risos dos deputados da bancada PSD)

... comecei a tomar as minhas notas e tinha razões para acreditar que se tratava de uma intervenção séria. Até porque o motivo que parecia estar na base desta intervenção, podia efectivamente justificar - **podia** - uma intervenção séria, por parte do Sr. Deputado.

Mas, não foi difícil apercebermo-nos de que, na verdade, os seus intuitos não eram sérios e algumas das designações que aqui utilizou relativamente a terceiras pessoas, assentam-lhe como uma luva!

Desde a demagogia, até às restantes afirmações que aqui proferiu.

Mas, porque há uma parte do discurso de V. Exª. que merece resposta, aqui estou eu para a dar.

Inspira a sua intervenção nas declarações feitas pelo Presidente da Comissão Política de Ilha de S. Miguel do Partido Popular, Dr. Paulo Gusmão, no acto de posse da sua equipa, perante a assembleia eleitoral da sua ilha.

Desde logo, verifica-se que na sua profunda reflexão, deixou muita coisa atrás, porque o senhor nunca citou aqui o Dr. Paulo Gusmão na sua figura de Presidente da Comissão Política de Ilha, num momento que serviu exactamente de protesto às suas declarações.

A falta de rigor da sua análise, a maldade com que subiu àquela tribuna, é totalmente revelada na referência sistemática à figura de Vice-Presidente do Partido Popular da pessoa em questão. O que revela já a sua maldade, querendo pôr na boca do PP, institucionalmente, pensamentos e afirmações que partem de um dirigente que é regional, mas que o faz - V. Exª. sabe disso e ocultou-o propositadamente - na sua qualidade, na altura, de recém-eleito Presidente da Comissão Política de Ilha de S. Miguel.

Gostaria de dizer muito frontalmente que um segundo aspecto da maldade da sua intervenção, tem a ver com o facto de V. Exª. saber perfeitamente que parte do conteúdo das afirmações do Presidente da Comissão Política de Ilha de S. Miguel do Partido Popular, não correspondem, obviamente, ao pensar, à doutrina, às teses, assumidas pelo Partido Popular na Região Autónoma dos Açores ao longo de 24 anos, em matéria de projectos, em matéria de autonomia, em matéria de descentralização, em matéria de solidariedade. E é aqui, Sr. Deputado, e V. Exª. sabe pelos anos que anda nesta Casa, que o Partido Popular não aceita, nem da sua parte nem obviamente de ninguém, qualquer crítica nesse domínio, porque ninguém tem moral aqui, ou fora daqui, para questionar toda a filosofia de solidariedade, nomeadamente entre as ilhas, na autonomia e no desenvolvimento harmonioso que tem caracterizado sempre, sempre, a postura do PP, no passado e hoje.

Eu acho que não era necessário, tão pouco, pôr-se V. Exª. nessa reflexão que fez, pelos vistos muito leviana, a olhar para esta bancada, a ver a composição desta bancada, a lembrar-se das iniciativas desta bancada, das lutas desenvolvidas por esta bancada, muitas vezes contra o Governo Regional, muitas vezes tendo pela frente a insensibilidade do Governo, a insensibilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para resolver problemas das mais pequenas ilhas dos Açores.

V. Exª. deveria ter pensado na sua "longa reflexão" (que não foi nem longa nem profunda) e deveria ter presente as lutas do Partido Popular, por exemplo, na Ilha do Corvo - que neste momento também talvez simbolize um pouco a política do Partido Popular - nos últimos três anos. As diligências que têm sido feitas para conseguir sensibilizar o Governo para algumas das boas decisões que se tomou em matéria de solidariedade entre as ilhas. E até ouvimos aqui, perante o nosso veemente protesto, teses economicistas por parte do Governo Regional relativamente a algumas das soluções, não só para o Corvo mas também para outras ilhas.

Nós é que não estávamos habituados a que nos atirassem à cara aqui, números que têm a ver com os 300 eleitores do Corvo e com os 1000 ou os 2000 eleitores das Flores e os da Graciosa.

Portanto, nessa matéria, Sr. Deputado, foi pena que a sua reflexão não fosse séria, não fosse rigorosa.

Queria também dizer que é verdade que o Sr. Presidente da Comissão Política de Ilha de S. Miguel do Partido Popular, também Vice-Presidente da sua Comissão Directiva, mas na qualidade de eleito para Presidente da Comissão Política de Ilha de S. Miguel, fez afirmações com uma concepção que levaria a que realmente P. Delgada fosse a capital da autonomia, fosse a capital da Região Autónoma dos Açores eventualmente.

Sabe V. Exª. quando ouvi aquilo de quem é que me lembrei...?

Não faz ideia nenhuma, mas eu vou-lhe dizer.

(Risos dos deputados das bancadas do PP e PSD)

Eu quando ouvi aquilo, lembrei-me de que já houve alguém, que julgo representava na altura o projecto do Partido Socialista, que era candidato do PS a Presidente do Governo Regional dos Açores, ao lançar a sua candidatura com o apoio unânime do Partido Socialista - do actual Presidente do Governo, dessa bancada, andaram atrás dele senhores e senhoras de bandeirinha na mão - foi o Dr. Mário Machado, candidato à Câmara de P. Delgada...

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Isso é que é seriedade!

O Orador: ... apoiado pelo Partido Socialista, que lançou perante todos os açorianos, **em nome do PS**, o repto "Ponta Delgada - Capital dos Açores". E o que eu me lembrei foi "se calhar o Dr. Paulo Gusmão leu recentemente alguma coisa relacionada com o Partido Socialista e levou a sério as teses desse partido e do Dr. Mário Machado quando era Presidente da Câmara Municipal de P. Delgada"!

Não fui eu que o apoiei!

É que os senhores em vez de darem palmas à intervenção do Deputado Vasco Cordeiro, deviam estar a pensar...

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Isso foi na altura em que o senhor era bairrista pela Terceira. Agora já não é!

O Orador: O senhor está muito enganado!

Já se enganou há três anos e vai voltar a enganar-se!

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* O PP de S. Miguel vai ficar sem luz!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos conversados, quanto à inspiração da "Capital".

E mais. Acho que devemos ter a honestidade de reconhecer que, dentro de todos os partidos há, necessariamente, pessoas que defendem determinado tipo de soluções que, felizmente, não têm feito vencimento dentro dos partidos, como teses oficiais destes, mas certamente são coincidentes com aquelas que V. Exª. aqui veio repudiar com tanta demagogia e tanta veemência.

Por conseguinte, é bom que nessas reflexões a gente olhe primeiro para casa, veja as coisas móveis como é que estão, para saber se a coisa anda ou não anda próxima daquilo que a gente vê que está a acontecer em casas alheias.

Finalmente, gostaria também de referir que V. Exª. deturpou - e eu aí admito que não tenha sido por maldade, mas porque ignora as teses do Partido Popular em matéria de sistema eleitoral - foi injusto e incorrecto, quando fez comentários a um aspecto que eu considero importante, que coincide com teses aprovadas nos últimos dois congressos regionais do Partido Popular, relativamente a sistemas eleitorais e ao funcionamento do órgão legislativo.

Possivelmente, as afirmações feitas pelo Vice-Presidente do Partido Popular e Presidente da Comissão Política de Ilha de S. Miguel não foram tão desenvolvidas, que dessem para perceber, mas alguns dos Srs. Deputados aqui presentes, que no passado já tiveram oportunidade de, connosco, discutir e reflectir sobre a questão dos sistemas eleitorais, certamente que perceberam a que é que o Dr. Paulo Gusmão estava a referir-se.

E todas aquelas referências injustas e inadequadas que V. Exª. aqui fez, não têm em conta, por exemplo, que aquilo que o PP defende, e cada vez de forma mais actualizada e com maior número de apoiantes, é um sistema semelhante àquele que funciona nos estados dos Estados Unidos da América, em que há parlamentos que são de estado - nem são de região.

Esta Assembleia é importantíssima, mas representa menos gente do que a Assembleia Municipal da Amadora.

É que a gente às vezes também não tem em conta a nossa pequenez e a necessidade de ajustar um sistema de representação que seja digno, que tenha a dignidade que este tem tido, desde o primeiro dia, em 1976. Mas é preciso adaptá-lo à dimensão financeira, à nossa dimensão em toda a verdadeira acepção da palavra e evitar as críticas, a própria crise de imagem institucional que o nosso Parlamento sofre, perante os açorianos.

As pessoas muitas vezes não compreendem a nossa dimensão e também não compreendem o custo que o Parlamento tem na autonomia regional.

Eu por mim, estou à vontade nisso.

É, de facto, o órgão mais barato da autonomia, mas o nosso povo não percebe isso.

O nosso povo acha muito bem que a Presidência do Governo tenha 1 milhão de contos de orçamento. Mas o nosso povo não compreende isto, talvez por falha nossa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* E de dirigentes como esse!

O Orador: Eu tenho consciência que nós devemos ter falhado nalguma coisa!

Por falha de quem faz no exterior um combate contra o Parlamento. Talvez por falha de quem, politicamente, devendo depender deste Parlamento, como é o caso do Governo, actua muitas vezes lá fora, insinuando contra o Parlamento, com a agravante de quando é uma maioria relativa, a agravante é efectivamente significativa e é preocupante.

Portanto, Sr. Deputado, o facto é esse. Não vale a pena trazer para aqui discursos que se calhar nos setenta e nos anos oitenta eram impolutos, mas agora devíamos todos estar preocupados com a reforma do Parlamento da Região Autónoma dos Açores.

E sobre esta matéria, e em nome do Partido Popular, digo que nós temos direito, nós temos um projecto. Outros é que não têm, nomeadamente o Partido Socialista, que limita-se a mandar umas "bocas" - como é seu hábito - diz que o sistema eleitoral tem que ser beliscado, mas depois não avança com uma solução.

O Partido Popular tem projectos, são democráticos, assentam em modelos testados no mundo civilizado e são parlamentos que têm tradição e exercem poderes.

Desafio V. Exª. a reflectir e a estudar o poder de parlamentos, por exemplo, como o do Estado do Havaí, com 1 milhão e meio de pessoas, que é incomparavelmente mais significativo do que aquele que nós temos nesta Região. Mais que não seja, porque

tem a seu cargo, todo o controle e fiscalização permanentes da política orçamental do referido estado. E, portanto, só isso dá para perceber.

E, olhe Sr. Deputado, é o Parlamento do Havaí, como o de Rhode Island, que V. Exª. conhece, e os outros por aí fora. Não funcionam a tempo inteiro os doze meses do ano, nem os seus deputados recebem catorze ordenados pelo serviço que prestam nesses parlamentos.

Se calhar, até são considerados por alguns mal pagos, mas para outros, só o prestígio de fazer parte do parlamento, quase que alguns pagam para fazer parte dele. No nosso, alguns mudam de vida por fazer parte do Parlamento.

Gostaria, por isso, de dizer que não admito - peço imensa desculpa! - e dou de barato, porque as declarações que V. Exª. fez sobre os comentários tecidos em matéria de sistema eleitoral, só os aceito se conhecer as nossas propostas.

Dou-lhe tempo para conhecê-las e quando quiser discuti-las aqui, fá-lo-emos com muito gosto, desafiando já o Partido Socialista em si, a apresentar propostas concretas e não limitar-se a mandar "bocas", até às vezes quando precisa de dar satisfação a alguns sectores de pressão da Ilha de S. Miguel, que defendem - como V. Exªs. sabem - um sistema com base em círculos eleitorais, mas proporcional puro. E este sistema proporcional puro, faria com que S. Miguel passasse para 25 ou 26 deputados, que a Terceira passasse para 12 ou para 13 e o João Greves e o José Manuel não estavam aqui.

Há no PS quem defenda isso também.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, relativamente às acusações que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro faz no que diz respeito à minha intervenção, e de que ela teria sido demagógica e maldosa. Bem, demagógica ela não foi seguramente, em meu entender, e maldosa também não.

Eu tive exactamente o cuidado de, na recolha de informação que fiz para esta intervenção e a reflexão - Sr. Deputado - foi cuidada, ponderada e de não ser maldoso.

Eu não fui buscar mais nenhum aspecto relativo a esta questão, mais nenhum aspecto - o Sr. Deputado certamente percebe o que eu estou a dizer - a não ser exactamente a importância que teria, em sede desta Assembleia, a discussão daquelas que foram as declarações do seu Vice-Presidente.

Portanto, maldoso seria se tivesse trazido para aqui outros assuntos que não tinham nada a ver ou seriam acessórios e paralelos a esta discussão.

E por aqui me fico, para evitar que, em segunda análise, caia efectivamente nessa tentação de maldade!

"Falta de rigor" - foi outra das acusações que o Sr. Deputado lançou.

Bem, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu fiz esta intervenção com os dados que tinha. E os que tinha eram declarações do seu Vice-Presidente, num determinado sentido.

Nunca presenciei, e aí penitencio-me se realmente foi falha minha, nem nunca tive acesso a declarações suas de teor igual ou semelhante àquelas que V. Exª. proferiu hoje aqui, ao dizer que as declarações do seu Vice-Presidente não correspondiam, por inteiro, às posições do CDS/PP.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Mas isso é óbvio!

O Orador: Se, por acaso, tivesse havido essa limitação, Sr. Deputado, esteja descansado que, a haver intervenção, ela teria sido de um teor diferente.

Agora, eu tenho estas declarações do seu Vice-Presidente e não ouvi nada da sua parte.

(Aparte inaudível do Deputado Alvarino Pinheiro)

O Orador: Sr. Deputado, este é um órgão regional, se ele é dirigente regional, também fala por aí.

E tive que tomar como válidas aquelas posições.

Agora, fico satisfeito - se me permite V. Exª. - por ver que o CDS/PP não alinha num determinado tipo de discurso, pese embora o facto de alguns dos seus dirigentes o definirem, e a posição oficial é aquela que V. Exª. teve oportunidade de transmitir a esta Assembleia.

Folgo por isso, vejo que afinal, se calhar, a situação estará esclarecida.

Por outro lado, o Sr. Deputado divergiu relativamente às suas críticas à minha intervenção, para aspectos que eu tive o cuidado de deixar bem claros.

Quando o Sr. Deputado fala nos salários de deputados e do Parlamento do Havaí, eu não me pronunciei sobre isso e tive o cuidado de, natal intervenção que o senhor chama de demagógica e maldosa, deixar bem claro que entendia que se devia reflectir, ponderar sobre as correcções que o sistema exige.

Mas não podemos cair no tipo de declarações e no tom daquelas afirmações que foram as do seu Vice-Presidente.

Quanto ao estudo, e para terminar, sobre os parlamentos, Sr. Deputado, eu - modéstia à parte - já estudei alguns e, nomeadamente, o Parlamento do Havaí que não tem nada a ver com o da Região Autónoma dos Açores, pois faz parte de um estado federado e aqui isso não é exactamente a mesma coisa.

Portanto, à partida, terá que ter poderes diferentes do que o nosso. Mas se quiser entrar nessa discussão, não me parece que seja a altura ideal.

Por último, e apenas como nota, queria salientar este aspecto: folgo pelas posições do PP efectivamente não corresponderem àquilo que tomei como sendo as posições do partido. Estou satisfeito.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Achas que é preciso alguma resposta?

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Eu fiz uma pergunta. Se achares que merece alguma resposta podes dar!

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois disto, acho que o PSD não precisa de explicar nada.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Ah, então isso já é uma aliança!

O Orador: Julgamos que a matéria está francamente esclarecida. Porém, gostaria só de justificar por que razão é que nós acreditamos que não era necessário ter vindo a

público reiterar os princípios e a estratégia do Partido Popular na Região Autónoma dos Açores. E pensamos que V. Exª. não iria carecer dessa nossa explicação, por uma razão muito simples. É que já lá vão vários anos em que o candidato do Partido Socialista a Presidente do Governo Regional dos Açores fez as afirmações que eu há pouco aqui referi, e passados todos estes anos, nunca veio o dirigente máximo do vosso partido, perante o Povo dos Açores, desmentir, chamar à atenção de que as teses do candidato a Presidente do Governo não eram as teses oficiais do Partido Socialista.

Portanto, se passados todos estes anos, o PS nunca teve necessidade de vir corrigir as afirmações do Dr. Mário Machado, porque é que eu havia de ter essa necessidade de fazer uma correcção de afirmações?!

Quem sou eu?!

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* O Dr. Mário Machado não era vice-presidente do PS!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu realmente não era para intervir neste debate, até porque as questões estavam mais ou menos esclarecidas. Todavia, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, embora tenha sido de alguma forma cordato na sua intervenção, a determinada altura fez duas afirmações, quanto a mim, incorrectas.

Uma foi dizer que o Grupo Parlamentar do PS "só manda bocas", e é por isso que eu me levanto, porque não é verdade e o senhor sabe que não é verdade.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Às vezes manda!

O Orador: E outra coisa, é que o Grupo Parlamentar do PS e o PS não têm propostas, o que também não é verdade, porque o senhor sabe tão bem como eu, aliás estivemos juntos na mesma Comissão de Revisão do Estatuto, e sabe perfeitamente que cada partido tinha as suas propostas e o PS tinha, tem e sempre teve as suas próprias propostas.

Portanto, estas são as duas afirmações que me obrigaram a levantar.

E já que estou de pé no Parlamento, queria também acrescentar apenas mais duas coisas.

Creio que o então candidato Mário Machado não terá dito exactamente isso.

Se bem me recordo, ele falou em capital governativa em S. Miguel, falou em capital cultural na Terceira, terá falado da capital política na Horta.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Não, não. Eu ouvi. Ele disse isso sim senhor!

O Orador: Não foi bem assim.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Garanto-lhe que disse!

O Orador: Pelo menos, devo dizer-lhe, que quando ele esteve aqui na Horta a fazer campanha, a esta cidade chamou capital política. Não sei se foi para me agradar, mas a verdade é que chamou.

Finalmente, uma última palavra, para dizer lhe, Sr. Deputado, que "quem não se sente não é de boa gente". E para além daquelas declarações que foram aqui reproduzidas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e para além daquilo que foi dito relativamente à localização da sede da Assembleia, houve pelo menos mais duas afirmações que, em minha opinião, são ofensivas para nós, Deputados. E eu passo a lê-las:

"Não compreendo para que servem meia centena de deputados, apenas para votar a favor ou contra, conforme o que o chefe do partido determina". Ou seja, para todos nós, este "cavalheiro" está a dizer que nós fazemos o que o chefe manda, que nos levantamos e pomo-nos em pé!

Do meu ponto de vista, isto é grave!

Isto é brincar com estes 52 Deputados que estão aqui dentro!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Mas parece que os senhores ficam satisfeitos!

O Orador: E disse mais:

"É preciso acabar com a autonomia das vaidades".

E explica depois:

"Basta ver deputados encherem os aviões da SATA, para reunirem à Segunda em S. Jorge, à Terça na Terceira, à Quarta no Faial, à Quinta no Pico em várias comissões parlamentares".

Para já, revela ignorância, porque não é assim!

Em segundo lugar, isto é uma ofensa, porque este "cavalheiro" andou a dizer que nós andamos para aí a passear da Segunda à Quinta-Feira!

Isto é ofensivo e "quem não se sente não é de boa gente"!

Isto é ofensivo para todos nós e importa que alguém aqui se levante para dizer isto: vão ofender outras pessoas! Não nos ofendam a nós!

Por isso é que, Sr. Deputado, não posso concordar consigo também, quando diz "o nosso povo não compreende".

Não, **os nossos dirigentes políticos não compreendem** e tinham a obrigação de compreenderem!

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, foi fundamentalmente por isto que eu me levantei, em defesa não das afirmações produzidas em relação a esta bancada, mas sobretudo em defesa deste Parlamento, porque isto é ofensivo para estes 52 Deputados que estão aqui dentro!

Por isso também, e lamento realmente, que a direcção do PP não tivesse, pelo menos, contrariado estas afirmações.

Fê-lo agora, um bocadinho tarde, mas ainda bem que o fez.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que a matéria está analisada. Gostaria só, face à pretensão do Sr. Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar, Fernando Menezes, de fazer duas observações.

A primeira é a de que, efectivamente, num dos casos pela voz do Vice-Presidente desta bancada, quando lhe foi solicitado e teve oportunidade para isso, numa rádio com sede em S. Miguel, contrariou naquilo em que não se identificava com as teses

do partido. E, nesta Assembleia, pela voz do mesmo Vice-Presidente, o meu companheiro Nuno Barata, teve essa oportunidade de fazer a rectificação.

Portanto, sobre esse ponto de vista, tal como hoje aqui ou seja onde for, obviamente que assumimos as nossas posições e, como é hábito, não andamos a tergiversar.

Segunda questão, e queria dizê-la muito claramente: no calor da nossa argumentação, saem por vezes em sentido figurativo, determinado tipo de afirmações, nomeadamente na sequência do "mau tratamento" que o Deputado Vasco Cordeiro tinha feito sobre o sistema eleitoral que o PP defende, foi apenas nesse enquadramento que fiz as afirmações de que melhor seria o PS ter propostas, em vez de ter crítica. Mas reconheço que, se com isso o Partido Socialista possa sentir-se melindrado, eu retiro - e obviamente não era minha intenção - o que disse.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Mas fica registado na acta que o PS fica melindrado!

O Orador: Fica na acta e fica também agora que não foi minha intenção desqualificar o Grupo Parlamentar do PS.

É óbvio que o sentido e o desafio que faço, é o de que nós temos aquela proposta. Quando o Partido Socialista quiser apresentar as suas, nesse domínio, e renová-las, aqui estamos para a discutir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados , Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve e com o passar do tempo, cada vez menos importante, mas para uma pergunta que, em nome do Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez ao Grupo Parlamentar do PSD, e que em minha opinião é despropositada, quase apenas e só uma pergunta de retórica, porque devia ter guardado a pergunta para o PSD, depois do Partido Popular confirmar ou não as declarações do Presidente da Comissão de Ilha do PP.

Se for assim, Sr. Deputado, o meu amigo lança perguntas e questões ao Partido Popular que têm a ver com figuras, que sendo importantes não são do seu líder. E

depois, na ausência de uma resposta, pergunta ao PSD. E se o Grupo Parlamentar do PSD entendeu que não eram importantes, vai perguntar a um militante de base...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Faz muito bem!

O Orador: ... e faz aí uma escadinha de interrogações, das quais vai sair certamente mais enredado do que esclarecido.

Por isso, eu acho que a sua pergunta é inútil.

Agora, levanto-me para responder com muita clareza.

As posições do PSD sobre essa matéria, são as posições que o PSD tomou na revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Teve propostas, conversou com os outros partidos, arranjámos aqui um importante consenso por uma unanimidade à volta dessas matérias, são conhecidas as posições públicas do PSD.

Devo dizer que o PSD pode mudar de opinião, mas nestes aspectos que defendeu no Estatuto Político-Administrativo, não mudou por acaso de opinião em nenhuma matéria. Tem uma proposta para revisão do sistema eleitoral, no entanto está a reflectir sobre um programa eleitoral para apresentar aos açorianos. Se houver alguma alteração nessa matéria, pois certamente que todos saberão, por via dos órgãos de comunicação social.

Devo dizer que não estamos de acordo com intervenções do Dr. Paulo Gusmão. E a resposta é simples: o PSD mantém as suas posições, defendidas a quando da revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores. E na medida em que as mantém, não concorda com qualquer declaração que não encaixe nas suas próprias posições.

É isso que interessa. Mas, devo dizer-lhe que se a resposta do Presidente do PP, e líder do PP, foi a que foi - e foi esclarecedora inclusive para si, porque reconheceu que foi - imagino que devo ter razão. A minha resposta era praticamente uma resposta que se podia perfeitamente não contar neste Parlamento.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não seja tão modesto, Sr. Deputado!

O Orador: Toda a gente sabe as posições do PSD e quais.

Sobre essa matéria, toda a gente sabe o percurso que o PSD fez ao longo destes anos, que podendo ter alguns defeitos, na nossa opinião, teve sempre mais virtudes. E se

virtudes teve, a virtude das virtudes do projecto do PSD ao longo destes anos de autonomia, foi a de ser um partido que se preocupou com a unidade dos Açores.

Portanto, a pergunta não era para o percurso histórico do PSD, nem tão pouco para as posições actuais do PSD e duvido - tenho mesmo a certeza! - que não será preciso fazer perguntas dessas, mesmo tendo em conta o projecto de futuro do Partido Social Democrata.

Fica claro, no entanto e contudo, aquilo que em meu entender, sempre esteve muito claro, mas que o Sr. Deputado quis fazer o favor de perguntar. Fica, pelo menos, o registo no Diário das Sessões.

Estou convencido que para o Sr. Deputado não era preciso a resposta.

Agora, que mais não seja para ficar registado, aqui tem a resposta em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente - que nunca está - e Srs. Membros do Governo:

Para alguns cidadãos, particularmente para aqueles que seguem a vida pública através de órgãos de comunicação social que normalmente divulgam quase só a agenda governativa, os assuntos que aqui me trazem poderão parecer descontextualizados ou de mera retórica política.

Falar de falta de verbas, de subsídios em atraso ou de dificuldades orçamentais, não são temas habituais e poderão soar a falso a quem ouve falar diariamente de milhões de contos atrás de milhões de contos.

Contudo, a verdade é que a nível do SIRAA - Sistema de Incentivos da Região Autónoma dos Açores - que inclui dos SIRAPAS e os SIRALAS E SIRAPES, já é público que estão em atraso algumas centenas de milhares de contos, apenas e só em relação ao SIRALA.

As Câmaras de Comércio vão servindo de "almofada" às reclamações, não tendo o Governo querido dotar a rubrica orçamental suficiente para sanear financeiramente estes projectos, Governo que descansa agora no compasso de espera que os empresários e Câmaras de Comércio fazem, entre Quadros Comunitários de Apoio.

Porém, pelo ritmo a que estão a ser transferidas verbas e em face das dotações orçamentais, só lá para meados de 2001 será saneado o SIRALA, se não contarmos com os outros subsistemas (SIRAPAS e SIRAPES) e entretanto, se não entrarem mais candidaturas.

Não sendo tomadas medidas, apenas o congelamento de novas entradas ou a suspensão do SIRAA poderá levar ao saneamento a prazo do

Sistema.

Como ao Governo não agrada transparecer quaisquer dificuldades - e já é habitual- resta-nos esperar que promova as alterações orçamentais para que não fique o Sistema completamente desacreditado, o que certamente não será desejo de um Governo de charme em ano de eleições.

Mas a virtualidade dos milhões emerge em vários sectores.

Com as Câmaras Municipais, perante a negação de atrasos, ainda há pouco veio-se a provar que afinal quem sabe fazer contas são os Autarcas e que a menorização das verbas em atraso é um logro.

As cooperativas com projectos aprovados e em execução, queixam-se de estrangulamentos por via de atrasos do IFADAP, um desses institutos que parece não ter pai, nem qualquer familiar próximo.

Ainda na agricultura, há pessoas com projectos de reforma antecipada aprovados desde há três anos, não podendo usufruir de rendimentos agrícolas, desde então, e desesperando para poderem sustentar as famílias, até que se iniciem os devidos pagamentos, para cujos atrasos são remetidas responsabilidades desde o IROA, ao IFADAP, passando pelos Serviços de Ilha da Secretaria da Agricultura, num triângulo de culpas que desculpa apenas o Governo.

Em relação aos subsídios à extensificação, que deveriam ter sido pagos até 31 de Outubro passado, faltam ainda cerca de 50% destes, com as culpas, desta feita, atribuídas aos Serviços de Ilha e ao IFADAP.

Entretanto, as candidaturas aos apoios inseridos no Sistema Integrado, nomeadamente Vacas Aleitantes, Novilhos de Carne e Culturas Arvenses,

com prazo de abertura de 7 de Fevereiro a 7 de Abril, continuam fechadas, numa confusão que cresce também em função do "Parcelário" que, feito às pressas, ainda vai pôr muitos agricultores a correr atrás do prejuízo.

Simultaneamente, continua-se a encher a boca de milhões de contos, desde as câmaras de televisão aos bolsos dos destinatários, se vão esfumando ou atrasando, com desculpas que são sempre empurradas para outras entidades que não o Governo e os seus políticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem tem a responsabilidade de transferir verbas para a Câmaras de Comércio para pagamento dos compromissos advindos da contratualizacão de projectos SIRALA?

E o Governo Regional.

Quem tutela o IFADAP, o IROA e o IAMA?

É o Governo Regional e, nomeadamente o Sr. Secretário que nesta Sessão primou pela ausência, vá-se lá saber porquê.

É este o Governo dos milhões.

Este Governo que, se pudesse, se arrogava de pai da conjuntura económica internacional - qual influência de Carlos César nas Bolsas Mundiais ou no Banco Central Europeu - rejeita normalmente a paternidade ou a responsabilidade na falta de verbas ou no atraso de subsídios.

Perante os problemas, este Governo usualmente faz "cara de paisagem", ou retroage responsabilidades.

A culpa com este Governo está condenada ao celibato.

Quem dá a cara e assume responsabilidades perante os empresários autarcas, os agricultores?

Onde estão os milhões?

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com muito gosto que responderei a esse pedido de esclarecimento feito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado João Cunha *(PSD):* O Sr. vai assinar isso por baixo!

O Orador: Vamos analisar todos os sistemas.

SIRAPA - todos os projectos estão em dia. Todas as tranches estão em dia. Não há uma que esteja em atraso.

Desafio um promotor que tenha um SIRAPA para ser pago!

SITRAA - No ano passado, gastámos 950 mil contos nele. Em Dezembro do ano passado, até demos adiantamentos para obras que ainda não tinham sido feitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Isso não quer dizer nada!

O Orador: SIRALA - No ano de 99, 50 mil contos foram enviados para a Câmara do Comércio no dia 12 de Janeiro.

Enviámos 50 mil contos no dia 25 de Janeiro.

50 mil contos no dia 17 de Fevereiro.

100 mil contos no dia 31 de Março.

100 mil contos no dia 9 de Abril.

100 mil contos no dia 18 de Maio.

100 mil contos no dia 8 de Junho.

50 mil contos no dia 20 de Agosto.

100 mil contos no dia 22 de Outubro.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Isso não quer dizer nada!

Estão ou não em dia?!

O Orador: Este ano já foram pagos 100 mil contos, no âmbito do SIRALA.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Isso não quer dizer nada!

O Orador: Sr. Deputado, preste atenção porque eu vou explicar-lhe!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Isso não tem nada a ver com aquilo que ele disse!

O Orador: Srª. Deputada, preste atenção!

O SIRALA terminou no dia 31 de Dezembro.

A nível nacional, foi dos sistemas de incentivos considerado como modelo de funcionamento.

Todos os sistemas de incentivos a nível nacional fecharam antes do dia 31 de Dezembro.

Nós fechámos no limite máximo - 31 de Dezembro. Estivemos sempre abertos, dentro do II Quadro Comunitário de Apoio.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Isso não tem nada a ver com questão posta!

O Orador: Minha senhora, se prestar atenção, posso explicar-lhe como é que funciona o SIRALA!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Ah está bem!

Quem é que criou o SIRALA?!

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* O Sr. vai explicar a quem criou o SIRALA?!

O Orador: A senhora pode ter criado o SIRALA, mas pagou muito pouco dinheiro dele.

O que a senhora pagou de financiamentos do SIRALA, comparado com o que este Governo tem pago...

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Pelo menos estavam mais em dia do que agora!

O Orador: Estavam, foi eu que paguei em 96!

(Risos dos deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Como sabe, o SIRALA é um sistema totalmente diferente do SIRAPA.

Enquanto que no SIRAPA as pessoas têm que fazer o investimento, têm que enviar os recibos, tem que ser feita a fiscalização e, só depois disso, é que vem para processamento, e devo dizer que no SIRAPA, em termos de processamento, depois da fiscalização, não há um processo que esteja em atraso.

No caso do SIRALA, a situação é bem diferente. Ou seja, é dado um adiantamento de 80% contra facturas, que não são recibos.

Eu sei que neste caso, existe algum pequeno atraso. É tão simples como isto. Mas nos próximos meses, isso será facilmente superado, porque o sistema de incentivos terminou.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Nós já vamos ver!

O Orador: Portanto, inicia-se agora um novo Quadro Comunitário de Apoio, em que nós vamos ter uma verba de 27,4 milhões de contos no Plano Operacional de Economia. As candidaturas provavelmente começarão em Abril, Maio, neste programa.

Nós estamos, neste momento, a discutir com as Câmaras do Comércio os sistemas regionais de incentivos, de acordo com o que vai ser aprovado no Plano Operacional de Economia.

De modo que, vai haver um tempo de pensar sobre tudo isto.

É preciso ver que o II QCA começou em 94. E quando é que saíram os primeiros incentivos? Em 95.

A Srª. Deputada, que eu saiba, pagou em 95 cerca de 300 mil contos.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Em 95 eu estava na EDA.

O Orador: Ou pagou quem estava lá no Governo.

Pois, realmente, nessa altura, a electricidade aumentou!

(Risos dos Membros do Governo)

Aumentou bastante. Tenho a impressão que foi 7% em 95. Enquanto que em 96, 97 e 98, nós não aumentámos nada.

Realmente, a senhora por onde passou só soube aumentar!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Se calhar não aumentou os combustíveis!

O Orador: Aumentou o preço da SATA, foi o período de maior aumento.

Quando passou pela EDA também aumentou bastante a electricidade.

Foi a maneira que encontrou de fazer a restruturação das empresas públicas.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Não desvie as atenções!

O Orador: Não, isto é verdade!

Mas voltemos ao SIRALA, para dizer que este é um sistema de incentivos de pequena dimensão, isto é, até 20 mil contos.

Os empresários regionais tiveram, neste âmbito, três sistemas de incentivos a funcionar: o RIME, onde foram buscar mais de 1 milhão de contos; o PROCOM,

onde só em termos de candidaturas, existem 5,3 milhões de contos, 80% homologados.

Portanto, nesta área do pequeno comércio, até 20 mil contos, existiam sistemas alternativos.

Essa foi uma política deste Governo procurar que os empresários regionais também concorressem aos sistemas de incentivos nacionais, que os havia, exactamente para as mesmas áreas.

Havia o SIRALA, o RIME e o PROCOM.

Enquanto que o SIRAPA e o SITRAA estiveram sempre em dia, no SIRALA houve um certo desfasamento, feito propositadamente, porque nós pretendíamos que também os empresários regionais fossem para os sistemas de incentivos nacionais. E fizeram eles muito bem, porque foram buscar verbas dos sistemas de incentivos nacionais, do PIDAC, não dificultando os nossos recursos naturais, que são sempre escassos. Mas devo dizer que o protocolo que terminou no dia 31 de Dezembro, com a Câmara do Comércio, passando directamente agora para a Secretaria Regional da Economia, vai permitir acelerar o envio de verbas para aquela instituição. E nos próximos meses, todo o sistema entrará completamente a funcionar sem qualquer atraso. E porquê?

Porque, por um lado, os SIRALAS terminam, há um período de transição entre um sistema e outro e os cerca de 1 milhão e 300 mil contos que temos, uma parte irá para o SIRAPA e outra parte irá para os SIRALAS. E isso será suficiente para repor algum pequeno atraso que existe no sistema.

Porém, devo dizer-vos que por exemplo a nível da Região Autónoma da Madeira, os sistemas de incentivos dos Açores são um modelo.

Tomara os empresários nacionais e os da Madeira terem os sistemas de incentivos a funcionar como nós tivemos durante este tempo todo!

Sabe porquê?

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Por causa do Governo Regional!

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Claro!

O Orador: É porque este Governo Regional, em vez de ter no seu plano 28 milhões de contos como tinha no seu tempo, tem 52 milhões de contos.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Todos no SIRALA não é?!

O Orador: No seu plano.

Por isso, há o desenvolvimento económico que a senhora está a ver.

Por isso, é que se vê a economia dos Açores a funcionar.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Por causa do Governo Regional!

O Orador: Nunca como agora, os privados têm investido.

Abre-se um sistema de incentivos como o PROCOM e em 3 ou 4 meses aparecem 5,3 milhões de contos de propostas de investimento. E 80% foram já homologadas - recorde a nível nacional, minha senhora!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Graças ao Governo Regional!!

O Orador: Graças ao Governo Regional, porque teve na Região Autónoma dos Açores a maior taxa de homologação, a nível nacional.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Isto é uma equipa confiante!

O Orador: O Governo Regional tem actuado bem, por isso tem o reconhecimento dos empresários e por isso, nas próximas eleições, veremos quem é que vai ganhar!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Isso é outra questão!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria registar esta arrogância do Sr. Secretário, o que já é mais ou menos habitual...

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... tentando diminuir sempre a capacidade dos outros. Perguntando se são especialistas disto ou daquilo, dizendo que não percebem nada de nada!

O Sr. Secretário é que percebe tudo, especialmente dizer umas coisas num dia e dizer outras noutro!

Isso é que o Sr. Secretário percebe!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Segunda questão:

O Sr. Secretário disse uma coisa gravíssima, só que no seu natural hábito de desdizer, amanhã é capaz de o fazer!

O senhor disse que os atrasos do SIRALA tinham sido propositados, que fique registado!

O senhor disse que eles tinham sido propositados, para incentivar os empresários regionais a irem aos incentivos nacionais, que nós aqui denunciámos já estarem esgotados.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O que é que já estava esgotado?!

O Orador: Sim senhor, denunciámos isso aqui e ficou provado!

O Sr. Secretário disse que tinha atrasado as verbas dos SIRALAS de propósito, para que os empresários regionais fossem aos sistemas de incentivos nacionais!

Esta é a verdade!

O senhor amanhã, como tem feito noutras situações, vai dizer o contrário, vai sofrer uma pressão qualquer, o que já é habitual. Depois vai acusar as pessoas de que não sabem nada de nada!

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Deixe estar que eu já lhe respondo!

O Orador: O Sr. Secretário certamente na sua área técnica é especialista nalguma especialidade daquelas muito pequeninas.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Ah isso agora não é arrogância!

O Orador: Mas isso não interessa, porque aqui somos políticos. Ninguém é especialista de nada aqui dentro!

Todos temos o direito de nos pronunciarmos sobre essa... megalomania, como se este Governo Regional e o seu Presidente Carlos César, tivessem uma grande influência, fosse um mago das finanças internacionais, como se exercessem a sua influência sobre as bolsas internacionais, sobre o Banco Central Europeu, sobre as taxas de juro! Isto cabe na cabeça de alguém, Sr. Secretário?!

Pelo Amor de Deus!!

Quer dizer, tudo o que acontece, como a descida das taxas de juro, foi este Governo que o fez. Se calhar, passarmos para o ano 2000, também foi uma grande coisa e foi este Governo que fez!

É só isso que falta, como diz um amigo meu!

Tudo o que acontece de bom é deste Governo!

Quando acontece alguma coisa de mau, como foram estes casos de atrasos nos subsídios, nos SIRALAS, os atrasos nos subsídios na agricultura, não é nada com este Governo!

A culpa é sempre solteira com este Governo, ou então é retroactiva, é sempre para trás!

Inclusivamente, quando vem alguma coisa boa detrás, o valor não é dado a quem o fez, como foi o caso deste projecto.

O senhor disse que este era um sistema modelar, o sistema de incentivos de base regional que nós temos.

Quem é que o fez? Quem é que o montou? Quem é que deu o primeiro passo, no sentido de abarcar aqui as Câmaras de Comércio neste processo? Quem foi que o fez?!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Quem o fez foi a Assembleia!

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Por proposta de quem?!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* É mentira?!

O Orador: Certamente a Assembleia Legislativa Regional teve essa importância, muito bem.

Mas então foi também a Assembleia Legislativa Regional que teve relevância noutras matérias importantes que os senhores se arrogam de ser donos não é?!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Também é verdade.

O Orador: Então ficamos por aqui.

Normalmente, esta Assembleia é menosprezada pelo Presidente do Partido Socialista, pelo Presidente do Governo Regional!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não apoiado!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *É verdade!*

O Orador: É exactamente aí que eu quero chegar.

Quando é algo de bom, os senhores arrogam-se logo como pais!

Quando é algo que não corre bem, "não há pai para ninguém", não há familiares, não há paternidade!

Mais concretamente, relativamente aos SIRALAS - Sr. Secretário - posso dizer-lhe, através de informações que nos foram dadas recentemente, que existem entrados 1464 projectos nos sistemas das Câmaras de Comércio. Destes 1464, estão aprovados cerca de 1000, o que representa cerca de 10 milhões de contos de investimento e sensivelmente 6 milhões de contos de compromissos assumidos.

Dos 1464, só para dar uma ideia, serão à volta de 13 milhões em causa que serão investidos na economia regional.

Quanto a atrasos, Sr. Secretário, também por informações que temos, aliás há pouco tempo a Comissão de Economia esteve na Câmara de Comércio, há cerca de 1 milhão de contos de facturas e recibos nas Câmaras de Comércio em condições de pagamento, desde Junho de 99.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Não são recibos, são facturas.

Há uma diferença entre recibos e facturas.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Não são facturas, são recibos!

O Orador: Sim senhor, muito obrigado pelo esclarecimento!

Esse esclarecimento é muito significativo e muito importante para o que estamos a discutir.

O que é certo é que estão lá estes documentos para pagar, desde essa altura.

O Sr. Secretário que diz que os SIRAPAS estão em dia - até parece que já disse que até tinha feito adiantamentos...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Não é nada disso!

O Orador: Mas também não disse que os SIRAPAS estão em dia?

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Estão.

O Orador: Então porque é que os SIRALAS também não estão?!

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Eu já lhe explico isso!

Devagar se vai ao longe!

O Orador: Não, o senhor não tem explicação para isso!

A única explicação é que o senhor não tem dinheiro para isso, porque não quis votar o orçamento para isso. E nunca quis transferir para as Câmaras do Comércio as verbas para tal!

Esta é a única explicação!

E sabe qual é a outra explicação?!

Porque nos SIRAPAS os empresários vão pedir directamente contas ao Governo Regional, enquanto que nos SIRALAS têm as Câmaras de Comércio que vão servir de "almofadas"!

Esta é que é a verdade!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E enquanto "o pau vai e vem", o Governo descansa. É sempre nos outros!

É como na agricultura, em que o IFADAP não tem "pai", ninguém manda no IFADAP!

O IROA também não tem "pai", ninguém manda no IROA!

No IAMA ninguém manda!

É tudo com eles, não tem nada a ver com o Governo!

O Governo só existe quando as coisas estão a correr bem. Quando estão a correr mal... "isso não é nada connosco"!

Isso não pode ser assim, Sr. Secretário!

Assumam-se as responsabilidades nas várias coisas!

Foi isso que eu pedi na minha intervenção.

Mas continuando.

Os documentos e os projectos que estão aprovados e que naturalmente terão execução, se tudo correr normalmente até ao final deste ano, representariam - tudo o que está em atraso mais aquilo que já está aprovado - cerca de 1,3 milhões de contos, que é exactamente a verba que o senhor tem no orçamento para esta área.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Está enganado. Não faltou até agora!

O Orador: É que depois vai faltar. Não há.

Além disso, o senhor tem mais 464 projectos que ainda estão em análise.

A única hipótese que o Sr. Secretário tem é sanear o sistema, ou então dizer às pessoas que não entrem com mais projectos, porque não há dinheiro.

Porém, os senhores nunca querem dizer que não há dinheiro!

Vão tentando encobrir e quando apanham uma boa "almofada" para desviar as atenções, é isso que fazem!

Assumam as vossas responsabilidades!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isto merece uma conversa longa e técnica, mas muito bem, vamos a isso.

Eu tenho aqui todos os papéis, estão todos aprovados!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ah tem?! Então tire-me uma cópia quando puder!

O Orador: Incentivo aprovado - 3 milhões 800 mil contos.

Incentivo pago - 2 milhões 650 mil contos.

Incentivo por pagar - 1 milhão 162 mil contos.

Mas repare bem: em 94 não foram pagos 3 mil contos, porque há pessoas que desistiram do processo, ou não realizaram a obra toda, isto é, afinal iam gastar 20 mil ou 15 mil e não gastaram. Gastaram menos, não apresentaram facturas naqueles montantes e, portanto, ficou menos dinheiro, embora tivesse sido aprovado.

Em 95, 44 mil contos.

Em 96, 95 mil contos.

Em 97, 135 mil contos. E por aí fora.

Há muita gente que tem projectos aprovados no SIRALA, mas que também concorreram ao PROCOM. E que optam e depois desistem.

Este processo é interactivo.

Numa outra análise feita, diz-se "incentivo aprovado - 3 milhões 200 mil contos; justificado - 2 milhões e 811 mil contos; pago - 2 milhões 640 mil contos; em dívida - 171 mil contos".

Já mandámos 100 mil contos. Se mandarmos 2 ou 3 tranches seguidas, isto fica praticamente em dia.

Quando eu disse que nós optámos por dar uma certa prioridade ao SIRAPA e ao SITRAA, quis dizer que no SIRALA existiam diversos sistemas alternativos, com igual intensidade. O RIME tem a mesma intensidade que o SIRALA. O PROCOM tem uma intensidade ainda maior. E nós temos que actuar de uma forma inteligente no sistema. Não fechámos, abrimos sim as portas, mas incitámos as pessoas a concorrer.

Não é por acaso que apareceu nos jornais grande propaganda dos RIME, grande propaganda do PROCOM.

Não é por acaso que eu fui com o Secretário de Estado a Angra do Heroísmo, a P. Delgada, e que dirigi-me aos diversos municípios a fazer propaganda do PROCOM. E não é também por acaso que apareceram 5,3 milhões de contos nesta área.

É preciso ter em atenção que a capacidade de investimento dos privados nesta Região, também tem limites.

Não se pode, de um momento para outro, dizer que os investidores privados vão realizar 10 milhões de contos num ano. Isso é impossível em determinadas áreas.

Eles agora estão ocupados com o PROCOM. Têm os SIRALAS também para investir, bem como os RIME. E há um determinado ritmo próprio do seu investimento.

Uma coisa é estar aprovado, outra coisa é estar realizado.

Nós, durante o ano e meio que ainda temos para fechar o programa, vamos com certeza terminar isto com sucesso. Porque, devo dizer, que o SIDERAM na Madeira já fechou há mais de um ano. Ele já não existe há muito tempo.

Há outro aspecto que eu gostaria aqui de referir muito claramente, ou seja, esta Secretaria Regional orgulha-se de conservar tudo do passado que considera bom.

Nunca renegámos o Plano Director de Turismo, porque percebemos que é um plano que, com o tempo, vai ficando desactualizado. Está na altura de iniciar um novo plano, mas nunca renegámos o que já estava. E tudo o que foi feito no passado, desde que tenha mérito, foi conservado.

Os sistemas de incentivos regionais têm mérito. Fizeram parte da iniciativa do Governo Regional anterior, têm mérito.

O processo do sistema SIRALA, em que inclui o conselho regional de incentivos, que foi uma boa resposta à situação que houve no IIPA, em que - como sabem - trata-se uma situação calamitosa que lá ocorreu, eu penso que foi uma solução correcta. Aliás, no continente agora, no caso do RIME, foi-se copiar um pouco aquilo que nós estávamos a fazer.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Até que enfim que reconhecem!

Deputado Mark Marques *(PSD):* Custou, mas conseguiu dizê-lo!

O Orador: Os senhores também tinham que ter alguma inovação. E aquilo que tinham de bom, nós conservámos.

O que vamos fazer agora no III QCA, vai beber muito da experiência do II Quadro Comunitário de Apoio - não tenham quaisquer dúvidas quanto a isso.

Nós queremos melhorar aquilo que está bem, corrigir aquilo que está mal.

Sentimos que há coisas que não estão tão bem como se desejaria e que se podem melhorar, mas não vamos criar um sistema desinserido do que aqui está.

Os SIRALAS vão continuar de uma forma diferente, mas com algumas semelhanças, tendo um sistema de controle também independente, tendo um conselho regional de incentivos, ou um conselho de selecção de incentivos, ou qualquer coisa do género. Mas que seja sempre independente do poder político, o que eu considero extremamente importante.

Uma das virtudes dos sistemas de incentivos regionais é, de facto, não haver qualquer confusão em termos deste ter sido privilegiado em relação àquele.

Há um sistema e um controle exterior ao poder político, onde estão as diversas forças sociais envolvidas e que permite fazer uma análise independente da forma como foram apreciados os sistemas de incentivos. Eu penso que isto é correcto.

Talvez não estejam muito bem certas as formas como está a ser gerido o SIRALA, devido a um muito vasto conjunto de intervenientes no sistema. São as Câmaras do Comércio, são as Câmaras Municipais, depois passa para o CRI, para voltar para o conselho de Governo, havendo uma demora muito grande entre o início e a finalização do processo. Ou seja, há um espaço muito longo, desde a entrada na Câmara do Comércio, até ser aprovado e publicado no Jornal Oficial.

Portanto, nós vamos tentar encurtar esse espaço no próximo QCA e, para isso, peço a vossa atenção para estas distâncias. E vamos tentar trabalhar com esta Assembleia, de forma a renovar os nossos sistemas de incentivos no próximo QCA, tentando procurar as melhores soluções para esta Região Autónoma, para os empresários e para a vida privada desta terra.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Fica-lhe muito melhor esta postura que acabou de adoptar.

Fica-lhe muito melhor, quando reconhece as virtualidades daquilo que estava bem, do que quando começa a respingar para todos os lados, desesperadamente, a tentar desculpar-se com questões que não vêm ao caso, nem fazem sequer o menor sentido!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Essa é sempre a minha postura.

A Orador: E explico-lhe já, porque é que não fazem o menor sentido.

O Sr. Secretário quer comparar a taxa de inflação de 1999 e do ano 2000 com a taxa de inflação de 1995 e de 1994, 1993 e de 1991 que foi quando eu estava na EDA?!

Quer comparar isso?!

Secretário Regional da Economia*(Duarte Ponte):* A Srª. Deputada sabe quanto é que aumentaram os preços da electricidade quando esteve lá?!

A Oradora: Quer comparar a taxa de inflação dessa altura com a de hoje?!

Isso é por virtude deste Governo Regional que ela baixou?!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Oh Sr. Secretário, isto é para lhe dizer que fica-lhe muito melhor quando reconhece. E aqui vou citar o actual Deputado João Cravinho:

"Se alguém está a colher, é porque alguém semeou" - são palavras dele.

E o Sr. Secretário está a colher os SIRAPAS, os SIRALAS, os SITRAS, como acabou de referir. E também está a colher no transporte aéreo, como também já reconheceu aí nessa bancada.

Não é só uma questão de subir tarifas. Foram 6 milhões de contos que foram postos na SATA para sanear. Foi todo um trabalho de racionalização que foi feito. Foi todo um trabalho de saneamento financeiro que foi feito. Foi toda uma estratégia que foi delineada, pensada, executada passo a passo e que conduziu àquilo que a SATA é hoje.

Não tenha dúvidas nenhumas disso!

Mas se tiver, pergunte às pessoas da SATA. Porque a SATA são as pessoas que lá trabalham, não são o conselho de administração, de que fiz parte quando lá passei, nem os que lá estão e os que passarão. São os que lá estão, que são os pilares daquela empresa, são as pessoas que sabem as dificuldades com que sempre se debateram, as razões dessa dificuldade e também sabem porque é que a SATA deu a volta.

E mais uma vez, se se está a colher, é porque alguém semeou!

É mais difícil reconhecer isso, mas é mais honesto e fica-lhe melhor!

Porque se me quiser acusar de algumas coisas de subidas de preços, se eu quiser fazer o mesmo, não me falta matéria!

Estranha forma de fazer contas tem o senhor!

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Estranha forma de vida...!

A Oradora: Sobre os SIRALAS e sobre muitas outras coisas!

Estranha forma de encarar a realidade dos Açores...!

Para não falar na... obscura forma de fazer contas!

Portanto, não vamos fazer aqui manobras de diversão!

Não vamos chamar questões que não vêm ao caso, porque eu também sei chamar!

Não vamos falar daquilo que não vem a propósito da questão que estava em discussão!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* A Srª. Deputada citou a "bíblia do PSD"!

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Mas serve para o efeito!

A Oradora: Eu citei o Deputado João Cravinho, que eu saiba, ainda não é militante do PSD.

Talvez não falte muito para passar, como o Sousa Franco também já está em vias disso. Mas isso são outras razões para discutirmos noutra ocasião.

A verdade é que os socialistas sabem muito mal reconhecer o trabalho de outros, quer dos seus adversários quer dos seus próprios militantes.

Essa é que é a verdade e ele próprio acusou-os disso.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Olhe que não!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, quanto às questões de gestão estamos entendidos, porque se quiser falar delas, nós temos muito para falar.

Quanto às questões do SIRALA, do SIRAPA e do SITRA, penso que a síntese está feita.

O SIRAPA, que é gerido directamente pela Secretaria está em dia. O SITRA que apesar de ter o SIFIT paralelo a nível nacional, também está em dia e até tem adiantamentos. O SIRALA foi atrasado propositadamente, porque o Governo Regional pretendia incentivar os empresários a recorrerem a outro tipo de incentivos que não lhe saiam do Orçamento Regional, que era escasso, tal como nós aqui sempre dissemos e não lhe faria mal nenhum reconhecer isso.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Bem maiores do que os vossos, mas... enfim!

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Os efeitos é que não foram bons.

A Oradora: De facto, era uma maneira de conseguir aumentar, não dizendo que a Assembleia é que lhe aprovou a verba que lá está, pois a proposta é sua. E nós gostaríamos até de tê-la aumentado, como sabe.

Portanto, a síntese está feita. A Câmara do Comércio, como disse o meu colega Duarte Freitas, é a "almofada" que tem que se desenrascar com isto.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queríamos dar o nosso testemunho e também manifestar aqui as nossas preocupações, na sequência da intervenção do Deputado Duarte Freitas.

Como, de resto, agora foi salientado pela Deputada Berta Cabral no final da sua intervenção, é habitual em matérias que, por si, têm relevância própria, muitas vezes fazer descambar aqui as discussões para o passado e para os exemplos do passado.

Eu gostaria de reafirmar que, para o Partido Popular, o que está aqui em discussão neste momento, e foi isso que retirámos da intervenção do Deputado Duarte Freitas, é a responsabilidade do Governo Regional, perante esta Assembleia e perante os açorianos, e terá que responder perante isso.

Se tem o cuidado de manter o que era de bom no passado, é problema do Governo. A nossa exigência é que não traga para o presente, algumas situações que foram menos positivas do passado.

O que nos preocupa é que no domínio que foi apresentado pelo Deputado Duarte Freitas, o Governo Regional que aparentemente dava a garantia de não cometer alguns erros do passado, nomeadamente deixar resvalar os compromissos do estado para com os empresários na Região Autónoma dos Açores, o que nós todos assistimos agora com preocupação, foi à rotura do financiamento dos sistemas de incentivos, nomeadamente do SIRALA.

Ainda quando aqui estávamos numa das últimas sessões deste Parlamento, via-se nos jornais diários da Ilha do Faial, uma convocatória de urgência da Câmara do Comércio da Horta, chamando todos os seus associados que beneficiavam de SIRALAS, para reunirem naquela Câmara do Comércio, a fim de lhes ser explicadas

as razões dos graves atrasos existentes no pagamento dos compromissos deste sistema de incentivos e, inclusivamente, a denúncia da utilização de expedientes, por parte do Governo Regional, para levar ao atraso na aprovação e na publicação dos projectos aprovados.

Posteriormente, tivemos - como foi aqui dito - uma reunião com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores onde, formalmente, perante uma Comissão desta Assembleia, foram-nos dados todos os elementos que confirmam, efectivamente, atrasos nesse domínio.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, confesso que seria muito mais simples, e o Sr. Secretário teria reduzido isso a poucos minutos, se na verdade tivesse reconhecido logo perante esta Assembleia, duas coisas: primeiro, o Governo reconhece que há um excesso de burocracia em todo o processo que vai desde a apresentação à aprovação dos SIRALAS. E V. Exª. tanto reconhece, que acabou por dizer isso. Só que, realmente, é difícil depois apanhar, do conjunto de matéria que V. Exª. refere, a parte que interessa. Mas o Partido Popular quer registar que o Governo reconhece que é preciso actuar de forma diferente nesse domínio. E se nós dissermos isso aos empresários dos Açores, eles ficarão satisfeitos, porque eles têm consciência de que é preciso alterar alguma coisa.

Segunda questão - o Sr. Secretário acabou por reconhecer também, depois de vários avanços e recuos, que esperava - ainda a curto prazo, nos próximos tempos - poder vir a regularizar os pagamentos dos SIRALAS, através das Câmaras do Comércio e Indústria dos Açores.

Ora bem, era precisamente isso que nós queríamos ouvir.

Não serve de nada pôr em causa os atrasos que se verificaram.

Foi lembrado aqui, e bem, que nós e o Governo sabíamos que 1,3 milhões de contos da dotação orçamental era insuficiente, atendendo à boa aceitação e à corrida que os empresários fizeram junto do sistema de incentivos. Portanto, mais dia menos dia, nós sabíamos que esses atrasos iriam ocorrer.

Agora, as Câmaras do Comércio dos Açores acabaram por ter que dar pública nota da sua insatisfação neste domínio.

Os Srs. Deputados que trouxeram essas matérias aqui, acho que fazem a sua obrigação. Aliás, nós próprios já o tínhamos publicamente feito e secundamos e apoiamos a legitimidade das acusações feitas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas. E também gostaria de dizer que o Governo, efectivamente, vai fazer um esforço para, nos próximos meses, corrigir essa situação, e tem um argumento válido para isso, isto é, pelo menos tem a garantia de que nos próximos tempos não vão surgir novos projectos nessa área. Mas isso também tem um revés, Sr. Secretário. E os próprios empresários também nos deram nota da sua preocupação. Ou seja, de que não haja aqui um hiato excessivo, porque há um aspecto muito positivo em toda a administração regional, no que se refere aos nossos empresários. É que as pessoas já perceberam que o que funciona relativamente ao investimento privado na nossa Região Autónoma, são os incentivos ao investimento.

Infelizmente, noutros domínios, ainda a subsidiação mais ou menos arbitrária, é "mãe" nesta Região Autónoma. Mas, pelo menos, no investimento - honra lhe seja feita! - a disciplina que foi introduzida, já foi aceite pelos empresários.

Agora, nós - Parlamento - e os senhores - Governo - temos que fazer um esforço para dar uma resposta, no sentido de que 31 de Dezembro de 99 não seja uma data negra para o investimento privado nesta Região.

É que o investimento privado também não pode parar.

Portanto, se por um lado, o terem cessado os sistemas de incentivos vai permitir ao Governo "pôr em dia" mais facilmente os atrasos que tem nos co-financiamentos desses investimentos, por outro lado, deixa em aberto uma preocupação muito grande: quando é que se prevê vir a ter nesta Região, de novo, sistemas de incentivo ao investimento, nomeadamente para os pequenos e médios empresários - porque é para eles que estou a falar - que têm utilizado com sucesso, o recurso ao sistema de incentivos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou começar por responder um pouco à última questão.

De facto, reconheço - e já o disse aqui - que no SIRALA existe um excesso de burocracia.

Realmente, o processo entra pelas Câmaras, vai para as Câmaras do Comércio, vai ao CRI, depois vai para o conselho de Governo para ser aprovado e tudo isso medeia muito tempo. Basta um pequeno atraso no agendamento do conselho do Governo, depois na publicação, para passar mais de 1 mês. E, depois, se há qualquer problema na candidatura, que inicialmente não estava bem preenchida, de repente pode mediar 6 meses, o que é demais.

Nós estamos atentos a isso e vamos tentar rever esta situação no III QCA.

Eu disse claramente que os SIRALAS não estão em dia. Mas o atraso que existe não é preocupante.

O que eu afirmei aqui é que, apesar de tudo, os sistemas de incentivos regionais são um modelo a nível nacional, a nível de País, porque funcionam. Funcionam não só com independência - e aqui reconheço o mérito de quem os fez e de quem também os pôs em discussão na sua grande maioria - funcionam em termos financeiros. E aqui eu reconheço o mérito deste Governo ter conseguido encontrar financiamentos suficientes para os manter sempre a funcionar sem grandes roturas. Enquanto que outras Regiões Autónomas, como é o caso da Madeira, já acabaram, pura e simplesmente. Enquanto que alguns sistemas de incentivos a nível nacional, só podiam entrar por exemplo candidaturas até Julho de 99, quando nós estivemos abertos até ao último dia.

Bem, é evidente que a pergunta chave e mais importante para os empresários é "quando é que se prevê um novo sistema de incentivos"?

Eu tive o cuidado, durante estes 3 anos e meio que estou no cargo de Secretário Regional da Economia, de não mexer muito nos sistemas de incentivos.

Eu penso que os empresários têm que ter um regime estável, previsível, para saberem fazer contas às suas vidas, para poderem prever o futuro.

Isso foi conseguido. Ou seja, não houve grandes mudanças no SIRAPA, no SIRALA e até no SITRAA. E as mudanças que nós temos feito, são de pormenor, de detalhe, de maior abrangência, de pequenos erros que detectamos e que vamos corrigindo, para que as pessoas, desde o início até ao fim, percebam claramente quais são os seus direitos, quais são os seus deveres e com que é que vão contar.

Bem, esta situação agora é diferente. É que vamos entrar no III QCA. E, pela primeira vez, a Região Autónoma dos Açores vai ter realmente uma quota no Plano Operacional de Economia, o que transforma essas negociações que sempre temos tido com o Governo da República, em termos de homologação, num aspecto diferente. Nós estamos a entrar em competição com todas as regiões do País.

Atingindo-se esta quota, nós podemos ter a certeza de que determinadas áreas vão ter financiamentos assegurados.

Atingimos uma quota de 27,4 milhões de contos, o que é óptimo.

Já fizemos uma reunião com as Câmaras do Comércio e Indústria dos Açores, com as três Câmaras do Comércio. Propusemos uma determinada divisão destas quotas pelas diversas medidas. E vamos tentar perceber quais os regulamentos que existem para essas diversas medidas.

Temos já a noção de alguns regulamentos, não temos a noção total de todos os regulamentos.

Pensamos que o Ministro da Economia irá divulgar, ainda este mês, estes regulamentos. E é com base neles que nós vamos ter que perceber quais as áreas que devemos criar à parte, como por exemplo os sistemas de incentivos até 30 mil contos que poderão ser criados nesta Região, independentes do continente, porque trata-se de um regime mais fácil, mais acessível, semelhante ao SIRALA e que poderá funcionar de uma forma similar a este.

Outros sistemas de incentivos de maior vulto, nós estamos a pensar ser candidatáveis aos sistemas de incentivos nacionais e depois receber, a nível regional, um prémio, tal como existe no SIRAPE.

Esta é, no entanto, uma solução que ainda não está completamente definida, porque temos também que ter conversações com a Comunidade Económica Europeia, para verificar se se pode fazer este processo. Mas estamos a trabalhar nisso.

Bom, penso que respondi basicamente às observações feitas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Quanto às posições tomadas pela Srª. Deputada Berta Cabral, eu queria dizer-lhe o seguinte: não fui eu que mexi na EDA, foi a senhora que veio com isso à baila. Também não fui eu que trouxe para aqui o preço do fuel, foi a Srª. Deputada que

falou nisso. E também não fui eu que trouxe aqui a questão da SATA, foi a senhora que falou nisso.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* O senhor é que falou nisso!

O Orador: Mas, já que é assim, vamos então falar na EDA.

Entre 92 e 96, houve um aumento no preço das tarifas em cerca de 32%.

De 96 até 2000, não só não há aumentos nas tarifas, como há uma redução de 25%.

É evidente que a situação é diferente. E é evidente que este Governo Regional tem tido um poder negocial com o Governo da República diferente daquele que tinha o Governo anterior.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Pelo amor de Deus, não tem nada!

O Orador: É evidente isso!

Se não fosse assim, nós não conseguíamos a convergência do tarifário.

Isso é real.

Para além disto, devo dizer que a EDA é hoje uma empresa mais dinâmica, mais competitiva, que tem entrado noutras áreas de negócio e tem expandido as suas actividades.

Por exemplo, encontrou uma associação com a EDP importante para o seu funcionamento.

Portanto, hoje, é uma empresa mais dinâmica.

Não nego o trabalho anterior, só que o trabalho que fizemos nestes 3 anos, é mais visível, é claro e foi bem sucedido.

No caso da SATA, minha senhora, eu próprio disse perante as câmaras de televisão, no voo inaugural de Boston, que esta iniciativa tinha origens no passado.

Deputada Berta Cabral*(PSD):* Ah já percebeu que só lhe fica bem isso?!

O Orador: Minha senhora, eu reconheço!

Eu sei que uma parte do que estamos a fazer hoje - uma parte pequena, mas que existe - também se baseia no passado.

Se não tivéssemos iniciado os voos charters para os Estados Unidos, se calhar estávamos a voar para Lisboa.

Mas a Srª. Deputada há-de reconhecer que, entre o que os senhores fizeram e o que nós fizemos, vai um "passo de gigante"!

O facto da SATA, Air Açores estar a funcionar muito melhor hoje, deve-se em boa parte ao sucesso da SATA Internacional, porque trouxe para dentro da Região muito mais passageiros. Trouxe para a Região muito mais movimento nos aeroportos desta Região e isso facilitou os voos directos, por exemplo, durante o verão. Facilitou o contacto mais fácil entre as ilhas. E isso fez com que a SATA, que tinha 5 aviões no passado, passe a ter agora a partir de Abril 10. Vai ter 4 ATP's, 1 Dornier, 3 Boeing 737 e 2 Airbus.

Estamos perante uma empresa totalmente diferente, com outro volume de negócios, isto é, passou dos 7 ou 8 milhões de contos para 20 milhões de contos. É mais do dobro em 3 anos.

Portanto, a senhora também há-de reconhecer mérito deste Governo.

Não diga sempre mal deste Governo.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Eu sei e já reconheci.

O Orador: Se a senhora acha que os seus méritos devem ser realçados, reconheça também os méritos deste Governo.

No caso do fuel, é tão simples como isto: há mais de 30 anos que a Região Autónoma dos Açores recebe fuel de um determinado fornecedor.

Nós, sem investir um centavo, obrigando este fornecedor a mudar as suas instalações sem lhe pagar qualquer indemnização, vamos conseguir nos próximos 10 anos uma redução de 3,4 milhões de contos.

Isto é obra! Isto é um sucesso!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Eu não sei se é a "melhor obra"!

O Orador: No passado nunca tivemos isto.

Por isso, também há-de dar mérito a quem está aqui deste lado e quem é capaz de levantar os problemas com coragem, com decisão, não se acomodando à situação existente!

O mais fácil para quem governa, é não fazer ondas.

Eu não sou assim!

Quando enfrento os problemas, faço-o de frente!

Se há problemas que eu julgo que estão mal, tento resolvê-los, procurando sempre servir o interesse público. Não me amedronto com qualquer tipo de problemas. Não estou aqui para privilegiar A, B ou C, mas sim para servir o interesse público.

Se a Região Autónoma dos Açores vai ganhar nos próximos 10 anos 3,4 milhões de contos, isso é obra deste Governo, coisa que no passado nunca conseguiram. E as situações eram exactamente iguais. Aliás, é ao contrário, porque agora exige-se que alguém passe as suas instalações de um determinado sítio para outro, conseguindo-se obter uma redução de 3,4 milhões de contos, sem investir um tostão.

Pois é, às vezes é difícil aceitar isto.

Eu não estou aqui para fazer propaganda da minha Secretaria.

Eu estou aqui para lhe dizer dos problemas que nós temos enfrentado.

Nós queremos resolver os problemas que existem na sociedade, que não é perfeita, pois existem ainda muitas áreas onde temos que trabalhar mais, onde temos que ser mais decisivos em determinadas coisas. Mas estamos a dar passos seguros para que esta Região tenha as formas estruturantes, necessárias, no sentido de que o seu patamar de desenvolvimento suba a outro nível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

O Sr. é que trouxe aqui todas essas questões.

Com apartes ou sem apartes, foi o Sr. que trouxe essas questões do "por onde passou" "por onde não passou", para depois acabar por reconhecer que, afinal, muito do que se fez na altura, é aquilo que hoje está a vir à luz do dia. Porque há sempre muito "trabalho de casa" para fazer. Há muito trabalho que não se vê, até que ele seja todo visto.

E sobre isso, eu volto aqui a dizer, não é mérito da administração, nem daquela altura nem de hoje.

É mérito dos trabalhadores da SATA. É mérito dos trabalhadores das empresas. É mérito de quem está todos os dias lá, a dar o seu melhor, para que as empresas engrandeçam.

Nós só temos que criar as condições.

E isso, orgulho-me, de tê-lo feito.

E reconheço a este Governo também o saber manter as condições, para que a empresa se desenvolva.

Porém, também lhe deixo uma preocupação: ninguém conhece melhor as estruturas daquela empresa do que eu. Podem conhecer tão bem como eu, mas não conhecem melhor!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Presunção e água benta...

A Oradora: São estruturas pequenas, frágeis, que assentam em meia dúzia de pessoas com um conhecimento muito profundo do negócio, porque trata-se de negócios muito específicos. E eu tanto me refiro a uma empresa como à outra (EDA e SATA), mas em particular mais à SATA.

Portanto, também lhe digo: não dêem passos maiores do que as pernas! - é apenas um aviso. E um aviso que, **infelizmente**, tem mais razão de ser do que pode parecer.

Que fique só isto aqui!

É preciso criar condições, elas foram criadas, estão a ser continuadas. Mas, dêem passos para o tamanho das pernas!

Muito obrigada.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar a nossa Sessão.

Peço-vos também que desliguem os vossos telemóveis, para não estarmos de pouco a pouco a interromper os nossos trabalhos, com esse ruído tão incomodativo.

(Eram 12 horas e 30 minutos)

Tem a palavra a Srª. Deputada Fernanda Mendes para uma intervenção.

Deputada Fernanda Mendes*(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A participação de uma representação da Comissão Eventual Parlamentar Para o Estudo da Toxicodependência nos Açores, na IV Conferência Europeia de Associações Intervenientes em Toxicodependência, o segundo evento sobre a matéria que essa representação participa vem, ao meu ver - e penso não ser a única a percepcionar esta realidade - , contribuir para um melhor conhecimento sobre a matéria que a Comissão foi incumbida de pesquisar e transpor para um relatório final a apresentar a esta Casa.

Por esta razão, hoje, estas palavras serão tão somente a descrição do que eu própria captei, em forma de resumo, como essencial das Conferências, Seminários e Ateliers que participei.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de começar por referir alguns conceitos introduzidos no primeiro plenário, subordinado ao tema "Desvio, Sofrimento e Prazer nas Culturas", porque leva-nos a uma reflexão mais aprofundada sobre a vastidão e complexidade do fenómeno da toxicodependência.

Todas as sociedades têm os seus prazeres e os seus desvios e por essa razão também todas elas têm tentado compreender e dar resposta a esses mesmos desvios, às perturbações e à dor. Não podemos esquecer que ao inventarmos o carro estamos ao mesmo tempo a criar o acidente, que quando falamos de desvios, ou seja, a não conformidade com ..., devemos nos questionar sempre sobre o que estamos a falar, de que normas em que contexto. Sendo as sociedades constituídas por um conjunto heterogéneo de grupos com diferentes visões da realidade, são os próprios grupos sociais que criam o desvio, ao criarem a regra. O desvio não é uma qualidade intrínseca do acto, é somente um predicado a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso. Como a imposição de regras é sempre uma relação de poder, pode haver desvio não intencional, como no caso de sub-culturas ou grupos que ignoram a regra.

Por essas razões e em relação às substâncias psico-activas, tenta-se hoje responder às questões relacionadas com o desvio do prazer, tendo em consideração que tudo que diz respeito à nossa sociedade é uma construção cultural e que é compreensível a nossa dificuldade em lidarmos com as substâncias psico-activas ilícitas que foram importadas de outras culturas e são novas nas sociedades ocidentais.

Nós temos a cultura do vinho e seus derivados e porque, enquanto colectivo, já experimentamos desde a abstinência à embriaguez, passando pelo consumo controlado, compreendemos a problemática e aceitamo-la com muito mais tolerância.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A realidade é que vivemos hoje uma era psico-química de massas, e a utilização dessas substâncias ultrapassa as questões da saúde pública por abarcar também princípios de ordem ética e política.

O uso de substâncias psico-activas para busca do prazer e facilitação das relações sociais vem acrescentar ao eixo terapêutico, dois outros, o hedónico (do prazer) e o social, tornando esta questão mais abrangente e mais complexa.

Os medicamentos e as outras substâncias, lícitas e ilícitas, intrometem-se no nosso quotidiano. Esse facto obriga-nos, técnicos e políticos, a desaprender o obsoleto, a não conservar o conhecimento petrificado e substitui-lo por algo mais apropriado.

A definição de riscos e perigos deve estar ligada às práticas e às experiências sociais. Por exemplo, a Morfina como antálgico, ou seja, quando usada para combater a dor tem menos riscos do que quando é utilizada no sentido hedónico, ou seja, como objecto de prazer.

É verdade que existe prazer na violência e na guerra, por isso cada homem tem de aprender a fazer a paz consigo próprio e com os outros. A responsabilidade nessa tarefa não pertence só aos Estados, mas também à família, à escola e aos técnicos.

Desenvolver a capacidade de autogestão e escolha no que diz respeito à própria saúde até aos direitos cívicos, faz parte da aprendizagem do exercício da cidadania em liberdade, segurança e solidariedade. Isto tem a ver com a prevenção.

Esta, não pode deixar de levar em consideração os factores individuais e ambientais, e os seus programas devem visar uma informação positiva sobre todas as substâncias psico-activas, o desenvolvimento da auto-estima, de aptidões sociais, da capacidade de tomar decisões, do auto-controle, do controle emocional, da aquisição de atitudes de tolerância e a ocupação dos tempos livres.

Não é tarefa simples! Por essa razão melhorar a qualidade da prevenção, estandartizar os projectos e as mensagens preventivas integradas, e avaliar quais as

intervenções eficientes e quais não o são, é ainda uma preocupação de países que têm tido políticas mais activas nessa problemática, nomeadamente a Holanda.

Ainda há bem pouco tempo em quase todos os países as intervenções no fenómeno da toxicodependência tinham tendência em concentrar a sua actuação na redução do tráfico e consumo. Hoje os seus objectivos são mais alargados e integrados, ou seja:

- Reduzir a prevalência do consumo de drogas ilegais;
- Reduzir a morbilidade e mortalidade devido ao uso de drogas, com a inclusão de programas de substituição visando a redução de danos;
- Aumentar o número de toxicodependentes tratados com sucesso, incluindo-se aqui a reabilitação e reinserção sócio-profissional;
- Reduzir a disponibilidade de drogas;
- Reduzir os crimes relacionados com o consumo;
- Reduzir o branqueamento de dinheiro e o comércio da droga.

Assim, a Federação Europeia de Associações Intervenientes em Toxicodependência pretende encorajar a cooperação entre os Estados membros no sentido da investigação de dados, informação e formação. Não podemos esquecer que as políticas propostas pelos diferentes sectores da sociedade são por vezes contraditórias. É necessário avaliá-las e passar das práticas às políticas. É preciso ouvir os que trabalham no terreno.

Hoje buscam-se novos modelos onde a redução de danos deverá fazer parte da estratégia global de intervenção na toxicodependência, bem como a descriminalização do consumidor.

Antes era a dicotomia entre consumo versus abstinência, hoje, deve-se analisar caso a caso, avaliar a qualidade de vida do doente, a sua cronicidade, a comorbilidade com doenças como a tuberculose, Sida e outras doenças graves orgânicas e introduzir os programas de substituição visando a redução de danos, como se tem vindo a fazer em Portugal, onde a Região Açores está incluída.

No âmbito deste novo modelo investiga-se em diferentes países da Europa a prescrição de heroína em substituição da metadona nas terapêuticas de redução de danos. As conclusões são ainda contraditórias, uns investigadores ou prescritores referem que os doentes ficam mais estabilizados com a heroína, outros, dizem não

haver diferenças, entre uma e outra substância, nos efeitos pretendidos, outros ainda dizem não haver vantagens devido ao facto da heroína ser mais cara, o que, e de acordo com outro grupo de autores, prevalece na decisão dos políticos.

Também é verdade que avaliar a redução de danos é um subsistema da avaliação das intervenções na toxicodependência de particular dificuldades de execução.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como construir então nesta Europa de cerca de 40 países a prevenção, o tratamento e a reinserção dos toxicodependentes numa diversidade cultural onde alguns privilegiam a liberdade individual e outros a intervenção mesmo contra a vontade do indivíduo, onde o desenvolvimento económico é muito diferente de país para país, onde a percentagem de pessoas atingidas é maior em bairros pobres e degradados, onde o relativamente próximo Afeganistão se afirma como o primeiro produtor mundial de ópio, produzindo 80% da heroína comercializada?

Como nesta Europa tão diversificada podemos falar de medidas preventivas aceites por todos?

É certo que os valores culturais e tudo o que favoreça a coesão social, a luta contra a pobreza e o aparecimento de militantismo local, favorecendo o aparecimento de associações para trabalhar nessa área, serão essenciais ao combate da toxicodependência de forma igual em todos esses países.

Mas é certo também que têm de predominar atitudes e decisões como a do Centro Pompidou quando ao elaborar um Manual de Prevenção não incluiu a Cannabis(Haxixe) porque as posições dos países relativas a essa substância são diferentes.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um exemplo do caminho a percorrer para a concretização de um Programa Europeu que visa uma resposta global ao fenómeno da toxicodependência. Neste sentido "A Carta Aberta do Porto" que marcou o encerramento da IV Conferência Europeia de Intervenientes em Toxicodependência, onde estiveram cerca de 1200 técnicos de numerosos países aponta ,entre outras, as seguintes conclusões:

- Condenar as explorações financeira, política, emocional e religiosa que por vezes são exercidas sobre as pessoas toxicodependentes e suas famílias;

- Considerar inaceitável que persista a pena de encarceramento para pessoas cujo delito foi o mero consumo de substâncias ilícitas (descriminalização do consumo);
- Lamentar que continuem a existir prisões onde os doentes não têm acesso aos programas de redução de danos, de prevenção e de cuidados apropriados;
- Reafirmar que o tratamento do toxico-dependentes vai para além da desintoxicação física, e que só numa minoria de casos é necessário internar o doente para ultrapassar essa fase do tratamento, alertando para os interesses financeiros privados subjacentes à maioria desses internamentos;
- Desenvolver mais a prevenção, tratamento e reinserção do que a repressão, visto a generalidade dos participantes na Conferência ter eliminado o objectivo e irradicar as drogas da sociedade por impossibilidade da sua concretização;

E por fim, sendo a toxicodependência um fenómeno complexo exige soluções igualmente complexas pelo que as intervenções devem ser multidimensionais, multi-profissionais e integradas.

Disse!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Governo, bem como do Deputado Social-Democrata Manuel Azevedo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora para alguns seja entendido como um problema menor, as razões que me levam a intervir sobre o problema do escoamento dos excedentes da produção de batata na Ilha de S. Miguel, dizem respeito a várias centenas de famílias para as quais essa produção constitui uma importante fonte de rendimento na manutenção da sua subsistência económica.

Enquadram-se perfeitamente estas culturas, nos compromissos do actual programa do Governo, no sentido de promover a diversificação da produção agrícola.

No Concelho do Nordeste e da Ribeira Grande, onde já foi dada nota do descontentamento pelos agricultores deste problema, aguarda-se uma resposta eficaz do Governo, na sua resolução.

Como sabemos, há um evidente problema de planeamento da produção em relação à capacidade de exportação e face às grandes oscilações dos mercados externos.

Foi constituída recentemente uma associação de produtores de batata de S. Miguel, cujo objectivo primeiro é o de ajudar centenas de produtores de batata na gestão da produção e na sua comercialização.

Há um claro esforço de reorganização dos produtores.

Com esta organização, comprometeu-se o Governo Regional a apoiar, dando garantias de intervenção, quer ao nível do apoio técnico quer no âmbito da comercialização dos produtos.

Não queremos, contudo, que as intervenções públicas se façam no momento em que o risco maior é o da perda de qualidade da batata, ficando mesmo uma grande quantidade sem condições de comercialização.

Importa agir em tempo útil.

Porque nem tudo está perdido, é necessário financiar, de imediato, operações de exportação para salvar o possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do Governo, esperamos o melhor entendimento com a associação de produtores de batata de S. Miguel, não no sentido de ser bem recebida ou regularmente visitada, mas sim, de ser dotada dos meios que permitam ajudar estes produtores a manterem rendimentos minimamente satisfatórios.

Desenvolvimento rural é, essencialmente, manter vivas as produções tradicionais e apoiar a manutenção das populações dos meios rurais.

Sendo assim, esta problemática enquadra-se perfeitamente nos próprios objectivos da reforma da Política Agrícola Comum.

Entendemos, mesmo, que uma boa parte da resolução deste problema, passa por ser considerado na revisão do Poseima, no contexto do apoio às produções.

Se não forem estas, porventura, as orientações do Governo, só apelamos para que digam a verdade aos agricultores e não os induzam em opções para as quais o Governo não pretenda colaborar.

Estamos a cumprir com a nossa missão, dando vós aos que precisam de apoio.

Esperemos que, apesar da ausência do Secretário Regional da Agricultura nesta Assembleia, estas preocupações sejam dadas a conhecer a quem já devia ter intervido na solução deste problema.

Tenho dito.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A cultura da batatas é, sem dúvida, uma das culturas que tem merecido da parte do Governo Regional, particularmente da Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário, uma grande protecção.

A associação dos produtores de batata de S. Miguel certamente percebe e sabe que o apoio que lhe tem sido dado, tem sido o suficiente para desenvolverem a sua actividade de uma forma cabal.

Em anos anteriores, a partir de 1996, sempre se tem apoiado a exportação da batata na sua parte excedentária.

Em 1999, além do apoio directo à constituição dessa associação de produtores de batata de S. Miguel, tem havido cursos de formação, tem-se apoiado visitas guiadas de produtores de batata a feiras e a cooperativas similares no continente.

Para o ano 2000, e à semelhança do que se fez nos anos anteriores, já se está a fazer um levantamento para se acautelar a quantidade excedentária de batata para se continuar a apoiar a sua exportação.

Acho que estas medidas são as suficientes, além das necessárias, para um apoio eficaz à produção e à exportação do excedente de batata.

A cooperativa - tenho a certeza - está sendo bem apoiada.

É claro que os problemas vão surgir. A cultura da batata é melindrosa, sujeita a grandes oscilações, pois o nosso clima é muito pouco favorável, em certas épocas do ano, a essa cultura. Por isso, vão haver sempre problemas. Mas, os apoios têm sido dados, são mais do que suficientes, para que a cultura decorra sem o mínimo risco para os produtores.

Muito obrigado.

Deputado Luis Resendes *(PS): Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para chamar a atenção de que a própria Associação de Produtores de Batata teve o cuidado, no final do ano passado, de chamar a atenção do Sr. Director Regional de Desenvolvimento Agrário, para o facto de que de acordo com as suas previsões, haveria certamente durante este ano um excedente da produção, com algumas dificuldades no escoamento do produto.

Essa chamada de atenção não foi tida em conta pelo Governo Regional e, agora, também tenho conhecimento de que está a ser feito um levantamento da situação actual, em termos de batata que esteja em condições de qualidade para ser comercializada nos mercados externos à Região. Mas também sei que vão encontrar uma grande quantidade de batata já perdida, cuja perda de rendimento daí irá advir.

Portanto, foi chamada a atenção do Governo Regional para essa matéria em tempo útil que não foi considerada.

Eu espero que o que se passou este ano, já que há um esforço da associação para promover o planeamento da produção e para a procura de novos mercados, e nas próximas campanhas, que o Governo Regional possa fazer um esforço, no sentido de evitar que aconteça o que sucedeu durante as últimas campanhas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio *(PS):* Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não podia deixar passar aqui em branco certas afirmações feitas pelo Sr. Deputado António Almeida sobre este sector, porque parece-me que elas não correspondem à realidade.

Quando este Governo assumiu as suas funções, o sector da batata estava totalmente descoordenado. Ou seja, para além da construção de um armazém situado na Lagoa do Congro que até presentemente não tem funcionado, porque foi mal calculado, não existia qualquer apoio visível aos produtores de batata.

Senão, vejamos:

Em primeiro lugar, não existia qualquer organização de produtores, que pudesse aglutinar os produtores, de modo a constituírem um parceiro para diálogo com o Governo.

Essa constituição foi efectuada, primeiro através de uma secção da Associação Agrícola de S. Miguel, e agora, através de uma associação própria dos produtores.

Contudo, o problema da batata e dos seus excedentes na Ilha de S. Miguel, tem que ser analisado também de outra forma.

O consumo nesta ilha, ronda as 6 mil toneladas. E os produtores que a efectuam no norte da ilha, mais propriamente nos Concelhos de Ribeira Grande e Nordeste, geralmente, essa produção atinge 9 mil toneladas.

O que é que acontece?

Sucede que, anualmente, há um excedente de 3 mil toneladas.

Para que esse excedente viesse a ser exportado, o actual Governo entrou em contacto com uma das maiores fábricas de transformação de batata, a Matutano, por forma a dinamizar contratos junto dos produtores associados, para que não viessem a encontrar dificuldades na venda do produto.

Os primeiros anos correram bem, mas houve um ano em que as plantas foram atingidas por uma praga e verificou-se que os nossos produtores não estavam habilitados a combater essa praga. E, por isso, a Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário começou a promover não só colóquios, como visitas ao continente, para verificarem não só explorações de batata, mas também para verificarem os trabalhos desenvolvidos nas suas cooperativas e para aproveitarem também a oportunidade para visitarem a fábrica.

Portanto, isto são acções que têm sido levadas a cabo por este Governo e que muito têm contribuído para tentar solucionar cada vez mais este problema.

Contudo, há também um outro problema que tem sido difícil de ultrapassar.

É que esta produção das 9 mil toneladas efectua-se na costa norte. Mas, durante o inverno, os produtores da costa sul também semeiam batata - a chamada "batata primor" - porque se o inverno correr bem, vão ter um preço muito alto. E foi o caso deste ano.

O que é que acontece?

Não se pode prever antes. Só quando chega a esta altura do mês de Fevereiro, é que o Governo pode intervir, para saber se há na realidade um excesso para além das 3 mil toneladas que têm que ser exportadas ou não. Porque, senão, a situação complica-se e muitas vezes uma Região que é excedentária em produção de batata, acontece que tem que importar.

Portanto, quanto a mim, este problema tem sido bem equacionado. Está já em marcha para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, a construção de um armazém em condições que não as do armazém da Lagoa do Congro, porque só para pôr a funcionar aquele armazém são precisos cerca de 90 mil contos por mês, logo, não há batata que pague o seu armazenamento. E estão também previstas acções de formação para habilitar os produtores a terem não só um produto de qualidade, que não seja rejeitado, como às vezes tem acontecido, pela própria Matutano, e para conseguirem combater as pragas que por vezes sofrem as suas produções.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Agora sim, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Recomeçá-los-emos às 15,00 horas.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas e 10 minutos)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns dos Srs. Deputados terão a tentação, se é que não terão conseguido mesmo resistido a ela, de dizer "outra vez". E é verdade, não é vulgar que eu, na mesma Sessão, venha a esta tribuna por duas vezes. Mas ficaram algumas coisas por falar no último dia e algumas foram mesmo suscitadas por aquilo que aqui se disse, durante a intervenção e o debate da última Segunda-feira, sobre algumas questões que arquitectei.

Em primeiro lugar, gostaria de completar uma intervenção que eu teria gostado de fazer após a intervenção do Sr. Deputado Guilherme Pinto, e que não o fiz nessa altura por manifesta falta de tempo do meu grupo parlamentar. No entanto, gostaria de fazê-la agora, começando por lembrar a Câmara que o Sr. Deputado Guilherme Pinto fez aqui uma exposição criteriosa e rigorosa dos passos que foram dados, no sentido de vir-se a construir no Faial uma escola secundária.

Diria que o Sr. Deputado Guilherme Pinto tinha toda a razão.

Este processo conheceu diversas vicissitudes. Talvez alguns atrasos que não deveria ter tido. O que é facto é que se chegou, finalmente, à fase de elaboração deste projecto, que é fundamental para o desenvolvimento do ensino nesta ilha. E, sobretudo, aquilo que gostaria de acrescentar à intervenção do Sr. Deputado Guilherme Pinto, é no sentido de sublinhar a declaração do Sr. Secretário Regional da Educação feita na altura.

O projecto que vai ser posto a concurso e que vai ser executado, é o que está neste momento elaborado e presente na Delegação de Obras Públicas do Faial, que espera os projectos de especialidade e que se destina à construção de uma escola com 40 salas - para 40 turmas - em que haverá uma parte - como diz o Sr. Secretário - destinada ao ensino secundário e, por essa via, tendo em conta os desenvolvimentos que conheço do ensino nesta viragem de século, os laboratórios e as salas especiais conhecerão um especial aprimoramento.

Sublinho esta matéria, porque me parece importante relevar este aspecto nesta Casa, para que de uma vez por todas, fiquemos com ideias claras sobre estes assuntos.

Posto isto, gostaria ainda no capítulo da educação, de dizer que o Sr. Secretário teve a gentileza de me entregar uma fotocópia de um anúncio saído na imprensa - não na imprensa da Horta - da Ilha Terceira, porque na Ilha do Faial saiu ontem, por acaso vi nos jornais locais idêntico anúncio, e que é feito pela Escola Superior de Educação de Leiria, no sentido de admitir candidatos para formadores dos interessados no complemento de formação. O que significa que, embora este assunto esteja ultrapassado, ele sofreu algum atraso por esta circunstância de não ser o CIFOP ou a Universidade dos Açores a tomar conta desta matéria, nem a Universidade Aberta, no que diz respeito a esta área...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo Meneses):* Não. É ao mesmo tempo.

O Orador: ...mas pronto, estamos encaminhados para que lá para Setembro, este assunto conheça o seu desenvolvimento natural, para que haja formadores, comecem a formação e se prossiga com a formação desses docentes do 1º ciclo, ainda que, do ponto de vista temporal, desfasada daqueles que têm acesso, quer à Universidade Aberta, quer naturalmente ao CIFOP.

Mas, por aquilo que diz o edital assinado pela Srª. Reitora da Universidade Aberta, os cursos começarão a partir de Março, já que as admissões foram feitas em Setembro, as listas de admissão publicadas em Novembro, as matrículas e as propinas pagas em Janeiro e o curso começará em Março - assim reza o edital que está na minha posse.

De qualquer forma, essa é uma matéria que está ultrapassada e que apenas aqui trago para manifestar à Câmara uma outra preocupação.

Em 1988, por decreto-lei, foi criado nos Açores, e por contrapartida com a extinção das então chamadas "escolas do magistério primário", um esquema especial ligado à Universidade, chamado "Centro Integrado de Formação de Professores", conhecido pela sigla de CIFOP. Mais concretamente, trata-se do Decreto-Lei 214/A/88, de 21 de Junho.

O Artº 1º desse decreto-lei reza assim: **"É criado, no âmbito da Universidade dos Açores, o Centro Integrado de Formação de Professores, adiante designado por Centro".**

E o nº 2 diz assim:

"O Centro é constituído por três pólos - Angra do Heroísmo, Horta e P. Delgada".

E o nº 3 diz ainda:

"Os pólos de Angra do Heroísmo e P. Delgada iniciam, imediatamente, o seu funcionamento".

Daqui surgiu logo a primeira reclamação que os deputados do Faial apresentaram. E não só os do Partido Social Democrata, devo dizer. Porque a Horta era na altura, a única cidade da Região que se via privada de um tipo de ensino terminal, que substituísse a Escola do Magistério Primário.

Mas, o nº 4 desse decreto-lei reza o seguinte:

"Logo que se verificarem as condições próprias, designadamente em pessoal qualificado, entrará em funcionamento o pólo da Horta".

E por aqui nos ficámos, à espera do pessoal qualificado.

É evidente que esta matéria não é da alçada directa do Governo Regional. É, sim, uma questão que diz respeito à Universidade, tanto é que, para a abertura de todos estes passos administrativos que levassem à abertura do CIFOP, no que respeita à sua comissão instaladora, à sua nomeação e depois o seu trabalho, competia e era feita por despacho do gabinete do Ministro da República e do Ministro da Educação.

Ora bem, o problema não está em que se tenham criado os outros pólos. O problema está em que nunca mais a Universidade procurou criar condições na cidade da Horta para a instalação do CIFOP.

E mais. Em dada altura, e quando o Governo Regional ainda tinha uma relação mais estreita com os investimentos da Universidade, adquiriu-se terrenos no Pasteleiro, mandou-se elaborar o projecto destinado ao DOP. Esse projecto, depois, foi alterado, porque, entretanto veio o CIFOP e procurou juntar-se nesse edifício também este Centro, só que deu-se a particularidade da Universidade se ter desligado completamente da responsabilidade de investimento e o seu financiamento pela parte

da Região, começando pelo Ministério, nem CIFOP, nem DOP, nem coisíssima nenhuma.

É evidente que esta não é uma situação de somenos importância.

Primeiro, a Escola do Magistério constituiu neste grupo de ilhas a saída profissional de muita gente. E muita gente acorreu e há muitos professores que foram professores de gerações por essas ilhas fora, diplomados pela Escola do Magistério da Horta. Porque, numa ilha com os constrangimentos de carácter económico e financeiro como eram os nossos, uma ilha com dificuldades de manter os seus filhos fora, quer noutras ilhas, quer no continente, para tirar cursos superiores, era aqui nesta Escola do Magistério que se formava uma quantidade apreciável de professores, que formaram gerações inteiras nos Açores.

E aquilo que aqui trago hoje é esta preocupação. Este decreto não foi revogado, o CIFOP... não sei, não posso precisar como é que é o seu funcionamento, quer em P. Delgada, quer em Angra, mas também - segundo me dizem - conhece as suas vicissitudes, porque as pessoas, em vez de irem por uma via que lhes concede um grau académico de importância menor, vão logo pela via de ensino dos cursos de licenciatura da própria Universidade. E, por isso, acredito que uma particular aposta da Universidade na criação das tais condições na Ilha do Faial, na preparação de pessoal docente, que se encaminhasse para poder aqui manter alguns cursos nesta área do CIFOP, seria uma situação que redundaria em benefício do conjunto de alunos que acaba o ensino secundário, nestas ilhas.

Devo dizer que, hoje, é possível haver aqui entre estas ilhas mais próximas, uma grande correnteza de pessoas para participarem e frequentarem esses cursos.

O ponto importante, é que se queira efectivamente, e este o alerta que deixo nesta minha intervenção, apelar para o Reitor da Universidade que, conjuntamente com as preocupações que lhe devem merecer a solução rápida das instalações do DOP, não deixe de integrar as preocupações que lhe devem advir da concretização deste nº4 do Decreto-Lei 214/A/88.

Este é um alerta que depende da nossa Universidade...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Essa é uma "carta a Garcia".

O Orador: É uma "carta a Garcia", como também podia ter sido "a Teotónio". Portanto, ficamos nesta matéria, perfeitamente esclarecidos.

De maneira que isso seria importante para a Horta. E, por isso, deixo aqui esta preocupação, no sentido de que todos nos empenhemos em resolver esta questão, que é de primordial importância para a nossa Região.

Se não é ver, se eu tiver uma escola que forme essencialmente professores do 1º ciclo do básico ou até ao 2º ciclo do básico, de certo que vou ganhar espaço e número de professores suficiente, ou pelo menos potencializar essa possibilidade, de ter professores nos Açores, nesta zona do arquipélago, dando aulas, como antigamente, por essas ilhas.

Isto não é tão despiciendo como possa parecer.

O ensino do 1º ciclo do básico, e sem qualquer questão de xenofobia ou de desconfiança da capacidade dos outros, é de fundamental importância.

A nossa autonomia funda-se nas tradições, nas nossas reivindicações ancestrais de um governo próprio. Mas a nossa autonomia também se funda e se radica, de forma muito forte, na nossa cultura própria, na nossa diferença. E a nossa diferença e a nossa cultura própria vem da escola. Vem de saber explicar às crianças porque é que aqui não se cantam as "Janeiras", mas fazem-se os "ranchinhos de Natal". É explicar porque é que aqui se "cantam as estrelas" e porque é que há touradas na Terceira. E porque é que é uma devoção especial o Espírito Santo.

Só quem vive, sabe e tem presente na sua vida estas perspectivas que também são importantes, é que pode transmiti-las convenientemente aos seus alunos.

E por aqui me fico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas mais uma situação que também não sendo da responsabilidade do Governo Regional - e eu hoje trago aquelas que não são deste Governo, para que não haja qualquer confusão - tem a ver com uma Resolução há anos votada por unanimidade nesta Casa e que dizia respeito à recomendação que se fazia ao Sr. Ministro da República, ou à entidade competente, pela segurança e ordem pública na Região, com vista à instalação, na Ilha Terceira, mais propriamente em Angra do Heroísmo, bem como na cidade da Horta, de sub-delegações da Polícia Judiciária.

Tanto quanto posso saber, a sub-delegação de Angra foi aberta, está lá a funcionar, porém, não foi dada concretização à segunda parte desta Resolução que era a abertura de uma sub-delegação da Polícia Judiciária na cidade da Horta.

E aqui também quero deixar uma preocupação.

A Horta, talvez até pelas mesmas razões que na altura levaram a que se pedisse a abertura de uma sub-delegação em Angra do Heroísmo, conhece, neste momento, uma movimentação de pessoas, das mais diversas.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Isso é porque a reconstrução está a funcionar.

O Orador: Pessoas que entram, que saem e que se movimentam por aí, numa quantidade que ultrapassa em muito aquela que normalmente vive na pacatez da nossa pequena cidade.

Era preciso que, antes de ter que remediar, se pudesse prevenir.

Era necessário que este ... "paraíso de segurança" em que temos vivido nos Açores, de um modo geral, e nalgumas das nossas ilhas, em particular, se pudesse manter.

Era bom que se mantivesse o mesmo tipo e a mesma qualidade de vida e de segurança que temos vivido até agora.

E digo isto, não só por uma questão da abertura da sub-delegação que então se pedia, mas também pela construção das novas instalações da PSP da Horta, que vive há anos em pré-fabricados. É que esta não é só, infelizmente, uma promessa do anterior Governo do Partido Socialista a nível nacional, é uma promessa que parece crónica. A mais recente foi feita por parte do Sr. Secretário de Estado Armando Vara, na altura com esta área a seu cargo. Não sei se o actual Ministro - creio que não - da Administração Interna teve tempo para isso, talvez ainda só tenha tido tempo para resolver o problema do Comandante da Polícia do Porto.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Também do Euro 2004 e dos touros de Barrancos.

O Orador: Não percebi bem.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Dos touros de Barrancos!

O Orador: Ah, e de Barrancos, então há alguma coisa que é importante.

Acrescentemos, então, que ao problema do Comandante da Polícia do Porto, também resolveu o problema de Barrancos. E quando chegar o mês de Agosto, veremos ou não como é que isso está resolvido!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Mas, aqui fica apenas e só, esta preocupação: alertar quem tem a responsabilidade de, nesta matéria intervir, para que assuma esta tarefa de levar por diante este pedido que foi feito na altura pela Assembleia para a abertura de uma sub-delegação da Polícia Judiciária na Horta. E também uma outra situação que é, notoriamente, insuficiente, e que são as instalações da PSP da Horta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aqui ficam três questões que são importantes para, pelo menos, o meu círculo eleitoral e que deixo à consideração de alguém que possa dar uma ajuda nisto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD e dos Deputados Socialistas Fernando Menezes e Guilherme Pinto)

Presidente: Eu queria chamar a atenção da Assembleia para o facto de que temos entre nós a assistir aos nossos trabalhos um grupo de professores e de alunos da cidade da Horta, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para prestar alguns breves esclarecimentos ao Sr. Deputado Madruga da Costa, na sequência da sua intervenção.

Em relação ao desenvolvimento temporal dos cursos, estes iniciam-se uns mais cedo outros mais tarde, mas em termos de fim de curso, vão acabar sensivelmente todos na mesma altura. Quer os de P. Delgada, quer os de Angra, quer os da Horta, iniciar-se-ão no começo do próximo ano lectivo. Não digo que terão início todos no mesmo dia, mas em princípios de Setembro começarão nas três cidades.

O curso da Universidade Aberta, porque tem um desenvolvimento mais longo, já se iniciou. Mas, porque a própria natureza do curso assim o obriga.

Relativamente às questões levantadas sobre o CIFOP, eu gostaria de informar o Sr. Deputado que, em boa parte, essa matéria está hoje obsoleta, porque passou a ser da carreira de todos os docentes, de todos os graus de ensino, norma a licenciatura. Ou seja, a feitura de cursos de bacharelato voltados para o sistema educativo, está a desaparecer, por força das alterações que foram introduzidas na carreira docente e por força da nova organização do ensino superior.

De maneira que o CIFOP, enquanto entidade autónoma, hoje, já diz muito pouco à Universidade dos Açores. E a verdade é que, quer em P. Delgada quer em Angra, cada vez mais, o CIFOP já não é o que era, já que os cursos que ele estava vocacionado para fazer, isto é, os bacharelatos na área da educação, hoje, já são licenciaturas. Portanto, essa é uma matéria que está de alguma forma fora do tempo.

Foi pena que tivessem passado 12 anos, ou seja, que no período imediatamente a seguir a 1988, não tivesse sido activado o CIFOP da Horta. Hoje, é deveras difícil voltar a fazê-lo. E creio que temos que ser realistas e encarar as coisas desta forma, porque hoje já não há bacharelatos em educação. Aquilo que há, neste momento, são cursos superiores que conferem o grau de licenciatura e que são cursos - no caso dos Açores - da Universidade dos Açores o que não quer dizer que, eventualmente, não haja uma escola superior de educação que se possa instalar aqui e ali, porque ela estará em fase de licenciaturas.

Mas o CIFOP, enquanto entidade voltada para os bacharelatos, já não faz sentido e está, digamos assim, a desaparecer.

Foi por causa disso, e reconhecendo essa situação, que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais fez protocolos com diversas entidades. E, no caso concreto da Escola Superior de Educação de Leiria, há inclusivamente a intenção

daquela Escola - porque vai ter que fazer várias edições do curso, ou seja, este é um processo que não se vai esgotar no próximo ano lectivo - e foi adquirido um pacote de cursos que se vai prolongar pelo menos durante 3 anos, o que quer dizer que o Instituto Politécnico de Leiria optou por contratar um corpo docente local, para dar pelo menos alguns cursos, já que vai ter uma permanência longa aqui na Horta. Daí terem surgido esses anúncios para recrutamento de formadores. E eu sei ser intenção daquela Escola Superior criar aqui na Horta um núcleo que, durante alguns anos, vá dando corpo às diversas edições do curso que vai ser aqui feito.

É essa a razão do anúncio que o Sr. Deputado viu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um pedido de esclarecimento e para prestar outro.

O pedido de esclarecimento é se é capaz de confirmar na leitura do Decreto-Lei que leu - e se continuar a sua leitura até ao fim -, em dizer-nos quem são as pessoas que assinam esse documento?

Segundo aspecto: lembra-se, na altura, quem é que era Presidente do Governo Regional dos Açores?

Deputado Dionísio de Sousa*(PS):* Essa é mais difícil!

O Orador: Pois é, essa é mais difícil.

Em relação ao esclarecimento que lhe quero dar, eu devo dizer que é impossível, na prática, o CIFOP poder fazer formação para o 2º ciclo e uma parte da justificação está dada pela resposta do Sr. Secretário. Ou seja, todos os professores têm que ser licenciados, seja qual for o sector de ensino onde trabalham.

E, por outro lado, há uma questão que me parece bastante simples, isto é, a própria Universidade dos Açores fechou cursos do CIFOP na Terceira, porque não tinha professores para leccionarem esses cursos naquela ilha.

Portanto, até mesmo nesse sentido, o então CIFOP da Terceira acabou por encerrar cursos, porque não tinha pessoal docente para mantê-los a funcionar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço as informações do Sr. Secretário Regional relativamente à questão dos cursos de componente de formação. Fico ciente de que eles terão o seu termo mais ou menos paralelamente e conhecê-lo-ão mais ou menos ao mesmo tempo, na medida em que as pessoas em igualdade de circunstâncias possam depois progredir nas suas carreiras.

No que se refere ao CIFOP, é evidente que eu não trouxe este assunto hoje aqui, apenas por desfastio.

E, desde logo, gostava de dizer ao Sr. Deputado Francisco Sousa, por uma questão de honradez, que disse que o Decreto-Lei era o 214/A/88, portanto, se é de 88 está datado, nem lhe disse de quem era ou de quem não era. Não precisava de dizê-lo, porque é de 88. E em 88, Portugal tinha o Primeiro-Ministro que era o Prof. Cavaco Silva.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* E quem era o Ministro da Educação?

O Orador: Mas quem ficou com a responsabilidade da criação de tudo isso, não foi o Governo da República, nem o Governo Regional. Foi a Universidade dos Açores.

Aliás, o Sr. Deputado Francisco Sousa sabe, possivelmente melhor do que qualquer um de nós nesta Sala, porque é que só se abriu os pólos de Angra e de P. Delgada e na mesma altura não se abriu o da Horta.

É bom também referir que V. Exª. era então Presidente do Sindicato dos Professores da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, em matéria de identificações, estamos de acordo.

Por outro lado, não tenho qualquer dúvida - Sr. Secretário Regional - e era a ideia que tinha, de que o CIFOP conheceu algumas vicissitudes no seu desenvolvimento e acabou exactamente por não ter pernas para andar.

O que é facto é que, curiosamente, com tanto professor qualificado, que na altura da abertura se reconhecia existir nos pólos onde o CIFOP abriu, desvaneceram-se, já não existem!

E o CIFOP acabou e estamos nós agora na Universidade dos Açores formando professores para o ensino secundário, porque quem tira licenciaturas, não quer ir para o 1º ciclo do ensino básico.

Quem tira licenciaturas vai tentar, por todas as formas, deixar de ser professor do ensino básico e do ensino primário, sobretudo.

De qualquer forma, o problema não é esse. Mas, sim, encontrar forma para que exista uma escola normal superior, como disse o Sr. Secretário. E já agora que tanto se fala na criação do ensino politécnico na Região, e sabendo que algumas escolas normais superiores (ou escolas superiores de educação, como se chamam agora) fazem parte também de institutos politécnicos, se calhar era a oportunidade para se criar, deste lado da Região, a escola superior de educação, como aliás, há pouco referiu o Sr. Secretário. E também devo dizer em abono da verdade que, em conversas privadas nos corredores que já tive com ele, há muito tempo que lançava o facto de não ter sido criada nos Açores uma escola superior de educação. Faço-lhe essa justiça.

No entanto, a preocupação que eu quero aqui pôr, chame-se CIFOP, ou escola superior de educação, é a possibilidade de trazer para a Horta um tipo de ensino terminal e um tipo de ensino que dê possibilidades às pessoas de, também aqui, se radicarem, de fazerem os seus cursos e de trabalharem aqui, ou noutro sítio qualquer onde entendam, mas que valorizará a este nível, e provavelmente com aquilo que saiu do CIFOP, nesta terra.

Portanto, não estou aqui a reclamar sequer, por que razões é que não se fez. Não se fez, pronto. Mas, o que é facto, é que estão sempre a tempo para o fazer.

E já agora, Sr. Secretário, também era bom que alguém se lembrasse de revogar este Decreto-Lei, porque já não tem aplicação possível.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Os factos encarregaram-se de revogar o trabalho que fez!

O Orador: Eu parece-me que antes disso, já ele estava revogado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar neste debate que também para mim é, de certo modo, apaixonante.

O Sr. Deputado Madruga da Costa lembrou alguns aspectos de uma matéria que foi aqui debatida e vivida já há quase 12 anos. E é bom que se recorde que os "coveiros" da Escola do Magistério Primário da Horta, versus CIFOP, versus Escola Normal Superior da Horta, executaram a sua obra há aproximadamente 12 anos. E, penso que é isto que é importante que se diga, porque nessa altura - recordo-me, embora não tenha comigo os documentos - o assunto foi trazido, foi debatido nesta Assembleia, na época nós funcionávamos ali mais em baixo e, efectivamente, fui eu que disse que com a criação então desse dito CIFOP, sem estudantes, sem uma base e uma estrutura mínima, estava-se a extinguir politicamente a escola que já há muitos anos estava em funcionamento, e bem, e estava a formar bem, muitas dezenas e dezenas de professores que desempenharam as suas funções nestas 4 ilhas do ex-Distrito da Horta, como nos ex-Distritos de P. Delgada e Angra e como no continente português.

Por isso mesmo, não vale a pena analisar-se - porque isso já foi feito - a extinção da Escola do Magistério Primário da Horta.

Não vale a pena falar-se da pseudo-criação do CIFOP, porque realmente ele nunca funcionou como escola propriamente dita.

Valerá a pena talvez lembrar que, nessa altura, muitas promessas foram feitas àqueles que acreditaram ser possível alguma coisa.

Recordo, por exemplo, o caso da educação física, da música e do ensino artístico, etc, etc.

Em meu entender, isto serviu para uma coisa, isto é, para se chegar à conclusão de que perdemos, nestas ilhas todas, durante 12 anos, a oportunidade de se ter contribuído de algum modo para o engrandecimento cultural dos jovens que aqui têm vivido. No entanto, eu acredito que nem tudo está perdido. Por isso mesmo, há um aspecto que, na altura, eu referi e que é absolutamente actual, por isso volto a referi-lo. Ou seja, esta ilha continua a ter uma Universidade muito deficiente, porque um campus universitário que não tem alunos, que não forma bacharéis, que não forma licenciados, não é universidade.

Chamem-lhe o que quiserem. Chamem-lhe grupo de amigos com alto valor intelectual e científico que trabalha em prol de determinados interesses científicos até muito úteis, não é isso que está em causa, mas não me digam que nesta ilha, onde está também sediada a Assembleia Legislativa Regional, existe um campus universitário na verdadeira acepção da palavra, porque ele não existe.

Existe um núcleo universitário sem estudantes, sem formação, a nível daquilo que eu entendo ser o primeiro passo de uma universidade e que é a formação de bacharéis ou de licenciados. E isso aqui não existe.

Para que a Universidade cumpra, nesta Região, a sua missão e tenha três pólos universitários, tenha três campus universitários, ela também tem que ter, na cidade da Horta, os seus cursos de formação universitária que não existem - este é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto prende-se com o seguinte: se com a extinção da Escola do Magistério Primário da Horta fez-se um CIFOP que foi desaparecendo e que hoje não existe, pense-se seriamente, agora, que embora com 12 anos de atraso, essa Escola pode vir a ser substituída por uma escola superior de educação. Porque, estamos convictos que se nesta cidade funcionar uma escola desse tipo, poderemos ter a licenciatura para professores do 1º ciclo, que podem vir a ser aquilo que foram os alunos da Escola do Magistério Primário no passado.

Há ainda um outro aspecto que gostaria de referir, porque nos preocupa, e também já foi aqui referido no passado, e que se trata de uma proposta feita já há algum tempo pelo Sr. Secretário e que na altura não avançou, no sentido de unificar as escolas no chamado "Complexo Escolar da Horta".

Queria chamar a atenção para um aspecto que começa a ser levantado, neste momento, por muitas pessoas ligadas ao ensino e com o qual é preciso ter muito cuidado, porque julgamos que se a intenção da Carta Escolar é fazer aquilo que o Sr. Secretário há 2 ou 3 anos, no início desta Legislatura, quis fazer, se realmente é essa a intenção, voltamos novamente a trilhar um caminho que não vai ser nem é aceite pelas pessoas directamente ligadas ao ensino na Ilha do Faial. É que, nesta matéria, "mais vale prevenir do que remediar".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa, eu gostaria de esclarecer que, hoje, os professores do 1º ciclo e os educadores de infância, aqueles que estão agora a ser formados, são licenciados.

Portanto, não há nenhuma distinção em termos de preparação académica entre os professores do 1º e do 2º ciclo, são todos eles licenciados, embora com graus voltados especificamente para as actividades respectivas. O que quer dizer que essa questão dos que estão licenciados fugirem do 1º ciclo é uma questão que começa a desaparecer, tanto mais que o próprio mercado de trabalho e a situação de desemprego que existe entre os professores, até faz com que quem tenha uma licenciatura adequada, ou uma formação adequada, ao 1º ciclo, neste momento, esteja em vantagem comparativa face a quem não tenha, perante as situações do mercado de trabalho.

Quanto à questão que o Sr. Deputado levantou relativa à existência de uma escola superior de educação na Horta, pois efectivamente essa será uma solução para o desenvolvimento do ensino superior nesta ilha, porque - e eu aí concordo com o que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão - uma universidade só o é realmente quando tem alunos. Quando não os tem, é um centro de investigação, ou outra coisa qualquer. Digamos que pode ser parte de uma universidade, mas não é efectivamente uma universidade.

Portanto, para que a Universidade dos Açores tenha uma efectiva tripolaridade e para que ela seja uma universidade que chegue também à Horta, é preciso que existam aqui os alunos correspondentes.

Essa é uma matéria que eu também sei ser um desejo da própria Universidade dos Açores, porém, é preciso que se criem as condições para que isso aconteça e para que a Horta tenha ensino superior.

Relativamente à questão da Carta Escolar levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, eu quero dizer que ela tem objectivos bem mais vastos do que isso, tem

como objectivo estabelecer um modelo educativo para a Região Autónoma dos Açores. A Ilha do Faial não tem nenhuma especificidade em relação ao resto do arquipélago. É uma ilha como as outras, como a Terceira, como S. Miguel e há uma filosofia que deve ser comum.

Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que continuo, firmemente, a defender aquilo que defendi na altura. E creio que a Ilha do Faial perdeu em muito, por não se ter feito aquilo que devia ter sido feito.

De qualquer modo, a história o dirá e é uma questão em que, obviamente, cada um de nós apresentou as suas razões, teve o desfecho que teve, mas eu continuo a pensar, muito firmemente, que aquela era a solução correcta no momento correcto. Mas, obviamente, são opiniões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respeitando a opinião do Sr. Secretário, quero também garantir firmemente que tenho opinião exactamente oposta.

E mais, gostaria de chamar a atenção para outro aspecto. É que, cada vez mais, estou convicto de que vamos ter que fugir aos grandes "monstros" escolares, onde todos sabemos ser muito mais difícil a gestão, o controle e a manutenção do normal funcionamento escolar, em vez do que se passa nas escolas bastante mais pequenas, onde as situações de normalidade escolar são mais fáceis de levar a bom termo.

Quero recordar ainda um aspecto que nos deve também servir de lição. Hoje, e cada vez mais, fala-se numa das grandes escolas, talvez das maiores escolas em população escolar desta Região e que é a Escola de Angra do Heroísmo, onde cada vez fala-se mais nos grandes problemas desse estabelecimento escolar.

Por isso, dá-me a impressão de que, sob o aspecto educativo e a nível das grandes cidades, temos que ter muito cuidado na formação de grandes escolas, porque é bem possível que seja mais fácil gerir as pequenas e médias escolas. E, por isso mesmo, o formato, ao juntar várias escolas, aglutinando esses grandes estabelecimentos, em

nosso entender, pode ser um perigo com o qual devemos ter muito cuidado, quando avançarmos para projectos desse tipo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* O edifício continua a ser o mesmo, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aquilo que o Sr. Deputado Paulo Valadão acabou de dizer merece a minha total concordância.

Efectivamente, essas escolas têm que ser cada vez mais pequenas. E nós temos que partir para escolas que tenham a dimensão humana.

É isso que está apontado na Carta Escolar, é esse o esforço que tem vindo a ser feito pelo Governo, no sentido de criar uma rede escolar, caracterizada por pequenas escolas.

Agora, Sr. Deputado, um outro aspecto, ou seja, pelo facto de nós criarmos uma gestão única para um complexo escolar, não aumenta nem diminui, nem sequer no número de alunos que lá estão. Os alunos são os mesmos. Uma coisa tão tem rigorosamente nada a ver com a outra, conforme a própria lógica o demonstra.

O problema de uma escola grande, não é o facto de ter apenas um conselho directivo, mas sim o facto de ter muitos alunos.

Eu não posso resolver o problema da Escola Secundária de Angra, criando 3 ou 4 conselhos directivos e entregando um andar a cada um deles. Se fosse assim tão fácil, Sr. Deputado, já o tinha feito. Era tão fácil essa medida, ou seja, eu dividia a escola em propriedade horizontal e punha um conselho directivo em cada uma.

Porém, a questão não é essa, porque o que está em causa aqui, não é o número de conselhos directivos, mas sim o número de alunos.

O número de alunos não é afectado, nem positiva nem negativamente, por medidas deste tipo.

Essa é que é a realidade.

Portanto, nós estamos perfeitamente de acordo, estamos é a usar argumentos que estão cruzados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para lembrar o Sr. Secretário Regional de que aqui na Horta existem duas escolas - a realidade é essa. E se fundirmos duas escolas numa, estamos a aumentar, numa escola, o número de alunos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* O edifício continua a ser o mesmo, Sr. Deputado. É a tal história da propriedade horizontal.

Presidente: Damos por findo este período e vamos entrar no Período da Ordem do Dia, com o primeiro ponto que se refere a uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre uma "alteração ao DLR nº 8/96/A, de 14 de Junho (SITRAA - Sistema de Incentivos ao Turismo na RAA)".**

Para proceder à sua apresentação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que apresentamos, tem como objectivo satisfazer três situações que considero importantes.

Uma, advém de uma directiva comunitária.

É necessário que todos os empresários que se candidatem aos sistemas de incentivos na área do turismo, tenham obrigatoriamente 25% de capital próprio. Actualmente, bastaria terem 20% de capital próprio.

Isto não constitui grande problema no resto do articulado do Decreto Legislativo Regional nem do Decreto Regulamentar Regional, porque o SITRAA dá um máximo de 70%. Portanto, o importante é o empresário, no acto da candidatura, provar que tem capital próprio de 25%.

Para além disso, fazem-se pequenas alterações que tornam este Decreto mais abrangente.

Assim, no Artº. 3º precisa-se um pouco a "indústria hoteleira e similares", substituindo-se a última palavra, **similares**, por **restauração e bebidas.**

Retirou-se a finalidade lucrativa, o que implica que associações e centros lucrativos possam, desta forma, ser candidatáveis ao SITRAA.

Por outro lado, permite-se que empresas do ramo de transporte aéreo e marítimo de passageiros, e segundo a sugestão da Comissão de Economia com a qual eu concordo, possam também beneficiar destes incentivos.

O objectivo é simples, ou seja, nós verificámos no passado e também no presente, aliás a BTL foi um claro exemplo disso, que empresas do ramo de transporte aéreo têm grande necessidade de fazer promoção das suas viagens. Se estas empresas tiverem, de facto, o destino Açores ou façam aqui escala, podem perfeitamente, utilizando os seus balcões na Região, no País, ou até no estrangeiro, fazer promoção do arquipélago.

Desta forma, nós estamos a incentivar essa promoção, contribuindo para que ela seja feita. E nós achamos que a promoção dos Açores deve ter um carácter institucional, por um lado, que nunca deve ser perdido, mas deve ter cada vez mais a participação dos privados, sejam eles de unidades hoteleiras, sejam de agentes de viagem, sejam de outras organizações sem fins lucrativos, mas que possam ter projectos viáveis na área do turismo, ou então mesmo as transportadoras aéreas, de transporte marítimo, de rent-a-car, que também têm interesses substanciais na área do turismo.

Há, depois, no ponto 3, uma pequena alteração que é mais no sentido de facilitar as candidaturas.

Anteriormente, às candidaturas era exigido que fizessem prova, no caso das pessoas colectivas tal como está disposto na alínea c), isto é, a situação da regularização relativamente às dívidas ao estado e à segurança social, em que se dizia no articulado anterior que "no caso de pessoas colectivas, o disposto na alínea c) do número anterior, é extensível aos respectivos sócios". Ora, por vezes, havia determinadas empresas que teriam um número muito grande de sócios e que tornava quase impraticável a sua candidatura, apenas por ser processualmente muito complicado.

Assim, resume-se um pouco, isto é, passa a ser extensível aos sócios das pessoas colectivas promotoras, "se as respectivas participações sociais forem superiores a

10%". Ou seja, faz-se aqui um limite mínimo, para a apresentação da situação regularizada.

Este documento no Conselho Regional de Incentivos, teve a sua aprovação. Também fui ouvido pela Comissão de Economia, durante a discussão que lá ocorreu, colocou-se o problema das empresas de capitais públicos poderem ou não concorrer e se seria extensivo aos sistemas de incentivos nacionais. Na altura, eu não estava verdadeiramente documentado, mas lembrei-me da INATUR, porém agora, com a documentação do programa operacional da economia, devo dizer que é muito frequente que empresas públicas, ou maioritariamente de capitais públicos, possam concorrer aos sistemas de incentivos nacionais, nas mesmas condições em que as empresas privadas também concorrem.

Por outro lado, chamei a atenção para a medida 2.1, ou seja, "apoiar actividades e produtos de dimensão estratégica", onde aparecem como beneficiários empresas, associações empresariais, autarquias, Instituto Português de Juventude Mobi-Jovem, INATUR, empresas públicas, sociedades anónimas de capital maioritariamente público.

Na medida 2.2 "Mobilizar novas ideias, novos empresários", também aparece o mesmo.

"Fomentar novos espaços de desenvolvimento económico" e na medida 3.1 "consolidar infraestruturas de apoio técnico e tecnológico também, o que quer dizer que em quase todas as medidas é comum o aparecimento de empresas públicas neste processo.

O que mais me preocupou nas alterações deste Decreto Legislativo Regional foi uma maior abrangência que esteja mais correlacionada com a promoção. Nós gostaríamos de ver mais empresas a fazer promoção dos Açores no exterior. Acreditamos, mesmo, que temos que ter um papel essencial e primordial na promoção dos Açores, mas cada vez mais, os intervenientes, os autores, os operadores turísticos, são as pessoas indicadas para captar, pelo menos, os segmentos de mercado no exterior.

O esforço feito pela Região é importante. Mas o esforço feito pelos privados é cada vez mais importante.

Progressivamente, e à medida que o número de camas for aumentando nesta Região, será importante que os privados participem mais na promoção e na animação turística e que tomem nas suas próprias mãos esta actividade económica que é fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai *(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que está em debate, visa alterar e dar nova redacção aos Artigos 3º e 4º do Decreto Legislativo Regional nº 8/96/A.

Como o Sr. Secretário já referiu, o diploma tem três objectivos fundamentais: primeiro, altera-se o nº1 do Artº 4º, para dar cumprimento a uma directiva comunitária que obriga a que o nível de financiamento mínimo dos investimentos com capitais próprios seja de 25% do valor global desse investimento, quando no diploma ainda em vigor, essa percentagem é de 20%.

Segundo, inclui-se na redacção do nº 1 do Artº. 3º a possibilidade das empresas de transporte aéreo e marítimo de passageiros poderem aceder aos incentivos para a promoção da Região e para a animação turísticas.

No debate que se verificou na Comissão, chegou-se à conclusão que também as empresas de transporte terrestre de passageiros, mais precisamente as rent-a-car, poderiam ter acesso a esses incentivos, para a tal promoção e animação turísticas, tendo o Sr. Secretário - como também já foi dito por ele - mostrado uma abertura para esta nova introdução.

Daí que esta alteração seja feita na Comissão, porque ela assim deliberou por unanimidade, e o Grupo Parlamentar do PS assume essa alteração.

Um terceiro objectivo, é permitir candidaturas de entidades sem fins lucrativos, desde que o seu projecto seja economicamente viável, isto é, na redacção do Artº 3º do diploma ainda em vigor - o Decreto Legislativo Regional 8/96/A - dizia-se que podiam "beneficiar as pessoas singulares e colectivas, com finalidade lucrativa". Esta expressão de **finalidade lucrativa** desaparece agora da redacção do texto que se propõe.

Dados estes objectivos que eu acabei de enunciar e que o Sr. Secretário também apresentou, o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente este diploma que visa alterar o Sistema de Incentivos ao Turismo na nossa Região. No entanto, gostaríamos de fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, pensamos que é positivo o facto de terem acesso as entidades sem fins lucrativos nestes projectos, no sentido de que tenham viabilidade económica.

Também estamos de acordo que exista a extensão aos transportes aéreos e marítimos de passageiros, como também achamos que é positivo o aditamento de haver a possibilidade e de poderem ser comparticipadas as iniciativas que visem o transporte terrestre.

Entendemos, porém, e este é um aspecto que gostaríamos de vincar bem, porque compreendemos bem aquilo que foi dito, que os empresários que não se socorreram do Quadro Comunitário de Apoio que terminou no fim do ano passado, e que não tiveram a possibilidade de aceder aos incentivos nele contidos, a partir de agora terão que ter uma participação de mais 5% daquilo que tinham relativamente ao passado. Pelo menos é esta a conclusão que tiro da proposta que temos na nossa frente.

Por isso mesmo, este é um aspecto que gostaria ficasse bem vincado, porque embora seja uma realidade, estou convicto de que irá aparecer noutros sectores da nossa economia. E é bem provável que quando eles surgirem noutros sectores da nossa economia, a situação seja ainda bem mais complicada do que aquela que é no sector do turismo, porque para grandes empreendimentos terem necessidade de garantir investimento próprio de 25%, é completamente diferente daquele que existia no passado que era apenas de 20%.

Um outro aspecto que gostaríamos de chamar a atenção, prende-se com a necessidade de se fazer, criteriosamente, uma apreciação dos projectos que forem surgindo e de se poder, também criteriosamente, fiscalizar a sua execução.

Penso que, sob esse aspecto, esta legislação é também importante, é fundamental para a nossa economia, mas é extremamente importante que se possa acompanhar no dia-a-dia, quer os projectos apresentados quer depois a sua execução.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que introduz alterações no diploma que aprovava o SITRAA. E essas alterações são de duas naturezas, isto é, de natureza processual e de elegibilidade, e de alargamento do âmbito de actuação.

As primeiras, que têm a ver naturalmente com o aumento do capital social, ou melhor, do financiamento próprio do investidor, têm em vista a rentabilidade e a viabilidade de investimentos. E em relação a essa, nada temos a opor.

Também do ponto de vista processual e da acessibilidade dos promotores, parece-me que a alteração introduzida, desburocratizando o sistema, é uma boa alteração.

Em relação ao alargamento do âmbito do diploma, já temos aí algumas preocupações. Não é nenhuma objecção de princípio, mas apenas preocupações que eu não queria deixar de registar, para que depois no futuro e na aplicação prática, não venham a surgir dificuldades e depois vir dizer-se que a Assembleia é que aprovou.

Essas preocupações que eu quero deixar aqui, prendem-se com o seguinte: ao alargar o âmbito de aplicação deste diploma, está-se a abrir excessivamente, no meu ponto de vista, a porta a várias associações que, directa ou indirectamente, intervêm na área do turismo, a empresas de capitais públicos e semi-públicos de vária natureza, ora públicas ora de sociedades anónimas. Mas, mais do que isso, está-se a proporcionar uma dispersão de recursos escassos e previamente definidos no orçamento para o ano 2000. Porque os recursos já são conhecidos, já estão aprovados, estão orçamentados e, portanto, temos o mesmo bolo para dividir por muitos mais. Esta é uma primeira preocupação.

Uma segunda ordem de preocupações, e que eu não queria deixar de referir aqui, é que o alargamento do âmbito do diploma, deve requerer uma nova notificação à Comissão. E aí, espero que o diploma continue em vigor e não haja qualquer

dificuldade de aplicação, enquanto se aguarda a aprovação da notificação à Comissão Europeia.

Portanto, são estas as preocupações que eu quero deixar aqui e em função delas, o PSD vai abster-se na votação deste diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com a reflexão feita na Comissão de Economia, o Partido Popular já tinha dado o seu voto favorável à Proposta de diploma aqui apresentada, com as alterações sugeridas e assumidas pela Comissão, às quais o Sr. Secretário aqui já fez referência, manifestando a sua concordância com as mesmas. Aliás, na linha do que havia referido em sede de Comissão.

Gostaria de fazer uma referência ao imperativo do aumento dos requisitos, em matéria de capital social das empresas.

Em relação a isto, eu queria dizer claramente que, embora isso resulte - como foi referido, se bem me lembro, pelo Sr. Secretário - de uma imposição comunitária, parece-nos saudável, ao contrário do que foi referido nesta Assembleia, estabelecer-se um mínimo de 25% de capitais próprios a esse nível, como, de resto, ao nível das exigências que venham até a ocorrer por iniciativa regional, noutros tipos de sistemas de incentivos.

É comummente aceite que, muito dificilmente, se conseguem margens de segurança aceitáveis para a média dos investimentos, quando a componente do capital próprio fica aquém de rácios desta natureza.

Há muito a ideia e a filosofia de que os incentivos ao investimento visam suprir carências, visam uma atitude de auxílio, quando toda a filosofia que está na base da criação dos incentivos é exactamente o oposto. Ou seja, só se garantem incentivos, perante a demonstração da viabilidade da iniciativa. E, infelizmente, depois de algumas décadas, ainda a muitos níveis, tem-se uma perspectiva do papel do estado ao nível dos incentivos, como o papel de alguém que vai tornar viável o que é inviável, quando a União Europeia o que pretende é apoiar o que pode ter sucesso. Ninguém está disponível para apoiar situações de insucesso, situações de falência.

Aliás, a falta de rigor na apreciação de muitos projectos ao longo dos anos nesta Região, é que tem permitido o surgimento de situações perfeitamente escandalosas, que ao nível do próprio homem comum, são consideradas como sendo iniciativas de todo inviáveis e que às vezes o capricho de um técnico, eu diria mesmo a aventura de um técnico associada a alguma imprudência da parte de quem analisa as candidaturas, faz com que os técnicos justifiquem a viabilidade daquilo em que os próprios proponentes nunca acreditaram e a própria opinião pública, leiga, sempre duvidou.

E com isso, desacreditam-se os sistemas, criam-se ambientes contrários ao incentivo ao investimento privado, só porque meia dúzia deles põem a perder e dão mau uso a dinheiros que são públicos e que são depois utilizados para outros fins, no fundo, trata-se de falências fraudulentas, que estão planeadas ao pormenor, desde o dia em que se pede o parecer económico do técnico, até ao dia em que se festeja a aprovação por parte da administração do incentivo ao investimento.

Portanto, na óptica do Partido Popular, tudo o que seja feito no sentido pedagógico de estabelecer mínimos razoáveis para que os investimentos tenham de facto uma cobertura de capitais próprios razoável, é positivo, é pedagógico.

Para subsidiar empresas, para sanear empreendimentos, terão que existir outras figuras que, essas sim, pelo contrário, já não fazem requisitos de capitais mínimos, essas injectam, muitas vezes, capitais públicos em situação que, na nossa perspectiva, nunca poderão ser de duvidosa rentabilidade, porque aquilo que tem rentabilidade duvidosa, não deve existir, se queremos uma economia sã e se queremos uma economia válida.

É nessa perspectiva que o Partido Popular apoia, e com satisfação, esta iniciativa, pelo facto de que com este princípio que nos é imposto do exterior, mas que devemos assumir alegremente, podemos estar a dar um passo positivo e pedagógico, junto dos nossos empresários.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro regozija-se pelo facto do incentivo ao investimento ser de 25%.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* O limite dos capitais próprios.

O Orador: Exactamente.

Refere isso no âmbito desta matéria e, tal como disse há pouco, admite que alguém pode vir a preocupar-se com isto, no entanto, disse fundamentalmente que se isto for extensível a outros sectores, pode trazer ainda muito mais preocupações em relação a empresas que são viáveis e que têm capacidade económica. E "a talho de foice", vou referir um caso concreto.

O apoio aos investimentos no sector agro-industrial, foi até ao último Quadro Comunitário de Apoio, até há pouco de cerca de 80%. Receio muito que possam descer também para os 75%. E se isso acontecer, Sr. Deputado, por exemplo relativamente à Fábrica de Lacticínios da Ilha do Faial, poderá ter consequências gravíssimas, embora se trate de uma empresa viável, de uma empresa com futuro e de uma empresa com condições de poder contribuir para o desenvolvimento desta ilha. Este é um caso concreto que, efectivamente, muito me preocupa se descer o incentivo ao investimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero aqui alimentar polémicas com o Sr. Deputado Paulo Valadão sobre esta matéria, parece-me que cada um expos as suas perspectivas e preocupações e julgo ser claro que a nota que eu dei não foi para contrariar a intervenção do Sr. Deputado, é sim, uma questão de princípio, é uma questão da perspectiva que nós temos do que devem ser os incentivos.

É preciso ficar muito claro que estamos a falar, apenas e tão só, de requisitos para capitais próprios.

É óbvio que quando se trata de situações específicas, em que os próprios apoios comunitários atingiam financiamentos da ordem dos 80% do investimento, é lógico que num caso desses, ao exigir-se 25% de capitais próprios, estaríamos no mínimo a retirar 5% de capital alheio injectado.

Mas faço lembrar que, mesmo relativamente a esses investimentos, estamos a considerar apoios comunitários, salvo erro a fundo perdido, da ordem dos 80%.

Srs. Deputados, é fácil que, perante um financiamento a fundo perdido de 80%, torne a maioria dos projectos viável, porque na economia concorrencial, na economia real, geralmente os empresários confrontam-se com situações do tipo "capital próprio e capital alheio", é capital que se paga, capital bancário. Digamos que muitas zonas da Europa que estão contribuindo fortemente para as medidas específicas que nós temos e merecemos, e que são terras ricas, porque já trabalharam muito, têm modelos económicos modernos, actualizados, com base na economia privada e, portanto, com provas dadas, com outra dimensão, essa gente, muitos deles, estão de facto recorrendo a capitais alheios, pagando por eles. E nós temos esse benefício, que é justo e nalguns casos, como ultraperiferia, se calhar deve ser perpétuo. Mas o que nós queremos significar é que são casos excepcionais, quando alguém tem um financiamento, a fundo perdido, da ordem dos 80% para um projecto de investimento económico, não me estou a referir a projectos sociais.

Portanto, penso que está clara a nossa posição.

Em geral, e o sistema que estamos aqui a ver destina-se, sobretudo, à iniciativa privada propriamente dita e não tanto a movimentos cooperativos, queremos salientar aquilo que pode ser positivo vindo de uma imposição que à primeira vista podia ser reconhecida apenas como negativa e como obstáculo da actividade económica, mas que realmente pode ter um aspecto positivo, porque há muitas empresas nesta Região que se tivessem uma adequada dotação de capitais próprios, não estariam nas situações financeiras difíceis em que se encontram, porque menosprezaram a componente de capitais próprios e, depois, não têm meios suficientes para as fazer desenvolver.

Presidente: Está assim concluído o debate na generalidade, portanto, vou pôr o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que, na generalidade, concordam com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade por maioria, tendo registado 20 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do PP, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Começamos pelo Artº. 1º, para o qual há uma proposta de alteração vinda da Comissão.

Não havendo intervenções, vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 1º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Artº. 1º foi aprovado com 20 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do PP, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos ao Artº. 2º, para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração a este artigo, que diz respeito à entrada em vigor do diploma. E fê-lo, porque a proposta do Governo diz que ele entra em vigor no dia 1 de Janeiro do ano 2000 e isso não é possível, pois há regras, relativamente à entrada em vigor dos diplomas, que se têm que cumprir.

No entanto, aproveito a oportunidade para perguntar ao Sr. Secretário o seguinte: na urgência que acompanha o diploma, é referido que o mesmo é urgente, na medida em que há exigências comunitárias.

Assim sendo, das duas uma: na sequência do artigo que se encontra na proposta do Governo fala na entrada em vigor, o PSD procurou nesta proposta de alteração conformá-lo com aquilo que a lei determina, isto é, não pode entrar em vigor com efeitos retroactivos. No entanto, se o Sr. Secretário aqui puder explicar que há urgência que ele produza efeitos a partir de 1 de Janeiro, então aí a redacção é

diferente daquela que foi trazida ao plenário. Ou seja, se a questão é para a entrada em vigor, a nossa proposta de alteração mantém-se, que é a de entrar em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, conforme as regras determinam; se, porventura, a intenção do legislador era relativamente à produção de efeitos, pois aí, nós temos uma outra proposta de alteração para o Artº. 2º, em que se refere que "o presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2000" e, portanto, era esta razão pela qual nós pretendíamos que o Sr. Secretário se pronunciasse e em função da sua explicação, daríamos a abertura para aprovar uma outra proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É claro que a ideia era mesmo produzir efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2000, embora ainda não tenha surgido, no momento, qualquer candidatura ao SITRAA, porém ela pode aparecer a qualquer altura e ficamos num vazio.

Portanto, seria muito importante que produzisse efeitos a partir dessa data.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria pôr a seguinte questão ao Sr. Secretário da Economia.

Entre o dia 1 de Janeiro e hoje, há ou não entrados projectos ao abrigo do SITRAA, que podem não satisfazer os 25% de capital?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu reconheço essa situação e verifico que até agora não houve, mas podem aparecer. E nós estamos também sujeitos às directivas comunitárias. Já respondemos à directiva comunitária de que iríamos fazer uma correcção do Decreto Legislativo Regional, atendendo ao requisito. Mal isso esteja aprovado, nós notificamos a Comissão.

Mas, como sabe, o processo de candidatura é um processo que leva tempo, as pessoas não vão investir imediatamente. Estou convencido que sendo aprovada nesta Assembleia, a notificação irá em tempo útil, para que o investimento se faça sem problemas.

Presidente: Continua à discussão este Artº. 2º.

Há uma nova alteração em substituição da outra e que eu passo a ler:

"O presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2000".

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS aceita a segunda versão apresentada pelo PSD. Acho que assim evitam-se quaisquer problemas, remetendo a produção de efeitos para aquela data e o assunto fica resolvido.

Por isso, nós votaremos favoravelmente a proposta de alteração do PSD.

Presidente: Não havendo mais intervenções, passamos à votação da segunda proposta de alteração apresentada pelo PSD, ou seja, de que "O presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro do ano 2000".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 2º, com a proposta de alteração, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, por maioria com 20 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do PP, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos ao ponto nº 2 da nossa ordem de trabalhos que se refere a um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Educação Especial nos Açores".**

Está aberta a discussão.

Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Gomes Silva.

Deputado Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do Grupo Parlamentar do PSD, é urgente e necessária a discussão desta Resolução.

É preciso, rapidamente, adoptar melhores soluções para a política de educação especial nos Açores. Soluções mais benéficas para as crianças, mais tranquilizantes para os pais, mais aceitáveis para os sindicatos e para a sociedade em geral.

A contestação à actual política é generalizada. A situação é insustentável, urge alterá-la, é uma questão de bom senso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* A Srª. Deputada descobriu, hoje, aí desse lado, uma catástrofe nos Açores!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já ontem veio aqui a debate este assunto, trata-se de uma matéria que tem preocupado muitas pessoas, essencialmente familiares de crianças com problemas.

Por isso mesmo, entendemos que é uma matéria que vale a pena ser discutida neste momento, daí que vamos dar o nosso voto favorável a este Pedido de Urgência.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 20 votos contra do PS.

Presidente: Vamos então passar à discussão da **Proposta de Resolução** propriamente dita, sobre a **"Educação Especial nos Açores"**.

Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Carolina Silva.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Integrar, precipitadamente, todas as crianças com necessidades educativas especiais, do mesmo modo, sem atender aos casos mais ou menos profundos e aos tipos de deficiência, não é a integração que se deseja.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* A Srª. Deputada não esteve aqui ontem pois não?

A Oradora: Colocar estas crianças nas escolas sem ter criado, previamente, as condições físicas e humanas para que sejam bem acolhidas, não é um bom caminho.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* A Srª. Deputada, não deve ter estado aqui ontem. Deve ter faltado certamente!

A Oradora: Extinguir as Escolas de Educação Especial sem antes ter encontrado solução para as crianças com deficiências profundas é uma atitude incompreensível.

Manter as crianças nestas instalações "sem condições, com menos apoio e sem rumo definido é uma atitude inaceitável".

Contra factos não há argumentos.

O que o Governo diz que fez não é o que está a ser feito.

Exemplos são muitos e podemos enumerá-los todos.

Informações contraditórias e tentativas de última hora de remediar O que não tem remédio sem se reconhecer que se agiu precipitadamente e que é preciso rever todo este processo.

O Secretário da Educação pode distorcer a verdade, evitar o diálogo, utilizar a arrogância como arma política, mas de nada lhe vale.

O Governo Regional do Partido Socialista está isolado e tem necessariamente de corrigir o rumo.

A situação é insustentável e tem sido alvo de contestação por parte de pais, professores, auxiliares, técnicos, sindicatos, partidos da oposição e sociedade em geral.

Os pais devem ser ouvidos, pois são parceiros privilegiados no que diz respeito às necessidades educativas especiais dos seus filhos e não se devem escolher respostas educativas que não são aceites nem dialogadas com os mesmos. A Declaração de Salamanca é clara "

os governos devem tomar a iniciativa de promover a cooperação com os pais..."

O Sr. Secretário, nos Açores, tomou a iniciativa de afrontá-los, de afastá-los e de contrariá-los.

É urgente alterar o caminho que está a ser seguido e, por isso mesmo, o Partido Social Democrata propõe a esta Casa uma Resolução que recomenda ao Governo determinadas medidas que atenuarão os efeitos negativos da política de educação

especial que tem vindo a ser implementada e contribuirão para a melhor integração destas crianças e, consequentemente, beneficiarão os envolvidos neste já longo e doloroso processo.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados:

Aquilo que a Srª. Deputada Ana Carolina veio aqui dizer, está completamente esgotado, porque ontem houve oportunidade de apresentar...

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

... totalmente os factos.

A Srª. Deputada, aparentemente, não esteve cá ontem!

De qualquer forma, a Srª. disse "contra factos não há argumentos". E de facto é verdade.

A questão é a seguinte, Srª. Deputada: este ano não há qualquer integração. A Srª. Deputada sabe isso tão bem como eu.

Portanto, a senhora está a falar de coisas que não existem, está-se a insurgir contra aquilo que não existe, está deliberadamente a distorcer a verdade e está a tentar empolar uma situação...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Isso já é costume!

O Orador: ... que existe em P. Delgada, para tentar criar um vento que infale as vossas velas que estão tão vazias!

Mas, olhe Srª. Deputada, esse é um quadrante que não costuma soprar!

Portanto, eu creio que em relação a isso, os argumentos estão todos apresentados, os senhores receberam ontem na vossa mão a documentação sobre o que é que efectivamente se passa na educação especial, por isso, tenham paciência e esperem

até que seja feita a avaliação do modelo, esperem até que as coisas estejam a funcionar, para depois discutirmos o assunto.

O grande problema para vós, é que essa discussão já vai acontecer depois de Outubro e, nessa altura, já não haverá maiorias para poder votar resoluções!

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Isso é que é uma arrogância!

É bom que o Povo esteja a ouvir isto!

O Orador: Esse é que é o grande problema, daí a vossa pressa. É que, passado 1 mês e meio ou 2 meses sobre a entrada em vigor do diploma, vêm para aqui discutir a sua implementação. Esse é que é o vosso problema.

Deputado João Cunha *(PSD):* Não é não senhor!

O Orador: Mas, Srª. Deputada, eu já vos entreguei a documentação. Os senhores já a leram e o assunto já foi debatido aqui nesta Casa e em vários sítios, portanto, eu recomendo que leia o Diário das Sessões de ontem!

Muito obrigado.

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Não leu ainda.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou repetir aquilo que ontem referi aqui em relação a estas matérias.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Faz muito bem Sr. Deputado!

(Risos dos deputados da bancada do PS)

No entanto, penso que é fundamental reter um aspecto, isto é, a necessidade de diálogo com os pais e encarregados de educação das crianças com problemas.

Sobre esta matéria, foram os interessados que vieram até nós, como terão vindo a grande parte dos deputados, provavelmente até alguém do Partido Socialista, no sentido de apresentarem situações que, a meu ver, denotam a falta de um diálogo profundo entre os encarregados de educação de crianças com problemas e a administração regional.

Efectivamente, se a normalidade fosse a regra, essas pessoas não tinham vindo junto de nós manifestar a sua preocupação. Ou seja, se tudo corresse sem qualquer atropelo, essas pessoas certamente teriam aceite pacificamente a situação.

Só que essa não é a realidade. Por isso, e embora esteja plenamente de acordo com a integração, não se poderá avançar para ela, sem se ter criado previamente as condições efectivas, para que ela seja uma realidade.

Uma das queixas que os pais e encarregados de educação dessas crianças apresentam, é o facto de se ter procurado fazer a integração sem anteriormente ter-se feito alguma coisa para tal.

Era importante que, por exemplo, o Sr. Secretário Regional nos dissesse concretamente, relativamente a turmas onde houve a integração, quantas crianças existem em cada turma, crianças com dificuldades. Era também importante que o Sr. Secretário nos dissesse, nas turmas onde há crianças com dificuldades, qual é o total de alunos nessas turmas. Por outro lado, também seria importante sabermos como é que está a ser feita a integração para as crianças que têm problemas profundos. E que fosse dito porque é que em S. Miguel as pessoas reagem preocupadamente. E as crianças com grandes dificuldades, quanto tempo têm de integração e em que condições é que essa integração está sendo feita.

Nós até aceitamos que nalgumas localidades a situação esteja a decorrer com alguma normalidade. Mas temos que chamar a atenção da tutela que, concretamente, na ilha onde havia uma escola que recebia estas crianças e onde a integração - por aquilo que nos dizem - está a ter alguns problemas, o que é sinal de que algo não está a correr como se desejaria, ou como deveria ter sido feito.

Portanto, tudo isto são aspectos que, para nós, é importante sejam tidos em atenção, porque há que dar dignidade a todos os nossos jovens, incluindo aqueles que têm problemas. Há que criar as devidas condições, para que esses jovens possam ser integrados, com dignidade, na sociedade em que nos inserimos.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Gomes Silva.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

A sua intervenção suscita-me uma pergunta: onde é que o Sr. tem andado?! Não deve ter sido na Região Autónoma dos Açores.

O Sr. Secretário tem andado "de mãos nos ouvidos" e não tem escutado a contestação!

O assunto não está esgotado, porque ao que nós assistimos aqui ontem, quer por parte do Sr. Secretário quer por parte da Srª. Deputada Natividade Luz, foi à leitura da legislação, do edifício legislativo. Mas a vida das pessoas e a vida destas crianças com necessidades educativas especiais, bem como destes pais das crianças, não se resume a um conjunto de papéis que está na sua secretária!

Não se resume a um conjunto de papéis que o Sr. Secretário, habilidosa e matreiramente, mandou distribuir!

Não senhor.

A vida das pessoas é o seu dia-a-dia e os problemas que o Sr. tem criado no dia-a-dia dessas pessoas!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

A Oradora: Mas para o Sr. Secretário o que interessa é que está tudo concluído, tudo feito. Mesmo que seja tudo uma desgraça! Mas o consolo é que está tudo concluído!!

Digo-lhe mais: o Governo Socialista, **esse Governo que aí está**, enganou os açorianos em matéria de educação especial!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Olhe que não!

A Oradora: O Sr. sabe o que é que estava escrito no programa **do seu Governo, o programa que o Sr. apresentou aos açorianos?!**

Eu vou ler:

"O Governo dará uma atenção especial aos alunos com necessidades educativas especiais e valorizará as escolas de educação especial, providenciando os meios necessários, pedagógicos e instalações indispensáveis".

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Isto é o vosso programa de Governo!

Mas há mais, Sr. Secretário, há mais contradições socialistas neste processo da educação especial.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Diga lá quais são!

A Oradora: O Sr. Secretário na revista "Informar" de Outubro/Dezembro de 97, dizia o seguinte:

"Temos que assumir que nem toda a gente é integrável na escola. A escola é para todos, mas tem que ter as condições para isso. Quando não tem, é melhor assumirmos que há situações que são melhor tratadas por outra via e há que ter as vias.

Isto é o que está a acontecer nos países mais avançados".

O Sr. Secretário, provavelmente, adoptou um modelo do 3º Mundo!

Muito obrigada.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Vocês é que vivem no 3º Mundo e não querem sair!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Integrar todas as crianças - nunca este Governo disse isso, nem nunca o Grupo Parlamentar do Partido Socialista disse que todas as crianças eram integráveis!

Deputado Manuel Serpa *(PS): Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E os documentos e as intervenções que tem produzido nesta Casa têm dito que é necessário sempre integrar todas as crianças, cuja integração favoreça a integração, não pondo em causa as crianças que recebem a integração antes de contar que também as favoreça.

Portanto, em primeiro lugar, não são todas integráveis, porque nunca o foram nem o serão, em termos de integração no processo educativo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* A Srª. Deputada leia bem os documentos que tem na sua mão!

O Orador: Outra coisa que foi feita, e na minha opinião bem, foi a *integração administrativa*, e esta sim, porque este Governo fez uma opção e está a cumpri-la, de ter escolas com determinadas dimensões, com determinadas capacidades administrativas e de gestão. E é isso que está a fazer, na minha opinião bem, porque os alunos é que são das escolas e as escolas é que têm alunos, logo, cada um deles deve estar integrado na escola que cobre a sua área. E é por isso que a legislação que fizemos, vai no sentido de garantir que de Stª. Maria às Flores, todas as crianças de todas as ilhas que tenham condições de ser integradas, podem sê-lo na escola **da sua** ilha, **do seu** concelho, ou da sua área escolar.

Por outro lado, colocar crianças em escolas sem condições, sabendo perfeitamente que nem todas escolas têm todas as condições, desde as humanas, técnicas a equipamentos, não é aconselhável.

Por isso, uma das medidas deste Governo, também foi dotar, pela primeira vez, as escolas de um fundo regional escolar, por forma a que elas pudessem ter verbas para fazer inclusivamente algumas dessas pequenas obras, porque de outra forma, nem isso podiam fazer. E agora até podem, se for necessário, fazer uma determinada rampa numa escola, porque elas têm condições financeiras e administrativas, de poderem fazer uma contratação para proceder a isso em qualquer sítio. Situação que há uns anos atrás seria impossível, porque as escolas nem sequer tinham um escudo para comprar uma telha.

Terceira questão:

- Integração feita de qualquer maneira.

Já o disse nesta Casa, e volto a desafiar o Grupo Parlamentar do PSD, ou qualquer Sr. Deputado, que me diga qual foi o aluno que conheçam, que no ano de 99/2000 tenha saído da Escola de Educação Especial de P. Delgada, ou da de Angra, para ser integrado, cujo processo já não estivesse a ser tratado e por via da extinção da escola, tenha ido alguém para as escolas. Por via de acto administrativo.

Quarto aspecto:

- Número de crianças por turma.

A legislação está feita e tanto quanto eu conheço, é de 2 alunos, no máximo, por turma.

É um decreto legislativo regional feito e aprovado nesta Casa. E, também tanto quanto eu sei, a constituição das turmas está feita assim. É bem possível que nalguma escola haja alguma turma que não esteja assim. Mas o que a lei diz é isto.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Então está tudo dito.

O Orador: Pois, é o que eu estou a dizer-lhe.

Eu, enquanto deputado do Partido Socialista, não me responsabilizo nesta Casa por dizer que não há nenhuma turma que não esteja assim. Porque essa é uma responsabilidade das escolas e elas é que se constituem.

Portanto, e felizmente, neste momento, as escolas já têm órgãos onde os pais têm legitimidade e direito a estar lá sentados. E se não cumprirem e se houver algum pai que veja que as coisas não estão a funcionar, tem a associação de pais que serve para isso a participar em todos os órgãos.

Penso eu que estão, assim, criadas as condições para qualquer pai, através da sua associação, poder provar que há alguma turma que esteja constituída ilegalmente, e aceito que isso possa existir. Agora, esta não pode ser uma responsabilidade da administração. É da administração se ela tiver conhecimento dela e não a mandar mudar. Mas também pode existir e a administração não ter conhecimento dela.

Outro aspecto que para mim, pessoalmente, é muito importante, é que estamos a falar de integrações e elas começaram no ano lectivo de 91/92. E desde há vários anos existem as equipas de educação especial.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Fomos nós que as fizemos.

O Orador: O que nós fizemos foi pegar nas equipas de educação especial e transformá-las em núcleos de cada uma das escolas ou das áreas escolares.

Há outra questão que eu reconheço e que vai levar, pelo menos na minha perspectiva, mais dois anos lectivos, é termos um número de professores suficiente especializados, para o preenchimento dos quadros e das vagas criadas. E aí, não tenho dúvidas de que isso vai acontecer. Mas também não tenho dúvidas que é uma coisa que vezes sem

conta, tal como Sr. Deputado Paulo Valadão e outros deputados nesta Casa já reivindicaram, vai acontecer pela primeira vez nos Açores. Ou seja, vamos ter efectivamente nos Açores, formação para especializar professores e educadores nesta área.

Mais outra questão:

- Valorizar estas crianças.

Eu não tenho dúvidas que o que se fez em termos legislativos, é para garantir a valorização e a dignificação destas crianças e jovens. E não tenho dúvidas, porque se lhes dá direitos, garantias e condições para que possam ter um apoio melhor do que aquele que era dado há um, dois ou três anos atrás. Também não tenho dúvidas que este é o último dos sectores dentro da educação onde este Governo mexeu. É a última parte do edifício de toda a mudança administrativa, pedagógica, de rede escolar, que está a ser feita por este Governo.

Portanto, percebo que, hoje, haja grandes preocupações, tal como existiram nesta Casa há dois anos atrás, quando falámos da criação das escolas básicas integradas, quando falámos da unificação das escolas, como no ano passado quando tivemos que discutir aqui a gestão e a administração das escolas. Ou seja, cada vez em que mexemos profundamente em qualquer uma destas áreas, houve agitação. E não me custa nada aceitar que haja problemas, porque isso é inevitável.

Esses problemas surgem, desde logo, quando há funcionários que têm 50 anos de idade, 24, 25, 26 e 30 anos de serviço, por exemplo, no Centro de Educação Especial dos Açores que passou para Escola de Educação Especial e que agora é Centro de Recursos. Esses funcionários logicamente estão preocupados. Para mim, isso é correcto, é legítimo e aceito perfeitamente a sua preocupação, logo, aqui haverá naturalmente perturbação. Porém, estou também convicto que aquilo que está a ser feito, está bem feito.

Por isso, não quero sequer acreditar que alguns dos Srs. Deputados desta Casa pensem que passa pela cabeça deste Governo, menosprezar estas crianças, abandonar os pais, porque isso - sabem - não é verdade.

Mais. Quando se diz que este Governo não apoia os pais, eu devo lembrar que este Governo fez um protocolo com a Associação de Pais e Amigos das Crianças do

Arquipélago dos Açores, para fazer umas instalações que estão a ser feitas. E isso só é fruto de um diálogo. Não é com certeza fruto de brigas.

Mais. Já fiz várias vezes aqui este desafio perante os Srs. Deputados e volto a fazê-lo hoje.

Nós não precisamos de andar muito, para ver o que é um núcleo de apoio permanente. Basta sair desta Assembleia, seguir em frente e a 150 metros daqui, está a funcionar, desde o tempo em que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca já era Secretário da Educação, um núcleo permanente de apoio a deficientes profundos. Está lá a funcionar há vários anos - nem sequer é preciso ir muito longe para ver como é - dentro de uma escola. Já podiam ter ido lá há vários anos, porque ele está a funcionar há bastante tempo.

Portanto, é desta integração que estamos a falar.

Não faz sentido que uma criança da Lomba de S. Pedro tenha que percorrer, diariamente, 50 quilómetros para cada lado, para ser integrada aonde?! Se ela é da Lomba de S. Pedro vem ser integrada em P. Delgada?!

Isto é que não faz qualquer sentido.

Mas também acredito e também quero crer que qualquer um dos Srs. Deputados não quer este tipo de integração.

Há ainda outra situação que é preciso referir.

Essas crianças da Lomba de S. Pedro, mais as da Maia e as do Porto Formoso, vinham de táxi para P. Delgada, vinham de camioneta.

Por conseguinte, aceito e não tenho dúvidas, que qualquer um dos Srs. Deputados aqui presentes, não quer manter isso. E a forma de não manter isso é estas crianças estarem na área escolar e na escola da área onde residem.

Foi isso que foi feito e é por isso que, naturalmente, o Partido Socialista vai votar contra esta Proposta de Resolução, até porque há aqui distinções que eu percebo vindas da posição, e eu percebo a vossa preocupação, mas também os Srs. Deputados percebem, na sua generalidade, que há aqui situações que não são "tout court" - como dizia António Maria Mendes - correspondentes à realidade dos factos. Mas entendo que os Srs. Deputados queiram ser porta-vozes de determinados pais - claro que

percebo. No entanto, não se esqueçam que os pais que se revoltaram foram os de P. Delgada...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Aí é que está!

O Orador:...porque os pais dos outros concelhos e das outras ilhas todas, sabem, hoje, que na sua ilha passaram a ter direito a ter lá o núcleo de apoio permanente, núcleo de educação especial, passaram **todos** a ter direito a isto, coisa que até há uns meses atrás, não tinham, pois só havia estas coisas em P. Delgada.

Por outro lado, os Srs. Deputados também sabem perfeitamente que desde há muitos anos, a Escola de Educação Especial de P. Delgada já nem cobria aquele concelho.

Os Srs. Deputados sabem muito bem que desde há muitos anos, crianças com deficiência, estavam integradas nas escolas do concelho de P. Delgada e nenhum professor, educador, ou técnico da Escola de Educação Especial de P. Delgada conseguia chegar à escola deles.

Agora, a área escolar das Capelas, dos Ginetes e dos Arrifes, vão ter um corpo docente, tal como a área escolar de P. Delgada vai ter.

Pela primeira vez vão poder ter, coisa que até ontem, até há uns meses atrás, até há uns anos atrás, não podiam. E, hoje, têm mesmo **direito** os das Capelas, os de João Bom da Bretanha, os dos Ginetes, os das Sete Cidades, tal como têm os da Rua do Carvão de Baixo ou de Cima em P. Delgada. E esta é que é grande diferença.

Portanto, estou tranquilo, de consciência bem sossegada, porque foi feito aquilo que garante que todas as crianças e jovens, com necessidades educativas especiais, ou portadores de deficiência, de Stª. Maria às Flores, a partir de agora, sejam tratadas em pé de igualdade. Enquanto que até à existência das duas escolas, toda a gente sabia que não era assim.

O exemplo mais bem acabado disto, é que o Centro de Educação Especial dos Açores nunca chegou à maior parte das ilhas.

Portanto, é nisso e com esse tipo de integração que eu estou de acordo e é com aquilo que foi feito por este Governo.

Que haja preocupações, sei que as há, muitas mesmo.

Que existem aflições, também sei. E, sobretudo, compreendo e respeito muito um pai que tem um filho com deficiência profunda, e quando vai à Comissão e diz "quem me

dera que o meu filho morresse antes de mim", eu percebo perfeitamente isto. Mas não é à escola que se vai pedir que trate deste filho, quando ele tiver 20 ou 25, ou até 40 anos. Não é à escola.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Mas quem é que está defendendo isso?!

O Orador: É aquilo que este Governo disse que ia fazer e que está no programa **Cidadania**. E fez este programa, mas também se fez em simultâneo as instalações e está a fazer-se formação.

É por isso que eu estou à vontade, porque está-se a fazer ao mesmo tempo as três áreas. E é isso que me dá segurança e tranquilidade, para terminar o meu mandato de deputado, tendo a certeza que o que se fez foi bem feito.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular vai abordar esta matéria de uma forma bem mais simples, do que algumas das ilustres intervenções anteriormente feitas aqui.

De resto, queria referir a postura humilde e democrática que, na primeira parte da sua intervenção, o Sr. Deputado Francisco Sousa introduziu na abordagem específica do assunto que aqui é colocado.

Um pouco em contraposição com a entrada "de leão" - permitam-me a expressão - do Sr. Secretário Regional, na sua participação nesta matéria. E até com algumas referências políticas, a boca fugiu-lhe para o ambiente que se vive no Governo, de que realmente este conjunto de simpáticos cidadãos que foram eleitos para estar aqui 4 anos, são um "empecilho", porque só têm criado dificuldades, por isso era óptimo acabar com eles, nesta perspectiva...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Que "chatice"! Mas também só faltam 4 plenários, está quase!

Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

O Orador: ... e garantir, pelo menos, uma simpática "maioria silenciosa", daquelas que permitem aos governos actuações eufóricas.

Só que realmente este Governo, para minoria, nalguns aspectos, tem cometido erros demais!

Eu até compreendo... se calhar, o tempo que se gasta nas pré-campanhas eleitorais de ilha em ilha, semanas seguidas fora dos gabinetes, depois quando a gente vai tentar apanhar as situações, elas já fugiram um bocadinho ao nosso controle.

Eu gostaria de dizer que partilho das posturas constantes da segunda parte da intervenção do Sr. Secretário, e a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa, de que haja boa intenção, e houve - eu não duvido - da parte do Governo, obviamente.

Há um modelo que na sua arquitectura, visa acautelar correctamente as situações que pretende dar resposta.

Parece-me que a questão que despoletou esta onda de insatisfação, que agora é colocada numa Proposta de Resolução pelo Partido Social Democrata, que ainda ontem gerou aqui algum debate, que se bem me lembro na última Sessão da Assembleia acabou por ser aflorada, é que realmente o Governo não foi feliz no arranque da implementação da substituição, pela situação que existia, para o novo modelo.

Permitam-me uma citação que ouvi de um grupo de professores que diziam "alguns desses senhores governantes pensam que para adaptar uma escola a alunos com carências especiais, com deficiência, basta mandar construir a rampa" - eu ouvi isso de um grupo de professores, pessoas responsáveis e conscientes.

E adiantava um dos mais lúcidos: "é que construir a rampa, às vezes pode nem ser especificamente útil para o deficiente em causa e podem muitos não deficientes partir a cabeça!"

Portanto, essa visão de que se resolve, muitas vezes, essas situações com medidas mais ou menos visíveis, os próprios profissionais estão a aperceber-se de que isto foi feito talvez depressa demais.

Eu não digo que o objectivo e o quadro em que se pretende actuar, não seja um quadro coerente e lógico. Agora, que a insatisfação é dos professores, é dos pais dos

alunos, de muitos deles que têm consciência e que sabem que nas turmas onde os seus filhos estão inseridos estão a ocorrer situações indesejáveis, são professores que não estão preparados para lidar com crianças deficientes e que os confrontaram com essa situação, obrigando-os nos seus locais de trabalho a ter que tratar com essas crianças, sem o mínimo de preparação para isso. São auxiliares que também são confrontados com situações para as quais não estão preparados. Os pais dos alunos com deficiência estão insatisfeitos.

E eu não vou repetir aqui aquilo que já ouvi, mas queria apenas, para fundamentar o voto favorável do Partido Popular a esta Resolução, que isto pode levar o Governo a uma paragem para pensar, para introduzir algumas recomendações que estão aqui feitas, para salvar esse modelo de transição.

As boas intenções, quando não são devidamente acauteladas, podem originar situações de todo indesejáveis. E o que está acontecendo é que realmente, se o Sr. Secretário diz que houve diálogo bastante, não funcionou devidamente.

São os pais de P. Delgada, especificamente, que estão a sofrer as consequências maiores. Eu não sei se os outros já tomaram bem consciência do que está a acontecer aos seus filhos - confesso que também não sei.

Portanto, Sr. Secretário, com tudo isto e dada a seriedade da matéria, e eu queria dizer que a oposição às vezes é incómoda mas, que eu saiba, as questões também são postas aqui com seriedade, tal como da parte do Governo e do PS, eu acho que há que admitir com alguma humildade que isto não funciona bem. E se não funciona bem, chame-se os professores, trabalhe-se com eles, chame-se os pais e tranquilize-se aquela gente, se há deficientes demasiado profundos que foram "despejados" - permitam-me o termo - numa determinada escola que não está minimamente preparada para isso...

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Não há nenhum caso desses!

O Orador: Há sim senhor!

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Diga um!

O Orador: Eu vou-lhe trazer!

Não se arrependa disso depois.

Essa coisa do "diga um", eu depois digo e é um problema, porque faz-se uma comissão de inquérito e depois os inquiridores vão antes preparar as respostas aos inquéritos... isso é uma "chatice"!

Melhor, melhor é eu não dar nenhum exemplo aqui, porque assim já não mete inquiridores, já não é preciso inventar actas!

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Pois, o melhor é dizer e não dar nenhum exemplo!

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Esse argumento já é muito conhecido!

O Orador: O melhor é não dar, porque isso depois pode dar alguma "dança" e eu não estou para isso!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Mas, eu talvez ainda possa dar e quando der, hei-de dar o nome e o número da escola.

A gente talvez vai fazer a visita à escola em apreço e depois logo se vê.

Eu acho que o Sr. Deputado Francisco Sousa não devia estar tão tranquilo, isso é um "bluf" que o Sr. Deputado está fazendo e eu se calhar não estou fazendo, mas vou guardar isto para melhor oportunidade.

Uma coisa é certa, é preciso corrigir. E o Partido Popular vai dar o seu voto favorável a esta Resolução, dentro dessa perspectiva.

O Governo actuou de boa fé, tem o nosso reconhecimento. Correu mal, acho que deve ter a humildade de reconhecer que correu mal. E não é por acaso que esse assunto chegou aqui com a veemência que chegou, como passou na comunicação social.

Nós fomos procurados por pais de alunos com deficiência, por professores, por pessoas que estão ligadas a essa matéria. Foram-nos feitas denúncias, até por professores que ainda não tiveram e rezam para não ter essa experiência, mas que já vêem "a casa do vizinho a arder".

Portanto, é preciso agir. E é o que esta Assembleia, presumo, vai recomendar ao Governo que, se for humilde, pode também aproveitar essa decisão para, no terreno, pôr mão, controlar a situação e impedir esse descrédito que está caracterizando o Governo nesse domínio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou passar a responder a algumas das questões que foram aqui levantadas.

A questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão em relação a onde estão os deficientes, creio que está respondida, aliás, ontem foi distribuída uma tabela que tem, escola a escola na Região, os locais e os diversos tipos de deficientes. Foi distribuída anexa ao material que eu ontem vos entreguei e na qual há um quadro que tem a resposta a essa questão.

Relativamente ao tamanho das turmas, eu posso dizer-lhe que na Região Autónoma dos Açores no corrente ano lectivo, a turma média tem 16.8 alunos. É esse o tamanho médio da turma, em termos estatísticos. É esta a turma que temos. É óbvio que este tamanho de turma está fortemente influenciado pelo facto de termos muitas pequenas escolas, que têm turmas muito reduzidas, porque de facto não há alunos nas localidades em causa. Uma turma padrão que nós gostaríamos de ver implementada nas escolas, é de 25 alunos.

Sempre que existam situações de deficiência - estou a falar de deficientes que possam ser integrados na sala de aula e não de deficientes profundos - esse tamanho padrão desce para 20 alunos. Quando existe mais do que 1 ano de escolaridade, esse tamanho desce para 15 alunos. É isso que está a ser feito, é isso que está a ser cumprido na Região. O resultado final é uma turma média de 16.8 alunos, neste ano lectivo.

Em relação às questões da feitura de turmas e sua distribuição, eu também tive oportunidade ontem de distribuir pelos Srs. Deputados os regulamentos respectivos e está lá dito como é que são constituídas as turmas, quais são os órgãos responsáveis por isso, bem como o documento que estabelece o número de professores de apoio, que é colocado em cada escola em função do número de turmas e do seu funcionamento. Essa documentação está convosco.

Relativamente às questões da participação dos pais, Sr. Deputado, eu posso dizer-lhe que antes de chegar aqui ao Parlamento, tive que vir via Pico, porque estive reunido

com os pais de lá sobre essa matéria. E tenho reunido em todos os sítios em que há grupos organizados sobre esta matéria.

Em P. Delgada, as reuniões vinham a decorrer há cerca de 2 anos, em que se faziam regularmente na Escola de Educação Especial com a associação de pais daquela escola. E o aconteceu lá foi simplesmente uma rotura do diálogo, que teve a ver com um conjunto de questões e um conjunto de problemas que nalguns casos ultrapassam a própria educação especial e noutros casos têm a ver com a ansiedade que se gerou em torno desta matéria.

Sr. Deputada Ana Carolina, para responder às citações que fez.

Dizer-lhe que está tudo concluído, não está. Está traçado um projecto, no qual estão contidos os cursos iniciados este ano. Foi em Novembro de 99 que foi publicado o Decreto. Em Outubro de 99 foram criados os lugares de técnicos superiores nas escolas, para colocar os psicólogos. Obviamente, Srª. Deputada, nós estamos, nalguns casos e no que diz respeito à integração, a concluí-la, não há mais alunos para integrar.

No que diz respeito à evolução de todo o processo de integração, é óbvio que nós estamos ainda numa fase insipiente. O Decreto foi publicado nem ainda há 2 meses.

O primeiro concurso para pessoal docente, após a publicação do Decreto, está a decorrer agora. O descongelamento dos lugares para técnicos superiores foi feito em Janeiro.

Portanto, estamos em pleno processo.

Não está tudo concluído, está muito longe disso, Srª. Deputada.

Há grandes necessidades do ponto de vista do investimento. Nós vamos ter que comprar imensas viaturas, porque não temos viaturas adequadas para o transporte de deficientes na maior parte das escolas, estamos a transportá-los de táxi, porque foi a melhor solução que se encontrou, para evitar os autocarros.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Começaram pelo fim!

O Orador: Já comprámos 6 viaturas para transporte de deficientes, mas temos que comprar muitas mais. E temos que distribuí-las por toda a Região.

E digo-lhe mais, Srª. Deputada: há deficientes que estão a ser transportados de táxi desde 91. O processo não é de agora, como sabe.

Portanto, estamos a substituir, paulatinamente, esse tipo de transporte por um outro melhor.

O nosso plano, é, durante os próximos anos, com as restrições orçamentais que os senhores conhecem, ir fazendo a substituição e criar uma rede de transporte adequada.

Ainda na semana passada, tivemos oportunidade de, no Porto Judeu, fazer a entrega de uma viatura equipada para o transporte de deficientes e já tínhamos feito a entrega de outras 4 nos últimos meses. E vamos continuar a fazer mais entregas, como por exemplo, o caso do Pico, onde eu autorizei anteontem a aquisição de mais uma viatura para a Madalena, que fará naquele concelho esse tipo de transporte.

A intenção é, ao longo dos próximos anos, criar uma rede de transporte eficaz.

Portanto, Srª. Deputada, dizer que está tudo concluído, não está. Estamos em pleno processo.

O que está concluído é a criação do modelo. Agora vai haver a sua implementação. E isso já está a ser feito.

A Srª. Deputada citou o programa do Governo em relação a valorizar as escolas de educação especial. E é verdade, nós estamos a valorizá-las, dando-lhe um novo carácter.

Srª. Deputada: nós estamos a valorizá-las, criando escolas em todas as áreas escolares da Região, de uma passámos para 44 escolas que fazem educação especial, que têm núcleos específicos para educação especial. E no que diz respeito às Escolas de Angra do Heroísmo e P. Delgada, Srª. Deputada, elas estão a ter um novo carácter. São centros de recursos com outra dignidade.

Em Angra do Heroísmo, este ano, a Escola de Educação Especial funcionou numa casa sem quaisquer condições, diante do Museu de Angra, na Ladeira de S. Francisco, uma vergonha!

Enquanto que houve escolas que foram extintas, a educação especial está a ser valorizada.

Portanto, não há aqui qualquer contradição. Há, sim, um modelo que foi criado com base no debate feito.

Em relação à minha declaração que citou na Revista do CAT, eu continuo a dizer a mesma coisa: há muitos deficientes que não podem ser integrados numa escola regular, numa escola normal. Esses deficientes, se a Srª. Deputada ler o que está escrito na Portaria 106/99, nº 1 do Artº 38º, estão a ser colocados em núcleos de apoio permanente, que são salas específicas, não são salas de aula normais.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* As escolas foram extintas ou não foram?

A Portaria diz que foram!

O Orador: De maneira nenhuma!

A Srª. Deputada antes de falar, ouça-me, deixe-me explicar a questão toda do princípio ao fim.

Srª. Deputada: os núcleos de apoio permanente começaram a ser criados, se não me engano em 93/94, e continuam a ser uma prioridade do Governo a sua criação. Temos vindo a investir nesses núcleos de apoio permanente, que são a resposta para aqueles alunos que têm deficiência pesada, que não permite a sua integração numa sala de aula normal. Isso está a ser feito, existe aqui no Faial, na Rua Cônsul Dabney, é só a Srª. querer ir ver.

Em relação às questões da criação de núcleos, eles estão a ser criados em todo o lado. Nós gostaríamos que eles ficassem dentro dos recintos escolares, não é possível fazer isso por agora, por isso temos que utilizar edifícios que são aqueles de que dispomos. É assim que nós temos a Arquinha a funcionar, por ora, como núcleo de apoio permanente, vai continuar assim, e vamos ter outros núcleos a funcionar em diversos edifícios, que são aqueles de que nós dispomos.

Portanto, há o não trazer deficientes pesados para dentro de uma sala de aula normal, há sim a sua integração na escola mas em lugar próprio, em núcleos de apoio permanente, e há o reconhecimento de que não há condições para integrar nas salas de aula normal todos os deficientes, pois há muitos que não podem ser integrados.

Essa é uma realidade que existe e que vai continuar a ser uma verdade. E creio que no futuro que se adivinha, ainda mais verdade será, porque nós temos que ter um cuidado cada vez maior com a deficiência, temos que ter um maior cuidado em dar respostas adequadas e específicas e isso passa pelo reforço da rede de núcleos de apoio permanente.

No programa Cidadania há um artigo especificamente dedicado a eles, é dito claramente que não há integração dos deficientes pesados nas salas de aula do ensino regular.

Portanto, Srª. Deputada, eu posso dizer-lhe que em relação às restantes recomendações que os senhores fazem, muitas delas correspondem àquilo que já existe. O que está é escrito numa linguagem típica de oposição, mas isso creio que faz parte do processo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Só que "não há fumo sem fogo"!

E querer vir para aqui dizer que o edifício legislativo está concluído, que tudo quanto diz respeito à estruturação do esquema está de pé, não basta - como ainda há pouco dizia o meu colega de bancada Duarte Freitas - para satisfazer ou eliminar a angústia e sofrimento que, neste momento, muitos pais de muitas crianças e jovens com necessidades educativas especiais, portadores de deficiência, como lhe queiram chamar, desta Região, têm.

De facto, o edifício legislativo não dá para satisfazer esses anseios.

O problema que nos foi colocado na Comissão de Assuntos Sociais pela comissão *ad hoc* de pais e encarregados de educação do ensino especial básico integrado, não é por eles estarem contra a integração.

Ó Sr. Secretário, os pais não estão contra a integração. O PSD não está contra a integração. Ela começou no início da década de 80, já aqui foram focados e citados exemplos, nomeadamente nos centros de apoio permanente, que foram criados desde há uns anos a esta parte e que estão a funcionar bem e que já vêm de trás. O problema está nos senhores terem começado a vossa integração pelo fim. Os senhores puseram "o carro adiante dos bois".

O Sr. Secretário ainda ontem confirmou aquilo que nós sempre temos vindo a dizer.

Quando pomos a tónica no facto de terem sido "despejados" - o termo não é nosso, o termo começou a circular na comunicação social - todos os alunos com possibilidades

de serem integrados na rede, quando começámos a pôr a tónica aí - repito - nunca dissemos que eles tinham passado para a rede o ano passado. Não. Os senhores "despejaram" - deixe-me pôr isto entre aspas - como o Sr. Secretário ainda ontem aqui nos disse, até ao final de 98.

Tudo quanto era possível ser integrado, os senhores integraram até ao final de 98.

E aquilo que os pais foram dizer à Comissão, porque o Sr. Secretário se recusou a recebê-los, o que é absolutamente inadmissível, como ficou bem claro perante todos os que estiveram na Comissão, perante os órgãos de comunicação social que lá estiveram hora e meia a ouvir os pais, é que o diálogo directo foi cortado num Governo que põe "as pessoas primeiro". Um Governo que é o campeão do diálogo. E que não ouve, como disseram muitos pais, os principais responsáveis, os pais dos utentes deste serviço! - não os ouve. Pô-los de lado e eles sentem necessidade de ir à Comissão para ver se há alguém - que somos nós deputados - que dê voz a quem o Sr. Secretário não quer ouvir. E isso é que é dramático.

Ficou bem claro, Sr. Secretário, que os pais estão contra a forma como os senhores fizeram as coisas. Nem eles nem nós estamos contra as maravilhas todas que os senhores fizeram em relação ao edifício, não estamos contra as vagas, as bolsas de estudo, os cursos de especialização, os técnicos superiores, não senhor, não há nada contra isto.

Há, sim, contra o facto dos senhores até 98, terem colocado na rede todos quantos podiam colocar e não se terem preocupado em fazer aquilo que estão a fazer agora, ou seja, abrir os concursos para os professores, criar as condições para haver formação, dar os meios às escolas para fazerem as rampas, porque existem algumas sem rampas de acesso, há escolas sem casas de banho adaptadas, não há recursos humanos nem materiais. E os pais levaram ao Sr. Secretário propostas concretas que devia ter ouvido.

Disseram-nos, nomeadamente, que em vez de se ter os 43 núcleos que o senhor criou, podia-se ter começado nesta fase transitória por ter metade, por ter 20, por exemplo. Podia-se ter optado por ter uma estrutura de transição que permitisse uma racional distribuição dos meios técnicos que há, que são poucos, dos recursos que existem e que não causassem as dificuldades que, neste momento, estão a surgir.

As crianças foram para a rede, e este é que é o problema de fundo, quer os senhores queiram quer não.
Os pais das crianças foram claros - vamos pôr aqui os pontos nos "ii", Sr. Secretário! - quando confrontados com perguntas, disseram a verdade. E tinha pais, desde os mais simples até a colegas nossos, professores, engenheiros, tinha de tudo naquela Comissão. E cada um, à sua maneira, expressou o que lhe ia na alma.
É sintomático quando eles dizem "nós nunca tivemos muito, sempre tivemos problemas. Mas agora, estão a tirar-nos o pouco que tínhamos"! - isso é que é dramático, Sr. Secretário.
As pessoas dizem "é verdade, os nossos filhos iam de camioneta, faziam X tempo de transporte para aqui ou para acolá. Mas nós sabíamos que naquele espaço de tempo, eles tinham determinado tipo de apoio. Hoje, têm apoio esporádico. Estão em sítios lá junto às suas casas, onde não lhes é dado aquilo que dantes tinham, podia não ser muito, mas sempre era melhor" e isso foi o que a gente aferiu da conversa deles na Comissão.
O problema de fundo está, por exemplo, num caso simples, mas que é dramático, que é o facto de ter os miúdos nas escolas, a quem não se mudam as fraldas!
Esse caso voltou à baila de novo.
Se querem exemplos, está aqui o caso dos Arrifes onde os pais puseram a tónica.
Os senhores acham admissível que um miúdo antes na Arquinha tinha um tratamento que permitia que os pais, naquele espaço de tempo, estivessem descansados, porque limpavam-nos, mudavam-lhe as fraldas, faziam-lhe tudo. Agora, os senhores dizem-me que eles estão melhor, porque estão nas escolas. Só que nas escolas não lhe mudam as fraldas, porque é evidente que isso não está no conteúdo funcional dos auxiliares de acção educativa, os professores também não têm que fazer isso. Quem é que muda as fraldas?! São os pais?!
É fácil. É mandá-los para casa, para mudar a fralda!
Foi isso que nos foram lá dizer e perguntaram-nos "os senhores acham que isto está bem?".
E nós dissemos: "O Sr. Secretário está sempre a dizer que não mudou nada, a nível do Centro de Educação Especial". O que mudou foi o nome que passou para Centro de

Recursos, mas entretanto, os deficientes profundos estão lá. Nós não pusemos nenhum na rede, eles continuam lá no Centro de Educação Especial, isto é, no Centro de Recursos. Aliás, o Sr. Secretário já disse que por enquanto a escola acabou. Como centro de recursos, tem vindo a ser melhorado.

E agente perguntou aos pais se as crianças que lá estão, se continuam a ter o que tinham. E eles foram claros e disseram que não. Que o pessoal está desintegrado nesta fase de transição, que os protocolos que existam antes com os médicos que lá iam, com os técnicos, deixaram de haver, que as crianças têm muito menos atenção e cuidado.

Mas, mais. Eles deram-nos exemplos.

Uma senhora mais humilde, expressando-se com "o coração nas mãos" disse-nos: - "o meu filho é deficiente profundo, tem onze anos. E outro dia chegou a casa com a cara negra, cheia de halibut". E, claro, ficou preocupada, pelo que foi lá saber o que é tinha acontecido ao filho, só que não conseguia apurar o que é que sucedeu. Depois de muito insistir, disseram-lhe que - estas são palavras da senhora que estão registadas - já tinham batido naqueles que lhe fizeram aquilo. A senhora, perante isso, disse a elas "eu não quero que batam naqueles que batem no meu filho, porque até isso não se pode fazer. Eu não queria era que o meu filho estivesse nestas circunstâncias em que está hoje. Eu queria que cuidassem melhor dele".

Há ainda outro caso de uma criança que apareceu com um pé torcido na sala dos profundos e que ninguém sabe como é que foi. E quando os pais falam nisso, chamam-lhes mentirosos!

Isto foi dito claramente por uma mãe que sente esta aflição e que, tal como disse aqui o Sr. Deputado Francisco Sousa há pouco, dizem "a gente às vezes pede para os nossos filhos irem à nossa frente, porque não sabemos quem é vai tomar conta deles com a preocupação dos maiores de 16 anos"!

"Diz-se que depois a segurança social vai fazer algumas coisas. Mas por enquanto, ainda não se percebe muito bem o que é que se vai fazer e estamos preocupados com esta situação."

"Eu - dizia outra senhora - trabalho. Tenho que deixar o meu filho antes de ir trabalhar na escola. Só que não está lá ninguém, mas eu tenho que deixá-lo". Já

cheguei a voltar atrás um dia e reparei que ele, coitadinho, fica ali sozinho até chegarem os funcionários. E depois chega-se às 3 e meia e eu tenho que arranjar maneira de o ir buscar, mas não posso porque estou a trabalhar a essa hora. E já tenho fracos recursos, para agora ter que pagar 5 contos a uma senhora por causa daquela hora de diferença.

Os senhores já pensaram nessas férias todas que há para aí - Carnaval, Páscoa, férias grandes, férias intercalares - quem é que fica com ele?

Eu só tenho 1 mês de férias. É que dantes, eles tinham determinado tratamento na Arquinha, onde não os deixaram matricular este ano, porque o Sr. Secretário disse que iam fechar e fecharam mesmo".

E mais. A mágoa dos pais estava ali viva!

O Sr. Secretário quando foi falar com eles, nunca lhes disse na cara que ia fechar.

Eles disseram mesmo "aquele senhor, olhos nos olhos, nunca nos disse que iam fechar a Arquinha". "Prometeu fazer isto e aquilo, prometeu apoio e agora o que fazem é vir cá, a Srª. Directora Regional vem cá levanta a voz, toda a gente levanta a voz connosco, zangam-se connosco e não nos ouvem ao invés disso"!

Os senhores acham isso bem, acham que isto está a correr da melhor forma?!

Queriam exemplos, pois bem: Escola da Vitória, 3 horas de apoio especializado.

3 casos em Vila Franca de miúdos com problemas também.

No Pico, na Terceira.

Enfim, existem casos espalhados por toda a parte que não são só circunscritos a P. Delgada. E nem que fosse só um, a agente tinha razões para nos preocupar e dizer que "o rei vai nu"!

É preciso resolver esses problemas. É preciso ouvir quem tem que ser ouvido.

E, Sr. Secretário, permita-me que lhe diga que cada vez cresce mais uma vontade no íntimo de quem neste momento se vê confrontado com estes problemas - mas é uma vontade grande que vai crescendo cada vez mais e agente vai ouvindo, nomeadamente aos colegas de minha mulher que é professora do 1º ciclo - e muitos deles têm este desabafo:

"Eu gostava tanto que aquele Sr. Professor, que tem como referência última as aulas que dava na Universidade", onde tem alunos que se "pingam" para lá chegar e quando

conseguem aproveitam, estudam, porque tem que ser, portanto, o Sr. Secretário apanha alunos que em princípio estão motivados, "viesse dar aqui uma aula no 1º ciclo, ou estivesse à frente da direcção de uma escola", como a Jerónimo Emiliano de Andrade, a maior dos Açores, a qual a Comissão da toxidependência visitou há pouco, e cujo Presidente do Conselho Directivo dizia, "- é verdade, esta escola tem 3 mil alunos, basta 1% destes alunos (30 alunos) para causarem os problemas que nós vimos com os nossos olhos".

Os senhores tinham posto nas escolas os 500 alunos - porque há cerca de 200 profundos - o que são à volta de 9%, que já estão na rede. E meteu mais 6 mil à pala do rendimento mínimo garantido, entre os quais (pode até ser uma percentagem mínima como aquela dos tais 30 nos 3 mil da Escola Emiliano de Andrade) estão aqueles que têm os chamados *comportamentos de risco ou desviantes* e que são suficientes para causarem os problemas com que, neste momento, as escolas se vêem assoberbadas e não têm por onde se virar, porque não há formação de professores, não se preparou os funcionários nem ninguém. Nem as universidades preparam os professores para estes desafios - se calhar vão ter que começar a fazê-lo.

Mas, voltando um pouco atrás, o que os professores gostavam era que o Sr. Secretário tentasse dar aulas nessas turmas que têm alunos desses com deficiência - multi-deficiência às vezes - integrados, com apoio esporádico semanal, ou quando tem aqueles outros que, não tendo as deficiências, têm os tais comportamentos desviantes ou de risco, que chegam a ser às vezes 4 e 5 por turma e que não se manifestam apenas por violência física, mas sim a violência verbal numa língua rica como a nossa, e para a qual os professores também muitas vezes não estão preparados, que vai desde a mitologia, passando pela zoologia, indo até à botânica. Ou seja, vai das fadas, passando pelas cabras, indo até aos carvalhos. Corre a panóplia toda do mundo. Uma língua rica como a nossa permite isso e os professores têm que ouvir essas coisas e têm que se confrontar com situações que são inadmissíveis e para as quais eles não estavam preparados.

É esta a nova realidade que as nossas escolas têm e o Sr. Secretário não pode escamotear e admitir que "o carro vá adiante dos bois", não tendo sido criadas

condições indispensáveis para que isso fosse feito, sem a ligeireza com que os senhores fizeram até este momento.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma segunda intervenção para entrar no que está escrito na Proposta de Resolução.

Vou pegar num dos parágrafos que aqui está e que diz o seguinte:

"Considerando que não é adequado fazer-se a integração dos deficientes profundos nas escolas regulares...", como eu já disse, e os documentos estão todos publicados, a estrutura montada não é para integrar quaisquer deficientes profundos nas escolas regulares, enquanto alunos de escolas regulares. Mas nada impede, porque já está a funcionar há muitos anos aqui na Rua ao lado, que se crie um centro de apoio de dia, que funciona numa escola. Há anos que existe um a funcionar aqui no Faial. E é um centro de apoio para profundos.

Portanto, isso não é feito em termos de escola regular no conceito de que se pega num aluno com deficiência profunda e se coloca dentro de uma turma onde estão os alunos ditos normais e até os super-normais.

Nunca este Governo fez ou disse isso.

Portanto, isso não corresponde minimamente à verdade e eu disse que ia demonstrar que há nesta Proposta questões escritas que não traduzem a realidade.

Depois, noutro parágrafo diz:

"Não foram previstas quaisquer medidas de acompanhamento dos jovens em idade pós-escolar, maiores de 16 anos.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* E é verdade!

O Orador: Também não corresponde à verdade.

O programa *Cidadania* diz como é que isso é feito e para onde vão.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Não é o que o programa *Cidadania* diz, mas a realidade!

O Orador: Esse programa diz tudo.

O Sr. Secretário dá disse, e os senhores que vivem em P. Delgada sabem que estão a ser feitas na Levada umas instalações para isso.

Os Srs. Deputados de Angra sabem que a Santa Casa da Misericórdia está a fazer essas instalações.

Portanto, eu podia continuar por aí fora, porque são vários sítios onde há um núcleo de apoio permanente para esses jovens.

Vamos ao conteúdo da Resolução, em termos de deliberação final, tal como é proposto.

Diz assim:

- "Elaborar um plano de implementação do sistema" - ora, o plano de implementação do sistema está elaborado, está publicado e está em vigor. Foi distribuído por todos os Srs. Deputados.

- "Criar uma estrutura de transição da actual" - essa estrutura foi e está criada. E os senhores já viram que ela existe, ou seja, os núcleos de apoio permanente.

- "Incentivar a formação de professores, educadores, auxiliares e técnicos especializados" - já foi dito que existem diplomas publicados.

Em primeiro lugar, o grupo de educação especial é o único grupo de professores dos Açores que passa a ter direito (o diploma já foi publicado) a incentivos à fixação. É o único onde isso acontece, de Stª. Maria às Flores.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Já ouvi isso uma vez!

O Orador: Mas vai ouvir mais uma vez, porque o que está aqui escrito não corresponde à realidade e eu vou demonstrar que é assim!

- "Mais formação" - já foi dito que os protocolos foram feitos, e que já deviam era ter sido há muito tempo atrás.

Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, isso já devia ter sido feito em 90 ou 91, ou quando foi feita a Lei de Bases que obrigava a isto!

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Os senhores também já deixaram passar 96, 97, 98 e 99!

O Orador: E eu já lhe disse que nestes dois anos vamos ter os quadros preenchidos. E este Governo vai cumprir, porque vai ter educadores a serem formados.

Mais. "Técnicos Especializados" - foi este Governo que criou...

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Os senhores já tiveram tempo para formar muito mais gente!

O Orador: ... as 28 vagas que foram postas a concurso e também foi este Governo que fez a contratação de 16 psicólogos que já estão nas escolas. Situação esta que, como digo, já está, não é para ser.

Portanto, não percebo - sinceramente - porque é que há-de haver redacções nesta Resolução que não correspondem à realidade de hoje.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* O Sr. Deputado está com idade para se fechar numa torre de marfim!

O Orador: Eu percebo outras situações.

A angústia dos pais, eu percebo. Mas hoje um pai das Flores sabe que a Escola Básica Integrada de Stª. Cruz já tem um núcleo, para o qual podem concorrer professores especializados.

O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca "dá ao ombro que sim", mas foi V. Exª., enquanto Secretário, que criou a equipa de educação especial das Flores, que sabe que nunca teve professores especializados.

Então, não é sequer a primeira vez que se fala nisto.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Não!

O Orador: Não há nada de novo nesta matéria!

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Mas também há muita coisa boa feita por nós, Sr. Deputado!

O Orador: Sim senhor, Sr. Deputado!

E até lhe digo mais: tenho tido a honra neste País de dizer que em termos de jardins de infância, nós fomos um exemplo. E eu como Deputado do Partido Socialista, já disse várias vezes que não precisava de ter as cadeirinhas todas do tamanho dos miúdos, que não precisava ter as instalações acabadas, mas queria que em cada freguesia funcionasse um núcleo de jardim de infância.

Pois aqui, estão pela primeira vez criadas as condições para que, em todas as freguesias, haja na área escolar ou na escola básica integrada, um núcleo de educação especial.

Portanto, lamento ter que dizer, mas há afirmações que não correspondem à realidade.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes *(PS):* Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como foi referida a audição da Comissão de Assuntos Sociais à Comissão *ad hoc* dos pais das crianças com deficiência, na qual eu estive presente, gostaria de repor algumas verdades, que às vezes no calor do debate tenham sido esquecidas.

A maioria daqueles pais, ao dar exemplos de problemas concretos, quis demonstrar exemplos ligados a crianças que estão na escola de ensino especial e que hoje não se chama isso, mas é um local onde as crianças estão a ter o mesmo tipo de apoio, só que a escola está ligada a uma outra regular.

A maioria dos exemplos eram de crianças que estavam na escola.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Isso é uma mentira!

A Srª. Deputada devia estar calada, porque está a mentir nesta Casa, lamento ter que dizer isto!

A Oradora: Vou pormenorizar, se me derem licença.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Há-de ser como a dos Arrifes!

A Oradora: A dos Arrifes não, por isso é que eu disse **a maioria**!

Eu não disse todas, eu disse a maioria.

Eu acho que ainda falo Português!

Deputado Mark Marques *(PSD):* Português com sotaque.

A Oradora: O sotaque é outra coisa!

Portanto, a maioria era crianças que estavam na escola.

O caso da criança que foi batida e que foi dada uma resposta inadequada da auxiliar de educação, é um problema relacionado com a escola. É um problema antigo relacionado com o tipo de pessoas que estavam na escola do ensino especial.

Que tipo de auxiliares de educação tínhamos nessa escola?

Essa é uma questão muito importante.

Se a escola fechava às 2 e às 3 horas, eu penso que esta reclamação não deriva da implementação da legislação deste novo sistema, mas não sei.

Outra questão: é verdade que quando se integra, surgem problemas novos. Eu não tenho dúvidas quanto a isso, porque eu tenho a experiência da integração de doentes mentais que estavam "despejados" nas casas de saúde.

Os problemas menores não podiam de maneira nenhuma impedir que o objectivo da integração não fosse conseguido. E vou dar um exemplo concreto que me faz lembrar o problema das fraldas.

Se um doente tinha capacidades para estar num meio social, mas não tinha capacidades para cuidar da sua medicação que era fundamental para o seu equilíbrio no meio social, só por esse facto eu não o integraria? Ou ia arranjar alguém que pudesse, na comunidade, na vizinhança, fosse como fosse, dar-lhe a medicação?

Então o problema da criança para a qual a escola não estava preparada para pôr as fraldas, era motivo suficiente para ela não ser integrável, ou são as capacidades dela estar na escola que devem motivar a integração?

Confundir a forma com o conteúdo, confundir ou trazer problemas que embora sejam concretos e objectivos, não são muito complicados de resolver, como se fossem os verdadeiros problemas da integração, é trazer um falso problema.

Nesse sentido, eu gostaria de referir que tenho muito orgulho de fazer parte de uma sociedade, de uma comunidade e do Grupo Parlamentar do PS, e com todos aqueles mesmo de outros partidos, que estão dispostos a aceitar as dificuldades da integração, porque vêem que esse é o caminho e reconhecem que os pais em P. Delgada estão preocupados, pois estão. Eu vi que eles estavam preocupados e verifiquei que há problemas de comunicação. E sei perceber também que há um problema, mas não é com a essência da questão. É, sim, um problema que se pode resolver. E estou certa de que este Governo está pensando em resolvê-lo, porque é um problema simples, é um problema de esbater ansiedades e medos daqueles pais. Aqueles pais "armaram-se" e foram para a frente. E tiveram medo que aquelas crianças, que são deficientes profundos e que não são integráveis, estivessem no bolo.

Este é um medo que eu compreendo. Mas a legislação não diz que isso ia acontecer. Portanto, esse é um medo que deve ser esbatido. E, nesse aspecto, eu estou com o pais, isto é, que se lhe deve esbater o medo. E ainda para esses pais, a nossa Comissão foi importante, porque por um lado trouxeram ao nosso conhecimento os seus medos e, por outro lado, fizeram aquilo que é preciso fazer, aqueles pais contaram as suas ansiedades.

Quando um pai se questiona "quando eu morrer, o que é que vai ser da minha criança deficiente?", nós estamos falando de problemas que não têm a ver com o hoje, têm a ver com o ontem, têm a ver com o hoje e com o amanhã. Foi sempre a questão e vai ser sempre a questão que qualquer pai de uma criança deficiente vai pôr. E ele precisa de uma resposta. Mas nós já vimos que há respostas, só que esta resposta não chegou aos ouvidos deste pai.

É preciso levar a resposta aos ouvidos destes pais.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Como é que pode esbater os problemas se o Governo não quer o diálogo com eles?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Chamo a atenção para o facto de que a partir de agora só tem direito a pedir ou prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É mesmo para prestar esclarecimentos, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Gostava de dizer em relação à angústia e sofrimento dos pais, que compreendo-os e percebo-os, são situações dramáticas as que se vivem. Não são de agora, sempre se viveram e sempre hão-de viver-se.

É preciso criar mecanismos que permitam o atendimento depois das horas de aulas. É preciso criar ATL's especializados - é o próximo passo que tem que ser dado. É preciso criar condições para que, depois das 3 e meia e durante as férias, existam meios de receber essas crianças. E na cidade de P. Delgada já está a funcionar uma

residência assim, ou seja, recebe crianças quando as famílias estão doentes, ou precisam de descansar, quando há problemas nas famílias das crianças deficientes.

Isso já está a ser feito e precisa de ser alargado a toda a Região. E nós precisamos de vulgarizar isso.

Este problema da escola fechar às 3 e meia não é de agora. Sempre foi assim, ela sempre fechou a essa hora.

Nós estamos aqui a juntar problemas antigos com problemas novos e estamos a levantar os problemas antigos, tentando fazer crer que afinal eles foram causados pelas alterações introduzidas, quando não foram. São problemas que já existiam e que não têm nada a ver com isto, tem apenas a ver com a estrutura que nós temos.

Quanto à questão da escola fechar, Sr. Deputado, eu disse aos pais e volto a repetir perante esta Câmara a mesma coisa: a estrutura da Rua da Arquinha não vai fechar.

O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca há pouco dizia que eu sempre tinha dito aos pais que ia fechar. Mas eu sempre disse aos pais e digo a si também o contrário.

O edifício que está na Rua da Arquinha, inclusivamente, recebeu melhoramentos vultuosos no ano passado, em que foi instalado um elevador para substituir uma escada que era preciso transpor. E o edifício foi adaptado e investiu-se em 98 e 99, obviamente não com o objectivo de o fechar, mas sim, com o objectivo de o manter aberto. Ele vai funcionar como um núcleo de apoio permanente naquela zona central da cidade de P. Delgada e será gerido no conjunto da infraestrutura escolar que se vier a fazer em S. José.

Portanto, Sr. Deputado, volto a reafirmar que não há encerramento da Escola de Educação Especial de P. Delgada. Houve, sim, a extinção da escola, o núcleo de educação especial que agora funciona na Rua da Arquinha, vai manter-se aberto, vai receber alunos no próximo ano e que serão para lá encaminhados pela Área Escolar de P. Delgada e pela Escola Canto da Maia, que são as duas estruturas que partilham a gestão daquela escola, e vai funcionar como núcleo de apoio permanente, da mesma forma como funciona este da Horta, aliás, nos termos do nº 1 do Artº 38º da Portaria que os senhores têm na vossa mão.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* E os deficientes profundos que estão lá?

O Orador: Isto para os deficientes profundos que vão ser recebidos lá.

Aqueles que lá estão, aqueles que têm idade inferior a 16 anos, continuam naquele edifício. Os que têm idade superior a 16 anos, continuarão lá até que nós encontremos uma alternativa melhor do que aquela para lhes dar.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* O Sr. é que define todas essas coisas!

O Orador: Nenhum deles será "despejado" lá - foi esta a garantia que eu dei aos pais dessas crianças e esta garantia que eu também quero dar aqui hoje.

Eles apenas serão transferidos para o centro de atendimento na Levada, à medida que existirem condições para isso, mas para terem um atendimento muito melhor do que agora, porque este vai funcionar todo o dia, inclusivamente permite a pernoita, não fecha às 3 e meia nem tem férias.

Portanto, ninguém vai ser forçado a sair do edifício da Rua da Arquinha, enquanto não for encontrada uma solução melhor.

É esse o compromisso que assumi e que mantenho.

Portanto, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, da extinção da escola não resulta o "despejo" de ninguém, nem há razão para se criar uma situação de ansiedade.

Quanto ao diálogo com os pais, Sr. Deputado, eu estou pronto a mantê-lo, como vinha mantendo até aqui. Só que o diálogo tem que ser feito dentro das regras éticas dele próprio. E o diálogo não significa ouvir pela comunicação social, nem significa pedir reuniões, quando afinal, já se pediu uma outra reunião com outra entidade qualquer.

O diálogo vai continuar a existir, estou seguro disso, e há-de existir como existe no resto desta Região.

Em relação à execução das medidas, os senhores conhecem tudo isto, sabem o que é que se passa. Eu estou atento a esses problemas, reconheço que da parte dos pais há razões para haver ansiedade. Faremos o que pudermos para resolver esses problemas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São tantas as informações contraditórias que eu confesso ser um bocado difícil dar conta delas todas. Mas eu vou tentar.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Está baralhada, é natural!

Secretário Regional do Ambiente *(Ricardo Rodrigues):* Mas é um problema seu.

A Oradora: Em primeiro lugar, Srª. Deputada Fernanda Mendes, um apelo: se acha que o problema dos pais pode ser resolvido pelo Governo, e se há assim tanta boa vontade, aconselho-vos vivamente a demonstrarem essa "boa vontade", votando favoravelmente a nossa Proposta de Resolução.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Se a Srª. Deputada me tivesse escutado na Comissão, agora não teria tantas dúvidas!

A Oradora: Porque se concorda com os pais e quer esbater o seu medo, a nossa Resolução é a tradução da vontade dos pais!

Ora muito bem, vê a Srª. Deputada como está a ser contraditória?!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Isto não tem qualquer conteúdo!

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Olha a má criação!

Um antigo Presidente desta Casa a rasgar uma Proposta!!

(Apartes inaudíveis trocados entre os deputados das bancadas do PS e PSD)

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Regista, regista!

(Apartes inaudíveis trocados entre os deputados das bancadas do PS e PSD)

A Oradora: Sr. Presidente, eu gostaria de registar...

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que deixassem a Srª. Deputada concluir a sua intervenção.

A Oradora: Sr. Presidente, eu gostaria de registar que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, ex-Presidente desta Casa e Deputado do Partido Socialista, acabou de **rasgar** a Proposta de Resolução...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Porque isto não tem qualquer conteúdo!!

A Oradora: Acabou de rasgar a Proposta de Resolução sobre "Educação Especial nos Açores", acabou de fazer tábua-rasa de tudo o que pensam os açorianos em relação à educação especial!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* **Os açorianos?!!**

De P. Delgada!!

A Oradora: Açorianos, sim!!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* É um desrespeito para com esta Assembleia!

A Oradora: Eu vou continuar a minha intervenção que é melhor.

(Apartes inaudíveis trocados entre os deputados das bancadas do PS e PSD)

Presidente: Srs. Deputados, permitam que a Srª. Deputada Ana Carolina conclua a sua intervenção.

A Oradora: As atitudes ficam claramente com quem as faz!!

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa, reconhecendo a sua legitimidade nesta matéria, eu pedia-lhe que deixasse a legislação de parte e que olhe à sua volta.

Levante um pouco os olhos dos papéis e olhe para o que se passa na Região Autónoma dos Açores!

O que interessa agora, não é o que está escrito, porque o que está escrito, ou não está a ser posto em prática, ou está mal escrito.

Olhe à sua volta, basta olhar e destapar os ouvidos!

Deputado Francisco Sousa *(PS):* O que é está mal escrito?!

A Oradora: Relativamente ao Governo, o Sr. diz que ele votou, alterou, o Governo inovou.

Se o Governo se tem "armado" em arauto da mudança, porque é que não fez a preparação desta mudança nestes 4 anos?!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* E não fez?!

A Oradora: Porque não se trata aqui de 94, 95, ou de 81, como a Srª. Deputada Fernanda Mendes dizia na Comissão.

Os senhores também já têm passado!

O que é que fizeram para formar técnicos especializados em 96, 97, 98 e 99?!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Mantivemos o sistema de bolsas, Srª. Deputada!

A Oradora: O que é que fizeram para adaptar escolas - nem as escolas novas das Flores o Sr. Secretário sabia que não estavam adaptadas - a esta mudança?!

Porque é que os senhores não prepararam esta integração?!

É esta a nossa dúvida!

Nós não estamos contra a integração. Estamos contra a integração do Partido Socialista!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Ah está bem!

Assim já se percebe!

A Oradora: Sim, uma integração mal feita!

Atenção: nós - partidos da oposição - com os pais, com os sindicatos, a sociedade...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Pois a vossa é que está bem vista!

A Oradora: Vamos aos considerandos que tanto preocupam o Sr. Deputado Francisco Sousa, que procura em toda esta Resolução, motivos para não votá-la.

O considerando que diz "não é adequado fazer-se a integração dos deficientes profundos" - Sr. Deputado - fale com o Sr. Secretário, porque o que ele acabou de dizer foi que na Área Escolar de P. Delgada, nas antigas instalações da Escola de Educação Especial, vão estar deficientes profundos, até se encontrar uma melhor solução!

Deputada Fernanda Mendes *(PS):* Não vão estar, **estão**!

A Oradora: Mais um exemplo, para não me ficar só pela contradição do Sr. Secretário, o que aliás, é já costume.

Nós estamos perfeitamente habituados às contradições do Partido Socialista!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Outra vez?!"

A Oradora: Travessa dos Milagres - aluno com multi-deficiências motora, mental, linguagem, é integrado duas vezes por semana na escola, porque ela não pode fazer mais vezes, vai lá porque nas ex-instalações da Escola de Educação Especial, disseram-lhe o seguinte:

- "não podemos recebê-lo, porque a escola vai fechar. Obrigatoriamente, vai ter que ser integrado" - e foi, duas vezes por semana, duas horas cada vez.

Isto foi na Travessa dos Milagres, se quiser posso dar-lhe o número de telefone!

Relativamente às recomendações:

"Elabore-se um plano de implementação do sistema e divulgue-se-o entre as partes interessadas".

Eu não estou a falar de legislação, porque eu já sei - e os senhores já repetiram - que o edifício legislativo está pronto, concluído e feito.

Eu estou a referir-me a soluções concretas, para os deficientes profundos que estão na Arquinha, por exemplo, e que não têm apoio.

Os senhores deviam ter pensado nisso antes!

Os senhores começaram pelo fim, começaram pelo telhado!

Em relação ao nº 2, "crie uma estrutura de transição gradual", é necessária esta estrutura. Aliás, o Sr. Secretário em 97, na tal entrevista à dita revista, dizia - embora já tenha mudado de ideias - o seguinte:

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Dizia e continuo a dizer, ora essa!

A Oradora: "Na área específica da educação especial, teremos, então, um centro de recursos que apoie tecnicamente as escolas e que permita receber os portadores de deficiência" - e mais não digo!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Ora aí está uma excelente ideia!

A Oradora: Terminei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É só para dizer à Srª. Deputada Fernanda Mendes que eu também tenho muito orgulho em pertencer a um grupo parlamentar que iniciou, nesta Região, a integração das crianças e jovens com deficiência. E sinto-me muito satisfeito, quando ainda hoje, mesmo da parte da oposição, se reconhece que há trabalho feito e que foi bem feito e que continua a cumprir aquilo para que foi criado.

Quero lembrar que quando começámos com a integração dos deficientes invisuais, por exemplo, acompanhámos desde o 1º ciclo, passando para o 2º e depois na escola secundária - o caso de Angra do Heroísmo - tivemos o cuidado, antes dos invisuais

irem para lá, de reunir com os professores, de prepará-los, de pôr na escola alguém com conhecimentos de Braile, de perguntar aos professores quem é que queria leccionar naquela turma que pela primeira vez ia ter um deficiente invisual e acompanhámos e fizemos tudo isto com conta, peso e medida. E são esses alunos que, hoje, estão já na Universidade.

Tivemos, como já aqui disse nesta Casa, um professor invisual a dar aulas nas nossas escolas, porque também criámos condições para isso.

Portanto, nós estamos à vontade quanto a passos efectivos dados neste campo, só que passos dados com conta, peso e medida. Sem ligeireza, sem precipitação que caracterizou este "rapidamente em força até 98, para integrar todos quantos pudessem vir a ser integrados".

Eu também tenho uma ressalva, Srª. Deputada: eu coloquei directamente aos pais que nos visitaram a questão de, se neste momento as crianças que continuam lá, estavam na mesma forma ou estavam pior que antes. E deve lembrar-se que a resposta foi: "estão pior do que estavam".

Eu volto a dizer aquilo que disse antes: os acordos acabaram, os apoios diminuíram, os auxiliares de acção educativa estão desmotivados.

Mais. Lembra-se que até um dos pais disse assim: "a Srª. Directora em vez de se preocupar com as circunstâncias que existem neste momento na escola, está mais preocupada em atacar os pais na comunicação social, em conferências de imprensa e em defender as costas do Sr. Secretário".

As coisas estão piores do que estavam - isso ficou bem claro, quando a pergunta foi feita por mim.

"Estão ou não pior que dantes?"

"Estão pior"!

"Estamos perdendo as tais poucas coisas, tínhamos pouco e estamos a ter cada vez menos".

Eu acho que basta ficar pela frase última de um colega nosso professor, quando terminou a reunião com a Comissão, já à saída na porta:

"Nunca os pais das crianças com deficiência foram tão mal tratados"!

Fico-me por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar ser rápido em relação a esta análise, de qualquer modo, há duas ou três coisas para as quais não quero deixar de chamar a vossa atenção.

O Sr. Secretário Regional, na penúltima intervenção que fez, afirma mais ou menos isto: "deu-se a rotura do diálogo", referindo-se a pais e encarregados de educação.

Esta rotura do diálogo em P. Delgada, em nosso entender, não pode continuar, não pode eternizar-se. E isto vai em contradição com aquilo que diz a Srª. Deputada Fernanda Mendes.

Estes pais foram à Comissão, aliás o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca também o referiu, foram lá, querem dizer coisas, querem conversar e querem falar. Mas é evidente que - pensamos nós - é obrigação do Governo tudo fazer para efectivamente continuar o diálogo com essas pessoas.

Já o disse aqui ontem e volto a referi-lo hoje.

Dá-me a impressão de que, nestas matérias, não pode, de parte nenhuma, haver rotura de diálogo.

O Sr. Deputado Francisco Sousa diz que existem diplomas publicados, mas é evidente, eu reconheço-o. Só que a meu ver, o grande problema pode ser exactamente esse. É porque não é só o facto de haver diplomas publicados, que a situação fica resolvida.

O Sr. Deputado diz "os professores podem concorrer", pois podem, mas onde é que eles estão...? E onde é que lhes foi dada formação...? E em que condições é que se está a dar formação...?

Portanto, esse é outro problema que se coloca.

Mas ainda há outros dois problemas que eu queria trazer aqui para esta discussão.

Em primeiro lugar, que fique afastada a ideia de que isto só se passa em P. Delgada, porque não é assim. Os problemas existem aqui e acolá, praticamente em todas as ilhas. Eu conheço-os em várias ilhas dos Açores. Esta é que é a realidade.

Há outra realidade, e essa é bem possível que aqueles que se dedicaram àquilo que hoje se chama o 1º ciclo do ensino básico compreendam melhor. Ou seja, aqueles que

trabalharam no 1º ciclo do ensino básico, sempre tiveram crianças com dificuldades, as quais, de um modo geral, até são compreendidas, porque aqueles que têm mais anos de serviço consideram isto uma normalidade nas turmas. Apesar de ter havido um esforço desde há 7 ou 8 anos para cá, esse problema sempre existiu e desde há muitos anos. E os professores do 1º ciclo, na sua maioria, sempre estiveram motivados para resolvê-lo. Mas neste momento, e assim também desde alguns anos, acontece outra situação, que é a integração destes jovens e crianças com dificuldade noutros tipos de ensino, o que piora a situação.

Por isso, hoje, chamo a atenção do Sr. Secretário para isto, tem que ser tida esta situação muito em conta.

A mim, ela confrange-me e já tenho visto este problema da integração em várias ilhas da nossa Região. Ou seja, jovens com idade escolar, que deveriam estar no 2º ou 3º ciclo do ensino básico, estão nas praças, nos jardins cá por fora. E às vezes pergunto-lhes se não deviam estar na escola, eles dizem "não senhor, eles dizem na minha escola que eu não preciso ir lá".

Esta realidade existe hoje nesta Região, Sr. Secretário. E eu posso prová-lo!

Portanto, nós temos que ter cuidado para que esta integração não sirva para pôr fora do sistema jovens que deveriam e devem estar no sistema. E com esta situação, este problema tem vindo a avolumar-se.

É um assunto que não vi aqui ser analisado e gostaria de pô-lo nesta discussão, porque realmente temos que estar preocupados, pois vamos fazer a integração, estamos de acordo com ela, até porque pensamos que ela é positiva, mas vamos levá-la até às últimas consequências.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um pequeno esclarecimento, na sequência da intervenção da Srª. Deputada Fernanda Mendes.

Penso que ficou à saciedade esclarecido o que efectivamente se passou na audição que da Comissão dos Assuntos Sociais com aquela Comissão *ad hoc* dos pais.

Mas o que importa relevar, é que perante esta situação do tal edifício legislativo no que diz respeito à matéria de integração e a realidade, vai uma crise que não pode ficar escondida, nem por qualquer tentativa de autismo que o Sr. Secretário queira ter neste plano.

A verdade é que a crise instalou-se, os pais estão preocupados, os alunos se calhar não estão bem integrados.

Esta crise é negativa, por um lado, e positiva por outro.

É negativa, porque revelou desconfiança dos pais no Sr. Secretário, que os abandonou, que ao contrário das suas inconfessáveis regras de ética no diálogo, fechou-o. E já não é a primeira vez que isto acontece. Já foi assim com os médicos, é assim com os professores, agora é com os pais. Aliás, o Sr. Secretário é reincidente nessa matéria, portanto tem menos desculpas.

Seja como for, devo dizer-lhe - Srª. Deputada - que esta relação de desconfiança perante o Governo e relativamente ao Sr. Secretário, foi traduzida na confiança que os pais fazem e fizeram nos Srs. Deputados. Daí o seu pedido de audição na Comissão dos Assuntos Sociais.

Pior seria se os Srs. Deputados, não aproveitando esta relação de confiança com aqueles pais, não traduzissem na prática a ansiedade e a preocupação deles.

Foi esta a intenção do Grupo Parlamentar do PSD. É este o objectivo desta Resolução. Mas, pelos vistos, não é esse o entendimento que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, desrespeitando a preocupação daqueles pais, aqui, em acto de dignidade... pouco garantida - nem sequer encontro outro termo - rasgou a Resolução.

O Sr. Deputado não desrespeitou o Grupo Parlamentar do PSD, nem sequer a própria Resolução. Desrespeitou, sim, esta preocupação, esta ansiedade traduzida por aqueles pais que pela Comissão dos Assuntos Sociais foram ouvidos.

Por outro lado, Srª. Deputada, devo dizer-lhe que se calhar verá contrariada a sua declaração feita aqui hoje, no próprio relatório que à Comissão cabe fazer, no âmbito desta audição, porque um relatório que tem o dever de relatar a verdade dos factos, não contrariará certamente nada do que esta Resolução aqui propõe.

O que importa, Srª. Deputada, a si como Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e a qualquer deputado membro daquela Comissão, ao seu grupo parlamentar

ou ao Governo, é que possamos dar eco àquela preocupação dos pais, com serenidade, com certeza outra que aqueles pais não têm, pelo sentimento e emoção que vivem esta situação, porque estão directamente envolvidos.

Admito, portanto, que o nosso dever aqui seja, com tranquilidade, ajudar a resolver um problema que é real e que não é nenhuma ficção, como estão tentando neste debate traduzir.

Não é essa a realidade, Srª. Deputada. E não se feche numa "torre de marfim!"

Veja a realidade, porque é esse o dever deste Parlamento, é também esse o dever deste Governo, que se não vê de modo próprio, veja pelo menos depois de alertado por esta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes *(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estou de forma nenhuma, nem poderia estar, contra a decisão, a forma, como o Grupo Parlamentar do PSD decidiu trazer a apreensão dos pais a quem de direito - longe de mim - senão eu própria não estaria aqui. Isso seria ser anti-democrata.

Não é essa a minha maneira de ser.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Mas é a maneira de ser do seu colega do lado!

A Oradora: E eu falo por mim e responsabilizo-me pelas minhas atitudes e comportamentos.

Eu não sou contra a vossa forma, eu sou contra o conteúdo. E também tenho pleno direito de ser contra isso, por entender que é incorrecto, que já está resolvido, que não tem verdade. É um direito quer eu tenho e manifestei-o já publicamente.

É tão somente isto.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Porém, eu não tenho quaisquer receios ou problemas pelo facto da Comissão de Assuntos Sociais ter recebido em audição estes pais e ter constatado que há uma crise.

Felizmente, eu habituei-me a encarar uma crise que não significa forçosamente algo de negativo.

A crise faz parte de todo o processo de desenvolvimento. Não há desenvolvimento sem uma crise.

Deputado Mark Marques *(PSD):* É uma forma diferente de ver as coisas!

A Oradora: É preciso é que ela seja sempre bem resolvida. E isto é verdade com os seres humanos, como é verdade na política.

Pela minha percepção e pelo que este Grupo Parlamentar compreende e entende, a crise é de fácil resolução, pelo que estou extremamente tranquila e acredito que a integração dos deficientes vai ser bonita, bem feita e adequada às crianças desta Região, porque elas merecem.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srª. Deputada Fernanda Mendes:

Eu concordo que uma crise, tal como eu a relatei, tem um aspecto negativo e um aspecto positivo.

Desde logo, o de pôr a debate esta questão. Mas ela só terá efeito útil, se tiver consequência.

O que eu lamento e critico é que a vossa postura parece ser a de fechar-se numa "torre de marfim" e não querer fazer deste debate, não querer tirar desta discussão a utilidade que o lado positivo da crise possa criar.

Esta é que é a situação negativa que o Governo, e o Sr. Secretário da Educação em particular, estão a tomar. E a Srª. Deputada pode dar o seu contributo, aproveitando aquilo que é real, a experiência efectiva dos pais destas crianças que temem pelo futuro dos seus filhos no projecto da integração.

É que não basta dizer "a integração vai fazer-se".

Ela está sendo feita e da maneira como está a ser, é que não está a correr bem. Daí, a queixa, daí a crise.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este debate, e nomeadamente em relação a algumas intervenções aqui proferidas da parte da bancada do PSD, existem - quanto a mim - dois ou três aspectos que não podem de forma alguma passar sem uma anotação - chamemos-lhe assim.

O processo de integração dos deficientes é complexo, já foi por variadíssimas vezes, não só hoje mas noutras circunstâncias, exposto aqui. É um processo relativamente ao qual, nos seus fins últimos, parece que estamos todos de acordo, inclusive os pais das crianças. Ou seja, a necessidade deste processo, a sua utilidade e os meritórios fins que visa alcançar.

Se assim é, não posso de forma alguma concordar com aquela que é a postura do PSD nesta matéria.

Se permitem, muito sinceramente, eu não posso concordar que exista aqui uma demonização do Governo e do Grupo Parlamentar do PS, no sentido...

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Eu não disse isso!

O Orador: Não disseram, mas deram a entender. E não me refiro concretamente ao Sr. Deputado.

Portanto, não concordo com esse tipo de insinuação ou, até nalguns casos, de afirmação.

Não há, não pode haver aqui uma demonização do Governo e deste grupo parlamentar, no sentido de que os únicos que se preocupam com as crianças deficientes, os únicos que se preocupam com as eventuais falhas que este processo pode acarretar, são os Deputados do PSD.

Esta é uma nota importante a ser deixada aqui.

Também não concordo com aquilo que - se permitem e salvo o devido respeito - considero a veleidade do Grupo Parlamentar do PSD, de considerar que ao apresentar aqui uma Resolução, tem o exclusivo da defesa das crianças deficientes e das preocupações dos seus pais.

Esta é uma postura que merece, da nossa parte, o mais veemente repúdio e não pode passar em claro.

Todos estamos preocupados com isso. Todos nós reconhecemos que este é um processo complexo, que demora, é um processo que pode acarretar uma situação de crise e de conflito.

Porém, não podem os senhores perder-se com tácticas de acusar-nos de não querermos saber de nada, quando se sabe perfeitamente que não é assim.

Portanto, um bocadinho de rigor também nessas coisas não faria mal nenhum ao Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate, apenas porque esta última intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro parece-me uma intervenção feita "in extremis", de alguém que pretende "salvar a honra do convento", ou então aguentar o "barco a navegar" quando ele já está a "afundar-se".

O PSD apresentou uma Proposta de Resolução e o primeiro passo que veio do Governo foi a negação de discutir, hoje e aqui, na altura própria, este documento.

Quem se negou foi o Sr. Secretário Regional, que disse que o tinha discutido ontem, fora de tempo e de lugar.

Portanto, o PSD interessa-se, o PSD tem o direito de se interessar, tem o direito de fazer o documento, tal qual o apresentou, com os considerandos que entende, com as recomendações que entende fazer.

Não é nenhuma veleidade, é um direito!

O que aqui se tem estado a fazer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, é tentar desmerecer no conteúdo deste documento!

E mesmo quando alguém desta bancada, reproduzindo aqui conversas havidas na Comissão, dos intervenientes mais directos nesta matéria, ainda mesmo assim, se pretende dar a volta.

O que está em causa são problemas muito sérios, que atingem muitas famílias dos Açores.

Não é possível utilizar isto como uma arma política por quem quer que seja!

E muito menos aceitar, por parte da minha bancada, que sejamos rotulados de praticar "veleidades", quando estamos a tratar de um problema com seriedade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Eu não posso concordar consigo.

Eu não considero que exista aqui uma recusa terminante do Governo sequer abordar este assunto.

O Sr. Secretário teve a iniciativa de fornecer documentação aos Srs. Deputados. Noutras circunstâncias, o Sr. Secretário teceu variadíssimas considerações e expos o seu entendimento e todas as componentes deste processo. Portanto, não posso aceitar como justa, a crítica de que o Governo se recusa, terminantemente, a falar sobre essa matéria.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* O Sr. Secretário nem sequer está na Sala!

O Orador: Tenha calma, Srª. Deputada, já lá vamos!

Assim sendo, a questão da veleidade vem exactamente a esse propósito. Ou seja, querer colocar do lado dos que estão contra os deficientes este Governo e esta bancada.

E isto, Sr. Deputado, eu não posso aceitar!

E a veleidade vem daí. Ela vem dos senhores quererem considerar que o PSD é o único defensor, o único partido que se preocupa com as crianças deficientes.

É isso que eu não posso deixar passar em claro e que não posso aceitar!

Todos estamos preocupados com esta matéria.

Portanto, intervenções deste género, não nos levam a lado nenhum.

Por último, Sr. Deputado, quanto a "salvar a honra do convento", aqui não existem nem frades, nem freiras, nem sequer bispos!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Mark Marques *(PSD):* Mas há alguns seminaristas!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* E católicos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A parte final da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faz-me lembrar uma crónica trazida um destes dias por um jornal e que foi publicada no Diário de Notícias, pelo nosso conterrâneo Dr. Mário Mesquita, sobre essa sua invocação de "não há frades nem freiras".

É que ninguém falou em frades ou freiras.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Oh Sr. Deputado, isso foi em jeito de apontamento final, pelo amor de Deus!

O Orador: Até parece que essa invocação que o Sr. Deputado faz de não haver frades nem freiras no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vem dar razão...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Olhe que não é uma postura anti-clerical!

O Orador: Não. Vem é dar razão a esta espécie de... "agnosticismo militante" que se apoderou do PS...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não apoiado!

O Orador: ... que não estando de acordo com Deus, não ousa levantar a voz contra - dizia o Sr. Dr. Mário Mesquita - "a igreja, os papas e os bispos". E citei.

Mas vamos ao que interessa acerca deste documento.

Sr. Deputado: é evidente que há coisas que o Diário das Sessões não pode reproduzir.

Bem andam alguns parlamentos, que filmam tudo quanto se passa, para guardarem como registo.

Mas todos nós vimos aqui que depois da intervenção inicial da Srª. Deputada Ana Carolina Silva, o Sr. Secretário levantou-se do seu lugar e foi pedir ao Sr. Deputado Francisco Sousa para não intervir.

Bom, eu não adianto mais nada sobre isto, mas foi realmente o que aconteceu.
O Sr. Deputado Francisco Sousa interveio, e muito bem, para dar conta daquilo que pensava sobre esta matéria. Mas isto todos nós vimos.
O Sr. Deputado Francisco Sousa não se atreverá - por uma questão de honradez - a negá-lo!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu comungo do seu pensamento. Nenhum de nós, nesta Casa, quer "ser mais papista que o Papa".
Nenhum de nós, nesta Casa, tem o exclusivo.
Mas assim como o PSD pode não ter o exclusivo de estar completamente certo nisto, também não podemos admitir - e o Sr. Deputado far-me-á o favor de concordar comigo - que por parte do Governo e do Partido Socialista, haja toda a razão.
O problema que aqui está em causa, não é desmanchar o edifício legislativo, não é contrariar o que está feito, porque isso até vem de trás.
O que é preciso é, nesta fase em que há confusão nas famílias, em que há gente amargurada, em que há gente preocupada, dar um sinal de que se está com eles.
Nós estamos, apenas e só, a dar este sinal.
Porque, Sr. Deputado, não vale a pena dizer que o problema se resolveu porque se abriram os concursos.
Quantos estabelecimentos de ensino existem em Portugal, onde se ministram os cursos de educadores especiais?
Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Aqui na Horta vai haver um!
O Orador: Quantos é que existem?!
Quantos formados saem anualmente destes cursos?
Quais são as necessidades do nosso País?
Quais são as necessidades desta Região?
E então se a gente à partida sabe que nem pode abrir concursos para todos, porque é que não se faz o que aqui se pede?!

É tão simples quanto isso.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* E como é que se fazia até aqui?!

O Orador: Isso não significa ser proprietários de nada. Basta levantar uma questão, é chamar a atenção para ela e, sobretudo, dar voz a quem se dirigiu numa Comissão ao PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, e para terminar da minha parte, uma intervenção sobre essa matéria.

Sr. Deputado Madruga da Costa:

Eu recuso-me, terminantemente, a entrar - a sério ou a brincar - sobre qualquer discussão relativa à religião, agnosticismo, do PS ou seja de quem for.

Considero que talvez não foi a forma mais correcta de reagir à nota final da minha intervenção anterior.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O Sr. Deputado não brinca, mas o Sr. Presidente sim!

O Orador: Eu recuso-me a ir por aí.

Quem introduziu a nota do convento e eu respondi num tom jocoso, foi o Sr. Deputado. E quanto a este aspecto, parece que estamos esclarecidos.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Diga isso ao Carlos César!

O Orador: Srª. Deputada, eu dispenso o seu aparte que é indelicado!

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Não é indelicado, é verdadeiro!

O Orador: Por último, e quanto àquilo que importa - o que não é o caso dos apartes da Srª. Deputada Ana Carolina! - eu congratulo-me pelo reconhecimento feito pela vossa parte, de que estamos todos imbuídos deste espírito de preocupação e de tentar encontrar a melhor solução para este problema.

Porém, o Sr. Secretário, já durante esta Sessão, explicou, debateu, esclareceu, expos o seu pensamento sobre isso.

Na altura, os senhores colocaram as vossas dúvidas...?

De qualquer das formas, considero relevante para este debate, que existe a consciência - e isso é essencial - de que este é um processo que não está isento de preocupações ou de cuidados. Mas reconheçamos, pelo menos, que quer o Governo Regional quer toda a Assembleia, estão preocupados e lutam para que essa atenção seja devidamente dada a este processo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha primeira observação vai para esta última intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E fá-la-ei com muita tranquilidade.

No comentário que fiz à parte final da sua intervenção anterior, não pretendi - não é meu hábito, nem a minha maneira de estar na vida - ofender ninguém. Fiz um comentário lateral, tal qual lateral foi a sua observação final de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tinha nem frades nem freiras.

O Sr. Deputado disse uma brincadeira, eu procurei trazer aqui uma outra bem humorada. Aceito a sua, se o senhor não aceitar a minha, peço-lhe mil perdões!

Passada esta fase sempre boa para distender os nervos, gostaria de dizer que já afirmei aqui e também o PSD, que não temos a propriedade de nada. Mas temos a obrigação de trazer a esta Casa - e foi o que fizemos - os nossos pontos de vista, que têm sido defendidos com galhardia e brio pelos Deputados da nossa bancada. Situações houve, em que se respondeu dessa bancada às nossas preocupações de carácter humano, pessoal quase, que depois traduziu-se e respondeu-se com a arquitectura jurídica que está na base desta nova reforma.

O que nós pedimos, é o que está na Resolução apresentada pelo meu grupo parlamentar, que não pede sequer a revogação de uma linha ou de uma letra do edifício jurídico que está apresentado. Apenas solicita que se elabore um plano de implementação de uma fase de transição, que se fale com as pessoas, que se incentive a formação dos professores, educadores e auxiliares. Enfim, que se estabeleça uma série de situações, que permitam mais facilmente ir ao encontro da solução total e global deste problema.

Foi só isso que se fez.

E fez-se isto perante quê?

Perante os problemas que foram apresentados, quer em sede de Comissão quer em sede do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, segundo creio, terá sido também procurado por comissões de pais ou associações de pais, tal como foi o Grupo Parlamentar do PSD.

Portanto, não há dramas nisto. No entanto, "o seu a seu dono", ou seja, quem realmente procurou dar voz àquilo que está na opinião pública foi o PSD e isso é inegável.

Assim sendo, repito, o que está em causa são questões que dizem respeito ao levar por diante uma reforma que parece a muita gente ter sido precipitada.

Presidente: Concluído que está o debate, vou submeter à votação a presente Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria com 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 20 votos contra do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Srª. Deputada Ana Carolina Silva.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD regista, com agrado, a aprovação desta Proposta de Resolução.

Espera, sinceramente, que apesar do voto contra do Partido Socialista, o Governo respeite a maioria desta Casa.

O Partido Socialista insistiu em ficar, teimosamente, só. Não percebemos porquê. Porque o que assistimos hoje neste debate, foi ao Sr. Secretário dizer que faltavam condições, faltavam viaturas, faltavam professores, faltavam técnicos, faltava material, os espaços não estavam adaptados, corroborado, aliás, pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

Não percebo porque é que não votaram connosco esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa também para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra esta Resolução, depois de ter demonstrado que ela não corresponde à realidade, depois de ter demonstrado que não se vai fazer nenhuma integração de deficientes profundos numa escola com salas normais. Demonstrámos também que estão previstas e a ser programadas medidas para os jovens com mais de 16 anos, que existe um plano elaborado para a implementação do sistema, que existem já incentivos para a fixação de professores e educadores da área da educação especial, que existe já a concurso a formação para professores e educadores de educação especial, demonstrando que existem já vagas abertas nos quadros das escolas e áreas escolares para integrar técnicos especializados, como sejam os psicólogos e demonstrou que, de facto, esta Proposta de Resolução não corresponde à nossa visão da realidade da educação do ensino especial na Região.

Portanto, não temos quaisquer problemas em dizer que, naturalmente, o Governo irá sempre respeitar esta Casa, porque ele sai daqui com as directrizes que este Parlamento lhe dá. Mas, naturalmente também, se o Partido Socialista acredita que está feito, se o Governo diz que está feita a integração e que está fazendo, nós iremos continuar a implementar o processo que está em curso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente, porque pensamos que mesmo que fosse correcto o raciocínio acabado de apresentar pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, pelo menos houve uma vantagem em ter-se discutido e apresentado aqui esta Proposta de Resolução e que é o facto de comprometer o Governo no diálogo que o próprio Sr. Secretário diz, neste momento, estar em rotura.

Mais que não fosse por esse facto, teria valido já a pena pela discussão e aprovação desta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também para um declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular viabilizou a aprovação desta Proposta de Resolução, porque como já foi aqui claramente referido ao longo do debate, com o equilíbrio que é reconhecido a esta bancada, já demonstrado nesta Sessão ao ter viabilizado também uma das poucas iniciativas válidas do Partido Socialista, como estará sempre disponível para votar e viabilizar iniciativas que se afigurem adequadas e com respostas correctas à nossa população.

Neste caso, coube a vez do Partido Popular viabilizar a iniciativa do Partido Social Democrata, porque era realmente oportuna, vinha dar resposta a um conjunto de ansiedades que todos conhecem, mas que nunca é demais ter presente, e que envolvem todos os agentes que, de forma directa ou indirecta, se relacionam com esta situação.

Espero bem, e a interpretação que fazemos da leitura expressa na declaração de voto feita pelo Sr. Deputado Francisco Sousa do que é que o Governo iria fazer com esta Resolução, que seja assim. Mas isso não me tranquiliza, porque nessas matérias de execução das recomendações da Assembleia, eu tenho alguma experiência de que muitas vezes o Partido Socialista pugna pelo respeito e pela legitimidade das decisões desta Casa e, infelizmente, o Governo, nalguns casos, não parece partilhar de idêntico respeito que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem manifestado relativamente ao papel da Assembleia.

Por conseguinte, quando V. Exª. fez aqui referência de que há alguns aspectos desta Resolução que sob o vosso ponto de vista já estão a ser executados, logo, o Governo continuará a tratar disso. E relativamente a algumas alíneas isso poderá ser assim, ou seja, tratar-se de um caso de continuação.

Haverá, certamente, necessidade - por isso nós votámos favoravelmente - do Governo inverter e alterar a sua política, sobretudo a sua receptividade às diferentes partes

interessadas, em resultado desta Resolução. Porque se, uma vez votada a Resolução em questão, o Governo não mudar de postura, certamente não é isso que esta Casa espera dele.

Portanto, o Governo num debate tão longo como este, terá com certeza que tomar as suas devidas notas, para inverter algumas das atitudes e das posturas que tem tido relativamente a esta sensível matéria.

Presidente: Concluídas as declarações de voto, vamos suspender os nossos trabalhos, recomeçando-os pelas 19,00 horas.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 5 minutos)

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem do dia, com um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário".**

Eu chamo a atenção dos Srs. Deputados para o texto distribuído ter um erro que já foi corrigido, nomeadamente no último parágrafo, que passa a ser:

"Assim, nos termos regimentais, os Deputados abaixo-assinados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, requerem o processo de urgência".

Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Carolina Silva.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, tem gerado, como todos sabemos, muita contestação e revolta por parte dos docentes e das estruturas sindicais.

A situação tem que ser repensada, uma vez que está em causa a motivação da classe docente e a própria qualidade do ensino.

O prazo deste concurso acaba esta semana, por isso o Grupo Parlamentar do PSD acha que este é o momento para nós discutirmos esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos que, neste momento, é a hora exacta de podermos analisar a Proposta de Resolução ora presente, sobre o concurso de professores, na medida em que é assunto que está na ordem do dia, é um concurso que está em tramitação.

Por toda a parte ouvimos opiniões e reacções, sobretudo da classe docente, relativamente a esta matéria, por isso mesmo, pensamos ser esta a altura ideal de se poder discutir este documento.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então à discussão da Proposta de Resolução propriamente dita.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Carolina Silva.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este concurso de colocação de professores tem sido alvo de contestação por parte de muitos docentes - eu diria mesmo de centenas de docentes desta Região - por parte das estruturas sindicais. Inclusivamente, no momento, está a decorrer um abaixo-assinado contra algumas das situações que o Decreto Regulamentar em causa provoca.

A própria Comissão de Acompanhamento do concurso, na sua primeira e única reunião, elencou um conjunto de modificações a esta situação, a serem realizadas no próximo ano.

É realmente uma situação muito delicada, porque está em causa a vida profissional de muitos docentes, que se sentem injustiçados, ultrapassados, marginalizados, que tiveram no dia-a-dia destes últimos dias do concurso problemas de falta de informação, de desinformação, de informações contraditórias, de boletins mal elaborados.

Há, portanto, toda uma situação que urge rectificar.

Há todo um processo que urge repensar. E é esta a intenção do Grupo Parlamentar do PSD, e julgo que também dos outros partidos da oposição que apoiaram esta Proposta. Ou seja, a intenção de alertar o Governo que está na hora de repensar tudo isto, de classificar as injustiças, de as atenuar, de rever todo um processo que foi mal conduzido, que continua a ser mal conduzido e que merece a contestação de muitos docentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma Resolução que, de acordo com a apresentação feita pela Srª. Deputada Ana Carolina, os professores serão injustiçados.

Este diploma foi precisamente um dos diplomas que considero ter vindo fazer justiça a muitos professores.

Veio fazer justiça, porque encontraram-se normas que satisfazem pretensões por eles há muito desejadas, como seja o ingresso nos quadros de uma quantidade de professores - cerca de 340 - só permitida com a criação deste diploma.

Quando se fala de injustiças, haveria situações que se calhar são diferentes daquelas que eu entendo como injustiças. E, muitas vezes, existem injustiças que são interpretadas de forma diferente, consoante os lados onde se está.

Assim, quando se diz que com este diploma não se cria estabilidade, pois efectivamente, este diploma teve e tem como um dos seus principais objectivos, a estabilidade do corpo docente. E tem-na, porque é um diploma que à partida pode

permitir que o professor, quando quiser e se quiser, poderá ficar 3 anos numa escola, situação que de outra forma, nunca permitiu esta possibilidade.

Por outro lado, permite que os professores possam, efectivamente, gozar de uma faculdade que até aqui nunca puderam, ou apenas alguns podiam usufruir dela. Ou seja, a possibilidade que se dá do professor poder, ficando colocado num quadro de escola, desde que haja outros quadros disponíveis numa escola mais próxima daquela que ele pretende, ele poder ser deslocado durante aquele ano para outra escola.

Era um pouco a situação que havia naquilo que era designada a *5ª prioridade*, só que esta obrigava que os professores tivessem que concorrer à primeira parte do concurso, para poderem depois usar dessa faculdade na segunda parte do concurso.

Agora, com este diploma, dá-se essa faculdade a todos os professores, independentemente de terem concorrido à primeira parte ou não do concurso.

Por outro lado ainda, considero também que aqui se introduziu uma norma que foi permitir que **todos** os professores, seja qual for o seu estado civil, pudessem usufruir de uma regalia de aproximação em relação ao local pretendido.

Como sabem, antes a legislação permitia, apenas e somente, aos professores casados com funcionários públicos, essa faculdade. Este diploma permite, assim, que **todos** os professores, independentemente do seu estado civil, possam usufruir dessa possibilidade.

Quando se diz que há contestação por parte dos docentes, há efectivamente, e isso é inevitável.

Mas qual é a questão de fundo do que se está a passar nesta situação?

A questão de fundo é que não há turmas, não há horários, não há alunos nas escolas. E a ânsia das pessoas, a sua angústia, é precisamente essa. Ou seja, terem já a certeza, infelizmente, que muitos e muitos jovens formados não vão jamais ser professores.

Essa é que é a grande angústia, essa é que é a triste realidade.

Senão, vejamos o exemplo mais simples que é este: segundo julgo ser verdade, no Pico nasceram em 1998, 122 crianças; partindo do princípio de que este número é verdadeiro e que todas elas estão a viver no Pico, dentro de 3 anos haverá 122 crianças para ingressarem nos jardins de infância. Se continuarmos a contar que são sempre estes alunos, dentro de 6 anos, teremos 122 alunos no Pico. Vamos construir

turmas e vamos fazê-las o mais simples possível, só com 10 alunos, o que significará que apenas haverá alunos para 13 professores do 1º ciclo no Pico.

Esta é uma realidade que fará com que no ciclo seguinte, se forem sempre os mesmos alunos, existirão em média 40 alunos por cada concelho do Pico, o que significará que teremos duas turmas no 5º ano, duas no 6º, duas no 10º e duas 11º.

É esta a realidade que os jovens perceberam, que os professores perceberam e é esta a grande angústia que eu sinto que os docentes têm.

Há muitos que já não têm a certeza de chegarem a ser professores. Já não vão conseguir realizar o seu sonho. Fizeram a formação e não vão conseguir ter colocação para a exercer.

O concurso continua a ser - de acordo com este diploma - anual, para quem quiser. Mas pode ser também de 3 anos para quem pretender.

Ninguém é obrigado a concorrer por 3 anos para nenhuma escola.

Quem é que passa a ser obrigado, por este diploma, por 3 anos a concorrer para uma escola?

O professor que queira usufruir dos incentivos à fixação. E isto, por uma razão lógica e simples que é o facto dos incentivos à fixação serem isso mesmo, isto é, para pelo menos o professor ficar lá naquela escola algum tempo.

Todos sabemos que os diplomas anteriores, nesta matéria, não obrigavam ninguém a fixar-se em parte nenhuma. Ou seja, por simples mecanismo de concurso, o professor era colocado em determinada escola e tinha ou não direito a esse subsídio de fixação. No ano seguinte mudava para outra escola e tinha ou não tinha direito.

Portanto, esta é também uma situação nova e que vem corresponder àquilo que foi a pretensão desta Assembleia, ou seja, que os subsídios à fixação fossem para fixar professores nas escolas. E lembro os Srs. Deputados que foi uma pretensão desta Casa, desde 1984, nem sequer é de agora, que se entende que a fixação deve ter um período mínimo.

Também entendo que aqui pode surgir alguma angústia, eu percebo-a, porque há professores que vêm recebendo desde 86, um subsídio, no final são umas centenas de contos, que pelo diploma ora publicado, deixam de ter direito a ele. Mantêm durante

5 anos, é a situação transitória, mas depois desse tempo, sabem que deixam de o receber.

Essa é uma situação que já vemos em Stª. Maria, por exemplo.

Julgo que esta é também outra angústia de alguns professores, que até possam ter organizado a sua vida, partindo do princípio que teriam sempre este subsídio. Vão tê-lo durante 5 anos, se não saírem da escola onde estão. Caso contrário, automaticamente, perdem-no.

O concurso é anual, como sempre foi. Mas há países da Europa que têm concursos de 2 em 2 anos. E esta é uma discussão que tem sido feita em Portugal, e nos Açores, sobre se se deve ou não fazer concurso todos os anos.

Aqui, neste Decreto Regulamentar Regional, criou-se uma hipótese que, pela primeira vez, poderá haver concursos que, de modo próprio e por interesse do professor, ele só sai da escola onde está de 3 em 3 anos. Não é obrigado a isso, fá-lo se quiser.

É dito também nesta Proposta de Resolução o seguinte:

"Considerando que a prorrogação plurianual não deve ser uma medida selectiva...", pois é inevitável que se a prorrogação é por 3 anos, por minha vontade, é selectiva, porque sou eu que entendo ou não concorrer por 3 anos. E penso que aí, essa selectividade sou eu que a escolho à partida, enquanto candidato.

Diz-se, por outro lado, que "considerando que os professores do ensino particular ficam prejudicados...", bem eu aqui peço mesmo aos proponentes que me expliquem como é que eles ficam prejudicados, por estas normas, pois não percebo, mas acredito que haja uma explicação.

Tanto quanto eu sei, este diploma só se pode aplicar às escolas públicas. Não poderá ser nunca esta Assembleia ou o Governo Regional, a dizer como é que os patrões (privados) vão contratar, porque todos sabemos que essa forma é sempre acordada entre as entidades patronais e as entidades sindicais, quando celebram os contratos colectivos de trabalho e, aí sim, dizem como se entra e sai dos quadros, quanto se ganha e quanto se perde.

No caso concreto, não percebo, portanto peço este esclarecimento aos subscritores da Proposta, no sentido de que me digam em que condições é que os professores do ensino particular ficam prejudicados por este diploma de concursos.

Recomenda-se, ainda, ao Governo que "repense todo o processo de colocação de professores". Ora, muitos de nós que estamos aqui somos professores, por isso lembramo-nos que o primeiro sistema de concursos diferente, aparece em 1976, quando pela primeira vez se fizeram concursos nacionais em que os Açores foram abrangidos. Aí nessa altura, lembro-me perfeitamente que houve também uma angústia e houve até professores que preencheram mal o boletim de concurso. E é inevitável que esses professores se tenham sentido injustiçados.

Portanto, aqui diz-se para "repensar todo o processo de colocação", mas pensar porquê? Não foi discutido o suficiente com os sindicatos?

Durante mais de 2 anos, houve este debate.

Repensar o processo porquê? Porque os parceiros sociais não intervieram? Intervieram.

Houve negociações? Houve.

Chegaram a acordo? Chegaram.

Sobre tudo? Não chegaram a acordo sobre tudo.

Mas os 3 sindicatos de professores desta Região assinaram um protocolo público, nesta cidade da Horta, porque entendiam que as suas principais reivindicações estariam plasmadas neste projecto de diploma, naquela altura.

Por outro lado, eu percebo que existam reclamações, porque o professor que estava habituado a copiar o concurso pelo colega do lado, e são muitos que o fazem, agora fica preocupado, pois o colega do lado pode entender concorrer para a escola A, B, ou C, por 3 anos, e para a escola D, E e F por 1 ano. E a ele não convém. Portanto, agora, a cópia já não é a mesma coisa que era até ao ano passado. E, sobretudo, os resultados podem ser completamente diferentes.

Pede-se que o Governo "envide esforços, no sentido de pôr termo a injustiças e acautelar ilegalidades decorrentes da aplicação do diploma". Sinceramente, **injustiças** haverá, se estivermos a pensar, por exemplo, no professor que acha que por se ter feito a norma do Artº 56º, onde se diz que "o professor que trabalhou 3 anos

consecutivos na RAA continua", vai haver um professor injustiçado, porque diz que isto não devia ser por 3 anos, se calhar deviam ser 2 ou 1. Mas essa é a injustiça que levaria a meter nos quadros da Região não 340 professores, mas umas largas centenas, porque nessa altura, seriam todos aqueles que têm 2 anos de serviço.

"Acautelar ilegalidades", sinceramente, se os Srs. Deputados entendem que há ilegalidades neste concurso, é bom que digam já quais são elas, porque se estamos a fazer um concurso ilegal nesta Região, nós - nos quais eu me incluo - temos que ser os primeiros a reconhecer que elas existem.

Digam quais são elas, porque os actos são nulos.

Portanto, qual será a ilegalidade? - também gostaria que me esclarecessem quanto a isto.

Haverá situações que não estão claras no diploma? É possível.

Haverá situações que não foram fáceis de entender neste diploma? Até aceito.

Mas durante 2 anos, enquanto presidente de um dos sindicatos de professores desta Região, devo dizer que fiz múltiplas reuniões, múltiplos plenários, divulgámos montanhas de papéis com este diploma. E devo dizer com toda a franqueza, que muitas vezes foi até difícil os professores quererem perceber bem este diploma, porque era norma - e sempre foi - que haveria alguém que havia de dar a explicação.

Também se diz que houve falta de informação. É possível, porque há pessoas que nunca sequer quiseram ler o diploma.

Eu admito que uma pessoa que nunca tenha lido este diploma, tenha dúvidas, sobretudo, se realmente passava a vida a copiar o concurso pelo colega do lado.

Depois, pede-se também aqui que "se salvaguarde direitos adquiridos pelos docentes, previstos no Artº 56º do Decreto Regulamentar Regional". E aqui, eu quero fazer uma pergunta muito directa, sobretudo, aos Srs. Deputados que têm formação jurídica, que me digam como é que se pode revogar um diploma, como é que se pode dizer "este diploma não serve", sem que o professor tenha um direito adquirido pelo diploma que é justamente revogado?!

Portanto, há aqui alguns esclarecimentos que gostaria que me fossem prestados.

Quando o fizerem, estamos disponíveis para continuar o debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tecer algumas considerações, tendo já em conta a intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa.

O primeiro aspecto que gostaria de vincar, é que na Proposta de Resolução não é proposta tão somente a revogação do diploma. Aliás, eu penso que a alínea c) é clara em relação à matéria, porque é notório que o consignado no Artº 56º é positivo e importante. Ou seja, estamos de acordo com aquilo que está lá contemplado, relativamente aos docentes contratados.

Pensamos que, inclusivamente, se poderia ter ido mais longe. E lembro-me logo dos professores do ensino particular ficarem prejudicados.

Há um aspecto que eu queria lembrar, isto é, no ensino pré-primário e também no ensino primário, essencialmente ligadas às organizações de solidariedade social, existem pessoas com habilitação própria, que trabalham nessas instituições, porque não conseguiram trabalhar no ensino oficial.

Portanto, a solução que têm, e que é normalmente provisória, é trabalhar nessas instituições.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Eram provisórios. Eles ganham o mesmo agora.

O Orador: Oh Sr. Secretário, efectivamente, essas pessoas ganham o mesmo. Mas todos nós sabemos que uma grande percentagem dessas pessoas, até por estabilidade de emprego, tentam conseguir um lugar de quadro no ensino oficial.

Ora, nós consideramos que poder-se-ia ter ido mais além, contemplando essas pessoas e permitindo que elas ingressassem, porque têm habilitação própria, no ensino oficial, desde que o fizessem por opção própria.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* E porque é que não podem concorrer?

O Orador: Podem concorrer, mas ficarão numa situação de igualdade de circunstâncias com aqueles que estão no continente, com os que acabaram o curso ontem, portanto, pessoas que têm uma série de anos de serviço, vão ficar em igualdade de circunstâncias com outros que não têm tempo algum. Ou então, Sr. Secretário, está-se a dar uma informação menos correcta nas escolas.

Outro aspecto é o problema dos 3 anos.

As pessoas que concorrerem por 3 anos, vão passar à frente de todas as outras. Ora, esta é uma situação que não é com receio de não ter lugar que os professores reclamam.

Efectivamente, esta contestação tem sido feita desde o início. Aliás, não é por acaso que nós temos nas nossas mesas pareceres, comunicados, reacções, reivindicações de tudo o que é professor nesta Região, relativamente a este concurso.

Nós vemos que, da parte desses professores e dos seus abaixo-assinados, há um sentimento de injustiça perante o concurso plurianual. E aí a unanimidade é geral.

Há professores que dizem, através do seu abaixo-assinado, que este concurso vai permitir e vai levar ao aumento do absentismo escolar. São os próprios professores que dizem, não sou eu.

Temos em cima da nossa mesa, chegado ainda há pouco, um esclarecimento do Sindicato dos Professores da Região Açores, em que se diz com toda a clareza "a quando da assinatura do protocolo em Novembro de 99, foi vincada a posição do SPRA relativamente às normas plurianuais, registando no protocolo o seu desacordo".

Portanto, este desacordo dos professores em relação a alguns aspectos do concurso, para além de ser unânime, não tem a ver com o receio de não ficarem colocados. Tem a ver com aquilo que os professores consideram que é injusto, que não está correcto.

Por outro lado, uma queixa desde o início do concurso, é o facto de haver uma desinformação, por parte dos serviços administrativos, em relação ao próprio concurso.

Ora, é evidente que a Secretaria Regional, que tinha estes documentos há muito preparados - como disse o Sr. Deputado Francisco Sousa - tinha, em nosso entender, a obrigação de ter preparado os serviços da administração escolar, para que pudesse informar totalmente os professores, relativamente ao concurso. Porque isto sempre se fez, porque isto é feito desde há muitos e muitos anos no ensino e, logo, o facto do professor necessitar da administração escolar para ser esclarecido, é uma norma absolutamente correcta.

Mais. Há um conjunto de professores que, inclusivamente, referem que foi proibida a informação sobre o preenchimento do boletim de concurso.

São os professores que o dizem.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Eu já explico isso!

O Orador: Pois, o Sr. Secretário diz que vai explicar. Vamos aguardar a sua explicação e vamos saber dessas razões.

É que para nós, que andámos em concursos para professores desde muito antes do 25 de Abril, que nos socorremos das direcções escolares e na altura aquilo que se chamava direcções de zona para fazer concursos, muitos de nós muito jovens, porque naquela época saía-se do magistério primário com 17, 18 anos e muitas vezes a preparação em legislação escolar tinha algumas deficiências, as pessoas socorriam-se, assim, do funcionário que estava, especificamente, para dar informações sobre o preenchimento dos documentos, portanto, esta é uma tradição no ensino que vem de há muitos e muitos anos.

Por conseguinte, choca-nos que, hoje, na Região Açores, com uma concentração maior a nível de cada uma das ilhas na recepção dos próprios boletins de concurso, não haja em cada uma das escolas onde se recebe esses boletins de concurso alguém em condições de dar uma informação correcta sobre o próprio preenchimento dos boletins, quando aparecem algumas informações que às vezes a nós, que no passado fizemos bastantes concursos inclusivamente no sector do ensino, choca-nos.

Por exemplo, quando vejo uma professora que me diz que em determinado local disseram-lhe "cuidado, porque parece que se tocares com a caneta nas linhas da quadrícula, o concurso não é aceite pela leitura óptica e vais ser excluída", eu fico realmente admirado, espantado e horrorizado!

Será que isto é verdade?!

É que as pessoas ficam sem saber, porque é dos serviços que vem o "parece que".

Ora, nós pensamos que, nesta matéria, não pode haver a sugestão, não pode haver o "diz que parece", ou o "talvez seja assim", tem que haver alguém que possa e saiba informar e que tenha, de facto, condições para dar respostas às realidades.

É evidente que também da parte dos professores, são postos em causa vários aspectos do diploma. Daí, aquilo que se pensa poderem ser ilegalidades. Por exemplo, a preferência conjugal neste País, em relação aos professores, segundo creio, deve vir pelo menos de há meia centena de anos ou mais, ou seja, este aspecto foi normalmente tido em conta. E mesmo aqueles - e eu fui um dos que durante muitos anos não se puderam socorrer da preferência conjugal - que não a tinham, nunca puseram em causa que os professores casados com funcionários públicos, estavam em primeiro lugar, e os professores cujo cônjuge vivia ou trabalhava em determinada zona, também se socorriam dessa preferência conjugal. Era aquilo a que nós antigamente chamávamos a 1ª, a 2ª e a 3ª preferência conjugal.

Ora, neste concurso, segundo os professores e por aquilo que nos é dado perceber, pura e simplesmente esquece-se a preferência conjugal nesta Região Autónoma dos Açores.

Eu não compreendo, por exemplo, que o professor A casado com a professora B, esteja nas Flores e a mulher esteja em S. Miguel, tendo apenas o direito de se encontrarem ao Domingo numa ou noutra ilha. Aliás, nem sequer têm meios para isso, porque o ordenado de professor não chega para isso.

Portanto, este é outro aspecto que a mim, que fui professor, e a outras pessoas, nos choca profundamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É todo este conjunto de questões que mais do que justificam o facto de termos aqui, hoje, em cima da mesa uma Proposta de Resolução, no sentido de chamar a atenção para um assunto que por todas as nossas ilhas tem dado grandes preocupações àqueles que têm também grandes responsabilidades no futuro desta Região. Porque aqueles que estão com os meninos pequeninos, os que estão com os meninos do 1º, 2º ou 3º ciclos e aqueles que preparam os alunos no ensino secundário, têm grandes responsabilidades. E estas responsabilidades não podem ser perturbadas por um concurso que diz respeito à sua vida profissional e que os tem posto, desde alguns dias a esta parte, numa situação chocante e que nós temos dificuldade em admitir.

Eu penso que esta Proposta de Resolução tem toda a razão de ser. E, tal como disse no início desta minha intervenção, não é por acaso que, nestes últimos dias,

constantemente, há professores que contactam com muitas pessoas, que fazem chegar abaixo-assinados, há sindicatos que fazem chegar a nós as suas posições em relação a esta matéria.

Ora, depois destas matérias terem estado tanto tempo a ser analisadas, eu não posso aceitar que haja justificação para todo este processo, relativamente ao modo como ele tem vindo a ser conduzido.

E não se diga que são as pessoas com receio de não serem colocadas, porque muitas destas pessoas estão colocadas, têm a sua vida organizada e sabem perfeitamente que o problema não é especificamente delas. O problema é de uma classe profissional que, neste momento, está preocupada com o seu futuro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP): Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às posições assumidas por sindicatos, eu devo dizer que há vozes a favor, há vozes contra, aliás, os Srs. Deputados têm os comunicados convosco, portanto não vale a pena estarmos a discutir isso aqui.

Este diploma resultou de um acordo negocial, o qual os senhores também têm em cima das vossas mesas.

Portanto, está tudo aí bem patente como é que foi acordado.

O próprio diploma em si - e fez parte do acordo - contém uma cláusula que diz que há uma comissão de acompanhamento e em função dos resultados de cada concurso, o diploma será revisto, se houver acordo entre as diversas partes. Ou seja, o processo negocial continuará, se forem detectadas no concurso questões que mereçam ser feitas.

O concurso está a decorrer, vamos ver o que é que acontece, quando o concurso acabar, a comissão de acompanhamento dirá se é preciso corrigir este ou aquele aspecto.

Este é um modelo totalmente novo de concursos. É uma experiência pioneira a nível nacional, embora este mesmo modelo esteja neste momento em negociação a nível

nacional e provavelmente será adoptado lá. Porque é aquilo que está disposto no Estatuto da Carreira Docente, nós estamos a encará-lo de espírito aberto e, obviamente, todas as questões que a experiência vier a revelar que devam ser revistas, elas serão efectivamente, mas sempre com negociação com os sindicatos, já que este é um documento que foi, palavra por palavra, linha por linha, negociado com as estruturas sindicais dos professores da Região.

Portanto, todas as alterações que houver que introduzir, sê-lo-ão também negociadas linha por linha, palavra por palavra, com as estruturas sindicais.

Portanto, a primeira parte da vossa recomendação, é algo que já está a ser feito, que está contido no próprio diploma e nos acordos negociais que foram assinados e que é intenção de ser feito. Ou seja, nós iremos, passo a passo, acompanhando o processo.

Pela primeira vez, este concurso tem um júri que verificará o seu andamento, tem uma comissão de acompanhamento. Uma vez os seus resultados conhecidos, os sindicatos reunirão com a Secretaria e nós analisaremos todas as questões que apareçam.

Em relação a algumas das questões concretas que foram aqui levantadas, nomeadamente a questão da informação, nós todos os anos, e apesar do mecanismo anterior de concursos já ter muitos anos de vigência, tínhamos muitos professores que ou eram excluídos, ou tinham sérios problemas profissionais na sua vida, por informação deficiente.

Com o lançamento do novo modelo de concursos, usou-se uma nova estratégia, a qual é muito mais segura para os professores e para a própria administração.

Houve uma reunião em que um membro dos conselhos executivos e directivos de todas as escolas da Região esteve presente, durante dois dias, na Direcção Regional de Educação, para se analisar, ponto por ponto, o concurso. Essas pessoas - porque está uma em cada escola - podem, se assim entenderem, dar a informação desejada. Se elas não puderem dar essas informações, foi montado na Direcção Regional de Educação um serviço em que nós respondemos, por escrito ou telefonicamente, às informações que chegam, assumindo a responsabilidade, nessas circunstâncias, pela informação dada. Ou seja, se algum candidato, em resultado desta informação, tiver

problemas, a responsabilidade será da administração e nós tomaremos as medidas correctivas necessárias.

Portanto, estamos a funcionar em termos de uma informação garantida aos docentes.

É óbvio que neste contexto, não podem ser os funcionários das escolas da Região, os quais têm uma formação académica e profissional muito inferior às dos professores, que vão estar a dar-lhes informações.

Essa informação compete a um membro do órgão executivo da escola que, se achar que a pergunta excede o seu conhecimento ou se achar que há aqui qualquer risco, transferirá esta competência para a Direcção Regional de Educação.

Eu quero dizer-vos que na Direcção Regional de Educação, mercê de um esforço imenso dos funcionários que lá estão - a Drª. Fátima Faria tem estado a trabalhar 24 horas sobre 24 horas e eu queria aqui publicamente prestar-lhe a minha homenagem pelo enorme esforço que ela tem dado e pelo grande trabalho que ela tem vindo a fazer - e nós temos garantido que todas as questões chegadas, são respondidas no dia seguinte.

Mais ainda. Fez-se um pedido, no sentido de que os boletins fossem preenchidos, por forma que a leitura óptica pudesse funcionar, uma coisa que também é pioneira na Região. Pediu-se que fossem preenchidos obedecendo a regras, de modo a evitar que se escrevesse por cima dos quadradinhos, mas também se deu a garantia de que, este ano, a todos os boletins que evidentemente estejam mal preenchidos, será dada uma oportunidade ao concorrente de os corrigir. Ou seja, os boletins que sejam rejeitados numa primeira análise, os boletins que tenham situações que se perceba ter-se tratado de um erro de preenchimento, as pessoas não vão ser liminarmente excluídas, serão sim contactadas, para corrigirem o seu boletim.

Estão a ser tomadas medidas que, por um lado, asseguram a certeza do concurso, no sentido de haver informação correcta e garantida e, por outro lado também, está-se a usar a tolerância necessária para, no caso de haver erros como por exemplo alguém que escreva fora dos quadradinhos, alguém que faça algum preenchimento menos correcto, vai ter oportunidade de corrigir a situação.

Esta é que é a realidade das coisas, Sr. Deputado, está-se a fazer um esforço gigantesco para que isto funcione.

São cerca de 15 mil candidatos para as 500 e poucas vagas na Região. É, obviamente, um número gigantesco de candidaturas que é preciso encaminhar e tratar.

Isto representa um esforço gigantesco e creio que ao levantar estas questões aqui, nós também estamos a desmerecer este enorme trabalho de quem está a fazer agora e não só de quem negociou este diploma.

Foram, certamente, da parte dos sindicatos, centenas de horas de trabalho, para se chegar a esta conclusão.

Como já referi, este é um diploma que foi negociado palavra a palavra, vírgula a vírgula. É um diploma que é diferente de qualquer outro que tenha sido feito pelo Governo, até agora. Foi um diploma negociado na sua construção. E as alterações que a experiência vierem a revelar que são necessárias, serão introduzidas também através da necessária negociação.

Relativamente ao ensino particular, Sr. Deputado, este tipo de ensino, através de um acordo que foi celebrado em 1997, particularmente aqueles que dependem das IPSS's, os professores passaram a ter o mesmo vencimento, a partir de 1 de Janeiro do ano 2000, ou seja, o mesmo vencimento que todos os docentes das restantes escolas, portanto, equiparação total de vencimentos e de carreiras.

E mais. Havia grandes problemas de contagem do tempo para concurso - sabe que em cada ano, a graduação profissional aumenta um valor - que muitas vezes não era contado. Foi decidido fazer-se a contagem integral do tempo, com efeitos retroactivos, mesmo quem tenha trabalhado antes de 1997, o tempo foi-lhe contado, isto é, esses docentes por cada ano que trabalharam no ensino particular é, para efeitos de concurso, exactamente equivalente a cada ano que trabalharam no ensino público. Quando concorrerem, os valores são-lhe contados rigorosamente da mesma maneira.

A outra questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão em relação ao ensino particular, eu creio que seria outra. Ou seja, este diploma apenas fez a integração automática no quadro daqueles quer tinham 3 anos de serviço no sistema público e não no ensino particular, mas isso é outra questão, que não tem a ver com o prejuízo, em termos de concurso, porque aí são todos tratados por igual. Mas isso deriva da própria lógica da lei.

Repare-se no Decreto-Lei nº81/A e todos os outros decretos-lei que fazem a integração de funcionários, também estabelecem o limite dos 3 anos e também estabelecem a mesma lógica que é terem prestado serviço a uma determinada entidade patronal.

Aqueles docentes que optaram - ou porque não conseguiram emprego - por ficar no ensino particular, muitas vezes porque este fica mais perto da sua casa, têm esse direito, não ficando prejudicados em termos do concurso, concorrem em igualdade de circunstâncias com os outros, mas obviamente que não têm direito a ser integrados na função pública, porque não estão a trabalhar neste sistema.

O mesmo se passa em relação aos auxiliares de acção educativa, ou outros funcionários quaisquer, certos de que agora ficavam a trabalhar nas escolas, mesmo aqueles que não estavam em determinadas escolas. Não é bem assim. São aqueles que estavam a trabalhar nas escolas públicas que vão ser integrados.

Não há qualquer descriminação futura em relação a isso, ou seja, a partir de agora, em termos de concurso, um ano numa casa do povo, um ano numa escola, vale rigorosamente o mesmo.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* O ano passado já foi assim.

O Orador: O ano passado já foi assim e fez-se a contagem integral do tempo, isto é, as pessoas foram buscar os tempos de serviço, desde sempre, mesmo aqueles que trabalharam nos anos 70 foram buscar o seu tempo. Houve pessoas que deram grandes saltos, em termos do seu posicionamento, porque foram somar 10 ou 12 anos de serviço, à sua graduação profissional.

Isso vale para todos os concursos. A única descriminação que existe é esta, só foi integrado quem estava a trabalhar na rede pública, por razões óbvias. Os outros podem concorrer e serem também integrados.

Quanto à questão da preferência conjugal, gostaria de dizer que ela não foi extinta, mas sim, alargada. O mesmo mecanismo de preferência conjugal que se aplicava apenas aos funcionários públicos, agora aplica-se a todos os cidadãos em igualdade de circunstâncias.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que as pessoas têm direito a usar o mecanismo da preferência generalizada, para se aproximarem da sua casa, independentemente de serem ou não casados com funcionários públicos.

Portanto, aquilo que se fez foi uma medida de justiça.

Não me parece que alguém por ser casado com um funcionário público, deva ter um tratamento diferente de quem é casado com um mecânico ou com uma doméstica.

Portanto, as pessoas podem usar mecanismos de preferência, para se aproximarem da sua residência, todos eles, utilizando um mecanismo que é rigorosamente igual àquilo que era a preferência conjugal, só que agora não é conjugal, pelo simples facto de não depender do casamento com esta ou aquela pessoa, é sim um mecanismo generalizado de preferência.

É isso que está no acordo negocial, como sendo um mecanismo de preferência generalizada. Isso foi negociado e foi assim que ficou resolvido.

Outra questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão levantou, tem a ver com os concursos por 3 anos.

Sr. Deputado: nós na Região Autónoma dos Açores, temos 5 mil e 800 professores. Temos os nossos quadros integralmente preenchidos, não temos nenhum lugar vazio. Mas temos, todos os anos, mil e qualquer coisa professores contratados. Sabe porquê, Sr. Deputado?

Porque os nossos professores, aqueles que estão a ocupar os nossos quadros, estão a dar aulas em todo o lado menos cá.

São quase 25% dos professores do quadro da Região que não estão aqui. E ao mesmo tempo, nós temos os nossos jovens, aqueles que querem viver nos Açores e fazer a sua vida aqui, todos os anos, na incerteza total, sem saberem se vão ter emprego ou não.

Não é justo que estas situações existam. Não é justo que o nosso quadro seja utilizado como trampolim para acesso a outros quadros. Quem quiser ter acesso a outros quadros, fá-lo directamente. Não o faz utilizando a Região Autónoma dos Açores para isso.

Sr. Deputado: nós temos muitas centenas de professores que são do nosso quadro, alguns até da Escola das Flores, que nunca viram a Ilha das Flores. Nunca lá foram. Ficaram no quadro, estão a trabalhar em Lisboa, no Porto e onde querem.

Isto não é justo, sobretudo, porque ao mesmo tempo o Sr. Deputado tem a trabalhar nas Flores gente de lá, profissionalizada, pronta a ter estabilidade profissional, que quer ficar na ilha e não pode, porque os lugares estão ocupados por alguém que está a trabalhar em Lisboa e que nunca foi às Flores.

Eu creio que esta é uma situação intolerável e que não podia ser mantida. Daí é que estão os 3 anos.

Porém, se alguém de Lisboa quiser vir trabalhar para as Flores, de certeza que fica lá 3 anos, sob pena de exoneração imediata.

Percebe porque é que se pôs lá 3 anos?

Não foi por nenhum capricho, Sr. Deputado. É para defender o futuro daqueles que querem trabalhar nos Açores.

É um assunto extremamente importante, Sr. Deputado. E é uma coisa que é fundamental, se nós queremos ter ensino com qualidade e mais do que isso, se nós queremos ter professores com estabilidade nos Açores.

Nós não podemos ter mil e cem vagas nas nossas escolas ocupadas por quem não quer trabalhar cá. Isso não pode acontecer, daí os 3 anos, Sr. Deputado. E, aliás, foi reconhecendo isso, que os sindicatos aceitaram esta proposta.

É uma medida complicada.

Eu sei que os sindicatos dizem sempre que gostariam que não fosse assim, basta ler o texto do acordo, para ver que eles dizem que preferiam que isto não acontecesse. Eu também preferia que isto não acontecesse. Mas no actual contexto de utilização abusiva do nosso quadro para ir para outros sítios, tinha que ser assim. E todos o reconheceram e é assim que ficou.

Logo que essa situação se altere, e ela vai-se alterar rapidamente a nível nacional, porque os quadros no continente também vão ser todos preenchidos, e quando isto acontecer, Sr. Deputado, nós seremos os primeiros a dizer para se acabar com os 3 anos, porque só complicam.

É esta a razão, não é nenhum capricho, é uma necessidade de garantir estabilidade e de garantir o futuro de quem quer trabalhar nos Açores.

Eu também gostaria de não ter os 3 anos, porque eles são deveras complicados, obrigam a contratos diferenciados, obrigam a um acompanhamento administrativo muito mais complexo, dão imenso trabalho, pois nós não podemos nem devemos impedir a liberdade de circulação no nosso País, por isso esta foi a maneira que se encontrou para resolver este problema.

Agora, Sr. Deputado, pode ter a certeza, só vai concorrer para o quadro dos Açores e só vai ficar nele, quem quiser trabalhar cá, porque de outra forma, não concorre.

A mesma coisa se fez em relação às transferências. Ou seja, mesmo que uma pessoa de fora, ou de dentro, concorra por um ano apenas, já sabe que não pode usar essa mobilidade, senão depois de cumprir 2 anos. Tem que trabalhar aquele ano e o ano seguinte, sob pena de exoneração imediata.

Estas medidas foram tomadas e foram negociadas, com grande dureza. Está aqui o Sr. Deputado Francisco Sousa que não me deixa mentir. Foram reuniões complicadíssimas, que duraram dias, mas toda a gente chegou à conclusão de que este era o caminho possível, não há outro.

Nós não podemos servir de trampolim para professores que não querem trabalhar cá.

Nós temos que garantir que quem trabalha nos Açores, é quem quer viver nos Açores.

Temos que garantir que as pessoas que querem fazer a sua vida cá, têm estabilidade profissional e podem trabalhar nas nossas escolas.

São mil e 200 empregos que estão na linha.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Ana Carolina Silva.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Lá vem o "bota-abaixo"!

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aprovar esta Proposta de Resolução é uma questão de bom senso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* É aprovar o que já existe!

A Oradora: Porque é aprovar a necessidade de mais e melhor informação, mais diálogo, mais responsabilidade e é aprovar a revisão de um processo que, quer o Sr. Secretário queira quer não, correu mal.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* O processo correu muito bem e eu estou orgulhoso disso!

A Oradora: Oh Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

Já vamos chegar aí.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Os senhores aprendam a ver coisas como elas são!

Presidente: Sr. Secretário Regional, permita que a Srª. Deputada continue a sua intervenção.

A Oradora: Sr. Deputado Francisco Sousa:

V. Exª. acusou os professores da nossa Região de não lerem o diploma.

Estou certa ou estou errada? Estou certa.

O Sr. Deputado disse que os professores não leram o diploma, mas não foi assim. Não foram os professores que não leram o diploma. Os professores deram o seu melhor.

A Secretaria do Sr. Secretário Álamo de Meneses é que não respondeu atempadamente, não respondeu acertadamente às dúvidas dos conselhos directivos, dos sindicatos, dos professores.

E estão aí os sindicatos para prová-lo. Aliás, desafiados pelo Sr. Secretário que desafiou-os a provarem os atrasos.

Houve atrasos, Sr. Secretário, e eles vão prová-los!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* A Srª. Deputada não toque música de ouvido!

A Oradora: Quanto à contestação do concurso plurianual, Sr. Deputado Francisco Sousa e Sr. Secretário, por exemplo, houve um plenário de 700 professores do Sindicato que o Sr. Deputado Francisco Sousa presidiu até há bem pouco tempo, em que apenas **4 professores** votaram a favor da colocação plurianual.

Quanto ao acordo com os sindicatos, que eu saiba, pelo menos dois sindicatos - o Democrático e o SPRA - fizeram uma ressalva que o Sr. Secretário, por acaso, ignorou...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Está nas vossas mãos o documento assinado!

A Oradora: ... relativamente à colocação plurianual.

Agradeço, sinceramente, o facto do Sr. Secretário ter mandado distribuir o comunicado do SPRA. Só não percebo, francamente, porque é que não distribuiu os comunicados do Sindicato Democrático, o texto do abaixo-assinado do Sindicato Democrático, as reclamações dos inúmeros professores que mandaram - não percebo porquê!!

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* A gente pensou que vocês iam fazer isso!

A Oradora: É porque lhe dava mais jeito?!

Sobre a sua utilização exclusiva e abusiva dos comunicados do SPRA, ouça o que diz um esclarecimento desse sindicato, de hoje, que foi enviado para os órgãos de comunicação social:

"Após a abertura do concurso do pessoal docente, os professores e dirigentes sindicais consciencializaram-se de alguns riscos que o novo mecanismo encerra, bem como foram tomando consciência de algumas dúvidas acerca da legitimidade do Decreto Regulamentar Regional.

Assim, o SPRA considera abusiva a forma como o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais se tem aproveitado da confusão instalada e da qual é o único responsável, dependendo a sua posição ao abrigo de uma parceria que este sindicato não subscreve".

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Ó Francisco isto não é o teu sindicato?!

(Apartes inaudíveis trocados entre os deputados das bancadas do PS, PSD e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, permitam que a Srª. Deputada conclua a sua intervenção.

A Oradora: Eu não percebo porque é que o Governo teima em "não dar o braço a torcer"!

E vamos fazer aqui um breve relato desse passado recente de contradições e confusões da Secretaria da Educação.

Dia 18 de Fevereiro - Sexta-Feira - O Secretário recusa a prorrogação do prazo do concurso, alegando questões legais.

Dia 19 de Fevereiro - Sábado - Desafia os sindicatos a provarem a falta de informação e afirma que o concurso decorre dentro da normalidade e que o problema está nos professores, "que têm que se responsabilizar por aquilo que preenchem".

Dia 20 de Fevereiro - Domingo - É anunciada a prorrogação do prazo do concurso.

- Onde é que está a coerência?! Onde é que está a normalidade, Sr. Secretário?!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Isto é que é Terceiro Mundo!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* O vosso acabou há 3 anos!

Eu começo a ter saudades das propostas de resolução do PP!

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Deputado João Greves *(PP):* É, o PP muitas vezes é que vos salva!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema aqui está novamente na falta de informação.

Eu não duvido da competência da pessoa que o Sr. Secretário mencionou, aliás quero prestar-lhe também a minha homenagem, trabalhei muitos anos com ela - a Drª. Fátima Faria e a sua equipa - e ai da Região se não fosse o trabalho que a Drª. Fátima tem feito, como sempre fez, em prol deste processo complicadíssimo que é o da colocação dos docentes desta Região.

Agora, parece-me que esse trabalho não teve a correspondência necessária, na informação que foi transmitida aos tais responsáveis por escolas ou por áreas escolares, para depois apoiarem quem lá se dirige a fim de ser informado. Esse é que é o problema.

O Sr. Deputado Paulo Valadão levantou o problema pertinente acerca do ensino particular, sobre o qual também vieram alguns professores perguntar-nos. E eu exemplifico a dúvida, porque também nós tentámos perceber e não nos souberam explicar.

Os professores em causa, admiravam-se - porque como este concurso é todo ele novo e o esquema é totalmente diferente - que no nº 3 do Artº 4º, não estivessem incluídos os professores do ensino particular. Estão os docentes do sistema público de ensino de todo o território nacional, os docentes de quadro das escolas e zona pedagógica da Região Autónoma dos Açores, qualquer que seja a designação dos quadros e que pretendam ser nomeados por transferência.

E os professores do ensino particular dizem "bem, ao concurso interno, não estando aqui os professores do ensino particular...", e alguém numa tentativa de esclarecer diz "é preciso ir às normas transitórias, porque parece que aqueles que estiveram em funções num sistema público têm possibilidades de concorrer aqui", ou seja, isto é um problema de equiparação. Os que não estão, só vão talvez concorrer no concurso externo, no interno não - isto é uma dúvida e um exemplo do que acontece, porque as pessoas não têm por onde se virar para pedir esclarecimentos.

E, então, eles fazem a seguinte conjectura: assim sendo, não estando prevista, como dantes estava, esta possibilidade, neste interregno há uma série de lugares que são ocupados - e eu falo directamente para os senhores, quando dou estes exemplos, porque eu também não sei explicar e gostava que me esclarecessem.

Há coisas que os responsáveis pelos esclarecimentos parece que registaram e transmitem, por exemplo, o boletim deve ser preenchido preferencialmente com uma caneta preta de ponta grossa, só que isso são pormenores. O que as pessoas queriam saber é coisas como aquilo que um amigo meu, ontem, me telefonou a perguntar o seguinte:

"Ó Aurélio, eu queria isto, e fui lá perguntar se na minha área escolar era desta ou daquela forma e a senhora responsável (que até é minha amiga e conhecida desde há muitos anos), disse-me ó filha, o que é que eu te posso dizer, há professores que têm preenchido assim, há outros que têm preenchido doutra maneira. Agora, não me perguntes se é desta ou daquela forma. Olha escolhe e opta, preenche em consciência, ou então pergunta através de fax, para a Secretaria, porque ela é que vai esclarecer".

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Então queria que dessem a informação sem terem a certeza?!

Essa agora!!

O Orador: Bom, isto é a negação completa.

Dá-se a autonomia às escolas, descentraliza-se, quer-se que elas sejam responsáveis e não se prepara as pessoas à altura para responderem, no terreno, às questões que lhes são colocadas.

Em vez disso, diz-se "se houver dúvidas, pergunta por fax à Secretaria".

Esta não é, de facto, a maneira mais adequada de tratar este problema. E isto é que tem causado tanta inquietação e tanta dúvida, porque tem angustiado as pessoas que estão sujeitas a este trâmite.

Eu acredito que haja aqui injustiças que se tenham eliminado, mas também acho que se criaram outras.

Eliminaram-se umas, mas vão-se criar outras.

Falando com outras pessoas sobre toda esta nova organização, dizem-me claramente que pode haver até problemas de constitucionalidade, no seu todo, na forma como o diploma está feito. Não é este ou aquele aspecto, mas sim, o seu todo, comparativamente com o que se faz lá fora.

Ora, quando se criam estas preferências dos plurianuais darem graduação aos professores e a possibilidade de ficarem em primeiro lugar e passar à frente dos outros... é que, Sr. Secretário, esta história de se dizer que vai-se criar mais estabilidade e mais qualidade com esta medida, isto é falacioso, é um erro. Porque há gente - como o Sr. Deputado Francisco Sousa disse e muito bem - que um dos problemas de fundo que tem, senão o mais complicado, é o da falta de alunos,

portanto os lugares escasseiam e há gente que vai socorrer-se deste mecanismo, porque é o que dá mais garantias de ficarem.

Ora, quais são as garantias que o Sr. Secretário tem de que as pessoas não vão recorrer aos atestados, que não vão estar lá desmotivadas, que não vão estar lá "pelos cabelos", não fiquem zangadas porque entretanto os outros vão concorrendo e há determinados lugares que vão desaparecendo e eles têm que estar lá durante 3 anos, porque foi uma opção pessoal. Mas não se garante que haja a tal qualidade e que as pessoas tenham a tal motivação.

Isso é que é, de facto, o problema que preocupa as pessoas. E, mais uma vez, a falta de informação vem complicar todo este processo.

Repare, Sr. Secretário, quando V. Exª. vem a terreiro, e muito bem, dizer que não dessem informação, isso é falso. Com certeza que é, claro que não ia passar pela cabeça de ninguém que o Sr. Secretário tinha dito que eles estavam proibidos de dar informação. Mas a instrução que saiu da sua Secretaria é maquiavélica, porque não diz que não podem dar informação, mas adverte que só devem dar informação daquilo que tiverem absoluta certeza.

Isto não dá tudo no mesmo, Sr. Secretário?

Quer dizer, as pessoas ficam com receio de dar esta ou aquela informação, uma vez que não estão bem preparadas, sobre a qual depois venham a ser chamadas à responsabilidade.

E, então, preferem dizer "olha pergunta por fax lá para os especialistas, porque eles é que te podem dizer como é que isso há-de ser!"

O Sr. Secretário acha que isto está bem?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo exactamente por esta última parte, isto é, pelo problema da falta de informação que tem sido muito falado, a qual o Sr. Secretário resolve através de fax para a Direcção Regional.

Ó Sr. Secretário, desculpe-me que lhe diga, mas isto parece que é surrealista!

Imaginar que o professor do 1º ciclo do ensino básico que está colocado numa qualquer freguesia da Ilha das Flores ou do Corvo, ou até no Nordeste em S. Miguel, vai ter que fazer um fax ao Sr. Secretário Regional a perguntar se vai escrever com caneta azul ou caneta preta?!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* A escola é que pede a informação!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Já não é assim.

O Orador: Ah o professor não é quem entrega o seu concurso...?

Oh Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

Não diga asneiras, Sr. Deputado, porque eu estive com um professor que fez concurso há 2 ou 3 dias!

Eu estive em casa de professores a preencher o boletim para o concurso. E eles foram entregá-lo aos serviços administrativos da sua escola - esta é a realidade!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não foi isso que eu quis dizer!

O Orador: Pois, então não diga que não é assim!

É assim, isto é, o professor tem que preencher e entregar, como sempre, o boletim de concurso.

Agora imaginem que esse professor, numa escola qualquer desta Região, vai fazer um fax, quando tiver dúvidas, a perguntar à Secretaria se vai preencher o boletim com caneta azul ou caneta preta?! Se é de ponta grossa ou ponta fina?!

Oh Sr. Secretário e Srs. Deputados, pelo amor de Deus!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Não se preocupe, porque essa parte vem explicitada nas costas da folha!

O Orador: Por outro lado, dizer às pessoas "vão preenchendo no meio da quadrícula, não podem tocar nela, devido à leitura óptica", isto não cabe na cabeça de ninguém!

Por outro lado ainda, diz o Sr. Secretário que não foram preparadas pessoas do pessoal administrativo, mas sim alguém dos conselhos directivos das escolas.

Sr. Secretário: eu penso que é absolutamente normal que, em matéria de concursos, fosse pessoal administrativo que ficasse encarregue de receber e poder aconselhar relativamente ao preenchimento dos boletins. Portanto, não vejo que seja imperativo ser pessoal do ensino para essa matéria, pois trata-se de matéria administrativa e o professor pode até ser excelente na sua área, pode ter muitas habilitações literárias, mas ter necessidade de pessoal administrativo para ter informações em relação a estas questões.

Para mim, isto é absolutamente normal. Aliás, eu nunca me senti desmerecido, pelo facto de ir perguntar a um escriturário dactilógrafo como é que se preenchia este ou aquele papel e eu era professor!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD).

O Orador: Há um outro aspecto que o Sr. Secretário fala, ou seja, quando refere as preferências, diz que há os mecanismos e que é exactamente a mesma coisa. Mas, eu ainda não vislumbrei que o mecanismo fosse exactamente o mesmo, porque dá-me a impressão que não é.

Há, de facto, o mecanismo dos 3 anos que é a prioridade máxima, de acordo com a legislação que temos em cima das nossas mesas. No entanto, o Sr. Secretário também diz que os 3 anos vão resolver todos os problemas que têm a ver com o facto do professor concorrer, ser colocado e não vir para a escola. Mas também não vislumbro isso, porque aquelas pessoas que por determinados mecanismos podem estar a trabalhar noutro local que não o local onde estão colocados, seja 1 ano, 2 ou 3, vão continuar e não vejo que isso seja impossível. O Sr. diz que é impossível, mas não é, é até normal que assim seja. As pessoas que, efectivamente, tenham o direito a determinadas situações, estas vão continuar a existir.

O Sr. Secretário também diz que existem 15 mil candidatos para 500 vagas. Permita-me que duvide um pouco disso, porque há realmente 500 vagas e 15 mil candidatos. Mas é capaz de haver candidatos que concorrem a vagas que, por sua vez, ficam livres. Portanto, estes números não são assim tão simples.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Esperemos que fiquem muitos lugares livres, Sr. Deputado.

O Orador: Eu admito que existam 500 vagas, mas também admito que poderá haver uma mobilização muito superior a este número.

Em relação à negociação com os sindicatos, já foi aqui referido que eles queixam-se do modo como este processo tem decorrido. Essa é uma realidade.

Nós não somos culpados. Esta é, sim, a realidade que nos chega todos os dias, ultimamente. Aliás, a última já também aqui referida, foi o próprio SPRA que vem dizer "cuidado, o Sr. Secretário não use o nosso nome abusivamente"! - são eles que o dizem, não a pedido nosso, mas por documentação que nos enviam via fax, hoje, durante todo o dia.

Existem outros aspectos que o Sr. Secretário refere e esperemos que sejam um bom retrocesso no bom sentido, isto é, no sentido positivo e que é, por exemplo, ser dada a oportunidade de ser corrigido o preenchimento, ainda bem que assim é. Mas isso só prova que, de facto, os professores ao levantarem estes problemas, terão razões para o fazer.

Que vai ser dada a tolerância, tudo bem, óptimo. Esperemos que sim e que também haja um acompanhamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para prestar um breve esclarecimento a uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca e que tem a ver com o concurso interno e o concurso externo.

É que há aqui um problema que realmente merece ser esclarecido, porque a questão levantada é fundamental.

Apenas pode concorrer no concurso interno, quem tenha a condição de funcionário público, ou seja, os professores das IPSS's e outros, têm que concorrer no concurso externo, porque não são funcionários públicos.

Portanto, a listagem constante do nº 3 está perfeitamente correcta, quando diz que apenas podem concorrer no concurso interno os professores que detêm a condição - não interessa em que quadro nem em que situação - de funcionário público de qualquer Região, continente ou da Madeira.

Quem for funcionário público, pode concorrer. Quem não for, concorre no concurso externo, porque trata-se do ingresso de um novo funcionário.

É normal e é natural que assim seja.

Portanto, espero que isto tenha ficado claro, o que quer dizer que não há nenhum lapso naquela listagem, que está absolutamente correcta, é assim mesmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecemos pelo início.

Há 3 perguntas que eu fiz e que ainda não me foram respondidas e eu vou voltar a lembrá-las, porque gostaria de perceber o que é que está aqui escrito e porquê.

Uma delas prende-se com o seguinte: "A colocação plurianual não pode ser uma medida selectiva" - o que é que isto quer dizer?

O segundo aspecto prende-se com a questão do ensino particular. Vamos ser muito claros, quer na questão mencionada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, quer na questão levantada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Em primeiro lugar, há uma resposta do Sr. Secretário, segundo a qual só pode concorrer quem estiver num quadro de escola ou zona pedagógica, ao concurso interno, e como tal, interno é de quem está dentro não é de quem está fora. E é claro que quem estiver, por exemplo, na "Passarada", no Colégio de S. Francisco Xavier, ou noutra qualquer instituição particular, não pode concorrer ao concurso interno, porque não faz parte dos quadros de nenhuma escola da Região, ou de qualquer zona pedagógica do País.

Por outro lado, o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, a dada altura, diz que eles dantes conseguiam concorrer, eles dantes tinham direito.

Bom, Sr. Deputado, nós sabemos perfeitamente que durante anos a fio, não se conseguia que o professor do ensino particular ou de uma instituição particular de

solidariedade social, quando queria transitar e fazer o primeiro concurso, era-lhe vedada a contagem do tempo de serviço que ele trazia do ensino particular.

Depois, com muitas negociações, com muito debate e com muita guerra, conseguiu-se que esse tempo passasse a estar na lei aprovada já nesta Assembleia, a qual garante que independentemente do tempo ser de um ou outro tipo de ensino, isso é contado para efeitos de concurso. E, portanto, o tempo de serviço prestado em qualquer estabelecimento de ensino particular ou IPSS, é contado para efeitos de concurso. O professor não pode, no entanto, na grelha de partida, estar em circunstâncias de igualdade com um professor que faz parte do quadro de uma escola, uma vez que ele é de natureza privada e vem para o sector público. E entra, pela primeira vez, para uma escola pública.

Penso que esta questão do particular está esclarecida. Ou seja, eles não perdem, antes pelo contrário, isto é, finalmente é-lhe contado todo o tempo de serviço. Porém, ele não pode ter o estatuto de funcionário público, porque ele é funcionário de uma empresa privada.

Outra questão, quando se diz "considerando que os professores do ensino particular ficam prejudicados", não ficam prejudicados, pelo simples facto de que eles não são professores do ensino público. Se eles fossem, tudo bem. Se eles tivessem um direito, enquanto funcionários públicos, tudo bem. Mas eles não são professores do ensino público. Eles são trabalhadores por contra de uma empresa privada e, como tal, não têm nenhum prejuízo.

Qual é o prejuízo que eles têm?

O único prejuízo que eles tiveram durante anos, foi o de não conseguirem que o seu tempo prestado nessas instituições privadas contasse para efeitos de concurso. Agora, não me venham dizer que eles pelo facto de serem professores do ensino particular, terão um prejuízo relativamente aos professores do ensino público. Eles não podem é ter um estatuto de funcionário privado igual ao dos funcionários públicos que estão nos quadros das escolas ou zonas pedagógicas.

Falam de injustiças. Eu gostava que me explicassem que injustiças é que existem nesta situação e porquê?

Pode haver injustiças, sim, porque a pessoa entende que se deveria considerar um ano em vez de 3. Que quem entra pela norma do 56º não tivesse nenhumas obrigações. E aqui, tal como fiz no último plenário, volto a chamar a atenção para o facto de quem entrar pela norma de transição, quem entrar pela norma do Artº 56º, fica obrigado a concorrer a **todas as escolas da Região**, até entrar num quadro de escola. Fica obrigado durante 6 anos.

Mais. Durante 6 anos, mesmo entrando no tal quadro de escola, se houver necessidade de que ele faça formação para mudar de grupo ou de área disciplinar, ele fica **obrigado durante 6 anos** a fazer formação, para mudar de grupo.

É claro que quando eu - Região - garanto que ele tem emprego para o resto da vida, coisa que ele não tinha, porque a Região também tem que se proteger - digam-me se não deve ser assim! - quer dizer, amanhã, dos 340 que meto nos quadros, 40 ficam sem alunos. E o que é eu lhes faço?

Pago-lhes internamente um ordenado, sem alunos?! Ou se eu precisar deles noutra área de ensino, vou reconvertê-los?!

Julgo que esta norma transitória foi bem feita, no duplo sentido. Ou seja, o professor passa a ter direito a emprego que não tinha, mas fica sujeito a algumas regras, nomeadamente a Região poder utilizá-lo se dele precisar e poder fazer formação durante 6 anos, porque não precisa dele neste sector de ensino, mas poderá precisar naquele sector.

Também não passa pela cabeça de ninguém que os Srs. Deputados da oposição pensassem e aceitassem que a Região colocasse 340 pessoas nos quadros, que não conseguiriam de outro modo entrar, e não exigisse desses professores qualquer obrigação. Sabendo de antemão, porque se sabe, eu já o disse várias nesta Casa e vou dizer mais uma, que estes professores que hoje estão nos quadros, e que vão entrar para este concurso, muitos deles dentro de 2 ou 3 anos, não terão alunos, porque não os há.

O que é a Região vai fazer perante isto?

Coloca 340 professores dentro dos seus quadros e obriga-se internamente a pagar-lhes um vencimento, sem fazer qualquer exigência perante essas pessoas?!

É isto que se pretende, quando se quer rever-se todo este processo?!

Mais. Volto a proferir a palavra **ilegalidades.**

Se há coisa que me preocupa, é um concurso com ilegalidades.

Se os Srs. Deputados conhecem alguma situação de ilegalidade no diploma do concurso, além do dever profissional e das vossas obrigações, devem denunciar isso. Aliás, faz parte da obrigação de qualquer cidadão deste País fazer isso.

Portanto, se não denunciarmos isso, estaremos a prestar um mau serviço à Região, porque se conhecemos situações de ilegalidade neste diploma e não as denunciamos, então estamos a agir mal.

Por conseguinte, como não obtive qualquer resposta a estas questões, gostaria de recebê-las.

Por outro lado, e relativamente às intervenções feitas, gostaria de dar a minha opinião.

Este diploma faz uma coisa que durante vários anos nós tentámos nesta Casa, e bastante o discutimos, ou seja, como fazer para com aqueles professores que eu conheci - e conheci dezenas deles - que do Minho ao Algarve, diziam-me assim:

"- Ó açoriano, eu fui professor na tua terra pá!"

E eu perguntava:

"- Ah foste...?"

E eles respondiam-me:

"- Pois, pá, eu fui professor no Liceu da Horta e nunca lá pus os pés!"

Esta é uma preocupação que existe e já não é de agora, é de há muitos anos atrás.

Na generalidade das nossas escolas, e dos ainda nossos liceus, houve professores que preenchiam os quadros desses estabelecimentos e nunca sequer chegaram a saber onde é que eles ficavam situados.

Este diploma tem uma preocupação que é a de procurar que quem concorra para os Açores, venha trabalhar efectivamente para cá.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Há 15 mil candidatos para 500 vagas?!

O Orador: Sim, qual é o problema?!

O Sr. Deputado Eugénio Leal nunca viu no Jornal Oficial da RAA, 700 candidatos para um posto de trabalho na função pública?!

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Por isso é que eu não percebo essa preocupação toda!

O Orador: A nossa preocupação é que os outros professores, não tendo lugar no concurso do continente, concorram para a Região, mas nunca venham trabalhar para cá.

Sr. Deputado, ouça: a minha preocupação enquanto deputado do PS, é que existe uma enorme quantidade de vagas de quadros para estas escolas, preenchidas por professores que nunca vieram nem nunca quererão vir aos Açores. E este diploma diz que se ficarem efectivos nos Açores, têm que vir trabalhar para cá, sob pena de exoneração.

É que isto gera injustiças.

E digo-lhe mais: eu tenho recebido telefonemas também de diversos colegas do continente, que me dizem assim "ó Chico, eu vou ser obrigado a ir para os Açores?!".

E eu digo-lhes "ó companheiro, tu não concorreste para cá? De que é que estás à espera?!"

Mas, pelos menos durante 2 anos, ele tem que vir. Quando antes não era obrigado.

Há ainda outra questão que me preocupa bastante.

É que eu não defendo que as vagas dos Açores são para os açorianos. Eu defendo é que quem concorrer para os Açores, venha trabalhar para cá.

É só isto.

Trata-se de uma opção de vida. Ou seja, eu quero entrar, vou para os Açores, vou para lá trabalhar.

Também não é justo que tenhamos professores nossos cá a residir, que querem preencher essas vagas, e não conseguem porque elas estão ocupadas.

Posso dizer-vos que ainda hoje de manhã, recebi um telefonema para aqui desse tipo, a perguntar-me se era obrigado a vir para os Açores. E eu disse-lhe que sim, que era obrigado a vir 2 anos para cá.

Eu diria ainda bem que assim é.

Vamos à preferência conjugal.

Eu sou do tempo em que... até lhe digo de outra maneira, eu saí da freguesia de S. Sebastião para a freguesia da Maia, em S. Miguel, pela lei conjugal. Ou seja, àquela

vaga só podia concorrer um professor que fosse macho - porque a escola era masculina - e casado.

Felizmente, essa lei conjugal desapareceu. E há outra coisa que é a **preferência conjugal** e que também foi utilizada e que permitia que eu durante um ano, em vez de trabalhar na escola de que era titular, trabalhava noutra, que tinha que ser correspondente ao local de trabalho do cônjuge ou ao local de residência.

O que este diploma veio trazer, e na minha opinião bem, foi a possibilidade do professor que queira candidatar-se a um horário disponível noutra escola, o possa fazer, independentemente de ser casado ou não, masculino ou feminino, qualquer que seja o seu estado civil, ele é professor e pode concorrer e, independentemente de ter concorrido na 1ª ou na 2ª parte do concurso. Porque dantes, os outros diplomas não permitiam isso.

Portanto, julgo que perante isto, dá-se a possibilidade de toda a gente concorrer e a preferência conjugal passa a ser uma prioridade, porque o professor que quiser, por prioridade, ficar um ano noutra escola, poderá fazê-lo.

Penso que isto é benéfico para os próprios professores.

Quanto àquilo que disse a Srª. Deputada Ana Carolina, quando diz que o processo correu muito mal, eu devo-lhe dizer tão simplesmente isto: fui dirigente de um sindicato durante 25 anos e pela primeira vez, esse sindicato assinou um protocolo com o Governo, tendo sido o mesmo assinado pelos sindicatos que têm funções nesta Região. É óbvio que as ressalvas existem, mas quando se faz um acordo há sempre ressalvas de ambas as partes.

Há ainda outro aspecto que é o contrato plurianual.

Os contratos aqui não são plurianuais. A colocação é que é ou não por 3 anos, nem sequer há contratos plurianuais.

Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Quanto à informação dada à tal professora de que falava há pouco, eu devo-lhe dizer com toda a franqueza que a Prof. Maria José Azevedo, por uma informação deste género, estava colocada a 9 quilómetros de casa. E foi parar a 36, por causa de uma informação que foi dada por um dos tais funcionários.

Eu estou perfeitamente de acordo que todas as informações acerca das tais dúvidas que existem, sejam postas por escrito, porque amanhã, eu professor, tenho um papel que me diz "o senhor concorre e faz assim", logo, não posso ser excluído do concurso, porque tenho uma norma escrita que eu preenchi de acordo com o que me mandaram. Mas com aquela mesma norma que eu preenchi, a Maria José Azevedo foi parar a 36 quilómetros de casa.

Percebe o Sr. Deputado porque é que eu estou perfeitamente de acordo?

Eu acho que devem ser dadas respostas por escrito, porque pela primeira vez, o professor dos Fenais da Ajuda desloca-se 12 quilómetros e tem um fax à sua disposição para fazer as perguntas que quiser e obter as respostas. E há uns anitos atrás, ele tinha que se deslocar 50 quilómetros para ter um fax à sua disposição - esta é que é a grande diferença. Ou seja, o tal professor de que também falava o Sr. Deputado Paulo Valadão tem a informação no sítio onde entrega o concurso. A única excepção é feita para quem não está na Região, porque pode mandá-lo pelo correio. Mas quem está na Região entrega sempre na escola onde está colocado, ou na escola onde teve o último concurso. E, portanto, aí tem toda a informação fixa e segura.

Porém, em algumas circunstâncias, por mais informação que se tenha, houve que criar alguns mecanismos administrativos, para colmatar deficiências, pois podia dar-se o caso de uma colega que devia ter ficado colocada na Ribeirinha da Ribeira Grande ser colocada na Bretanha. E no ano seguinte, o Sr. Director Escolar, e bem, pô-la até na Fajã de Baixo, ao pé de casa, para as coisas ficarem calmas. E quando ela fez um novo concurso, partiu do sítio onde efectivamente devia ter ficado.

É para evitar situações destas que eu entendo que a informação deve ser por escrito para um lado e para o outro. Aí não haverá qualquer fuga.

Portanto, nesta perspectiva, eu entendo que a coisa está bem feita e protege o professor, bem como a administração.

Só para terminar, vamos aos problemas constitucionais. Como é que ficamos...?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos que a matéria está suficientemente clarificada.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Isso pensa o senhor. Mas não está fácil.

(Risos dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Penso eu e pensa o Deputado Fernando Menezes que esta matéria parece estar suficientemente e exaustivamente debatida.
Não posso deixar de relembrar a forma eficaz como a Deputada Ana Carolina revelou a maneira menos linear como toda esta matéria foi conduzida pela Secretaria Regional da tutela com episódios que revelam, e a gente sabe, que às vezes durante a semana trabalha-se pouco, mas pelo menos ao Sábado e ao Domingo há a garantia de que as grandes decisões, essas, são tomadas!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Talvez pela vantagem do Sr. Secretário não ter nenhum colaborador à sua volta, toma as boas decisões. Quando os tem, as coisas complicam-se. Mas pelo menos tem esse mérito.

(Risos dos deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

Quando está sozinho ao fim-de-semana, as coisas saem límpidas.
Quanto ao papel de que falaram, eu penso que o tenho aqui comigo, e que é do sindicato... do Governo.

(Risos dos deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Este veio da Câmara da Praia!
O Orador: Ah veio?!
Eu sei que as relações entre o Governo e a Câmara da Praia da Vitória não são exemplares.

De qualquer modo, essa nota enviada pelo Governo Regional, acho que é triste que num trabalho profícuo desenvolvido pelo Governo, com a participação dos sindicatos e com a unanimidade que **parecia** existir à volta dessas matérias até hoje, dá para ter uma ideia da complexidade e da falta de cuidado que eventualmente esteve envolvido em muitas das decisões. Mas vejamos o ambiente entre sindicatos - isso também nos tranquiliza.

"Convém salientar - diz aqui um dos sindicatos, o tal simpático para o Governo - que o acordo negocial que encerrou todo o processo de negociação do diploma de concursos, mereceu a concordância expressa pelas assinaturas dos seus responsáveis, de todos os sindicatos de professores existentes na Região, mesmo dos que agora se arvoram em "salvadores da classe".

Quer dizer, a própria classe - e quando falamos de sindicatos, sabemos que existe aquela noção de unidade - apresenta-se aqui com este grau de quezília. E depois alguém manda-nos aqui as assinaturas dos negociadores para os comprometer e eles, entretanto, dizem aquilo que a Srª. Deputada Ana Carolina acabou de ler.

Também queria felicitar o Sr. Deputado Paulo Valadão, por ter sido exaustivo e realmente trouxe aqui a pertinência de muitas questões.

Portanto, em resumo, o Partido Popular subscreve e é co-autor desta Resolução. Vai votá-la favoravelmente.

No entanto, antes de terminar, queria apenas chamar a atenção para duas ou três coisas.

O Sr. Deputado Francisco Sousa, com o conhecimento que tem da matéria, com a autoridade que todos lhe reconhecemos, faz algumas perguntas que, sob o nosso ponto de vista, têm respostas evidentes.

Quando o Sr. Deputado levanta a questão que aparentemente ninguém tinha ainda respondido, relacionada com a colocação plurianual, se é selectiva ou não, eu penso que basta pensar se a colocação plurianual gera ou não gera uma prioridade no sistema?

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Gera sim senhor!

O Orador: Isto são perguntas tipo 1º ciclo.

Se a colocação plurianual vai gerar uma prioridade no sistema, logo, vai ter interferência na selecção.

Isto é só para dizer que em poucas palavras, se quisermos, facilmente percebemos o texto e as questões que estão a ser colocadas. E isso é que está também gerando a reacção a que todos assistimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional:

Mais uma vez, eu quero aqui chamar a atenção de que o Partido Popular tem perfeita consciência da complexidade e da sensibilidade desta matéria.

Segunda questão: o Partido Popular subscreve as preocupações e afirmações feitas por parte do Sr. Secretário que, de resto, foram feitas ao longo destes últimos anos e merecem a nossa preocupação. Aqueles dados que ele aqui apresenta sobre a percentagem de ausências de professores que não põem o pé nos Açores, e que com isso entram no sistema, é preocupante para quem gere.

E da nossa parte, sabem que têm e terão a nossa sensibilidade para apoiar soluções legais, condicionais, equilibradas, para combater essas situações de aproveitamento ilegítimo, de abuso.

Porém, a questão é que eu sei que os senhores têm que ponderar, isto é, quem elabora. Mas consideremos a seguinte hipótese: a integração dos agentes por via do Artº 56º, passa também a integrar no sistema um grupo de professores que ao abrigo do actual sistema de colocação, estavam desempregados.

E agora, perante isto, confirme ou não o Sr. Secretário, que muita dessa gente (e alguns deles sem profissionalização inclusive), vai ficar ordenada segundo o actual diploma emanado do Governo Regional, à frente de professores que inclusivamente este ano estão no sistema, em função de optarem por 3 anos ou coisa do género.

Ora bem, quando o Sr. Deputado Francisco Sousa diz que estamos todos satisfeitos - e estamos! - com o facto de haver uma solução para aqueles 300 e tal que não conseguiam estabilidade no sistema e quando diz, e bem, que eles passam a ter direito ao seu trabalho e à estabilidade, isso é tudo muito bonito. Mas, e todos os outros que tinham legítima expectativa de ordenamento e que com a integração desse Artº 56º vão ficar abaixo deles na ordem?!

Há casos em que ficam e há casos em que não.

Eu não queria entrar por este caminho - quem sou eu para debater aqui em profundidade estas questões com os colegas que intervieram até agora e que são pessoas reconhecidamente aptas e com experiência na matéria - mas vou dar-lhe apenas este pequeno exemplo, embora não queira exceder a minha capacidade de participação ao nível do pormenor, mas Sr. Secretário e Srs. Deputados, os professores profissionalizados fazem normalmente o ano da profissionalização na área da respectiva universidade. E eu gostava de dizer aqui que existem muitos professores provenientes do continente, que estão prestando relevante serviço na Região, que se calhar vieram com a intenção de entrar no sistema, alguns casaram e ficaram, alguns já têm filhos aqui. E estou-me a referir à nova vaga que de há 5 ou 6 anos para cá, tem vindo a afluir ao sistema. Muitos deles, açorianos, formados em universidades do continente, fizeram o seu ano de estágio em escolas continentais. Estão há 3 anos nos Açores e só lhes contam 2, não lhes conta o ano que eles fizeram na escola da área da universidade X.

Portanto, eles aqui nos Açores, com 2 anos é que contam. E já não são abrangidos por determinados benefícios desta legislação, mas apenas os que têm 3 anos nos Açores.

Por conseguinte, quero com isto dizer que num sistema de vasos comunicados, e quando a oferta é limitada, ao pôr-se uns em cima, outros ficam em baixo. É apenas esta noção que queria deixar aqui.

Eu não duvido que o Governo tenha feito um esforço, bem como os sindicatos, para arranjarem um ponto de equilíbrio, mas já quando foi do problema daqueles professores que ficaram desocupados, sabe V. Exª. que os próprios sindicatos têm algum melindre para se envolverem nessas matérias, porque as direcções dos sindicatos, que eu saiba, representam todos os professores. E dentro de cada sindicato, há interesses contraditórios, porque o que é bom para uns é mau para outros.

Portanto, inclusivamente, às vezes os próprios sindicatos não dão tanto a cara, como alguns professores gostariam, porque na sua estratégia, também têm em conta a própria auto-protecção.

Por isso, essas questões da concordância dos sindicatos, muitas vezes deixa de fora determinadas situações que, ao olhos de algumas pessoas, são perfeitamente injustas.

Portanto, há aqui nesta Resolução alguma recomendação que, na óptica de algumas pessoas, pode ser considerada como inócua, mas não deixa de ser positivo dar aqui essa força a que haja diálogo e que o Sr. Secretário e a sua Secretaria envidem os seus esforços, no sentido de pôr termo a injustiças e acautelar ilegalidades decorrentes da aplicação do diploma.

Em conclusão, parece-me que se a intenção do Governo, à partida, é positiva e foi de integrar o Artº 56º, então que se tenha também em conta que com essas boas intenções, não se esteja a criar um conjunto de injustiças, em determinados grupos de professores, que tinham legitimidades antes da saída deste regulamento e que agora "foram por água abaixo". E vão dizer que não se pode agradar a todos, pois não. Mas, o que está aqui a ser objecto de juízo são opções. E, nessa matéria, talvez o Governo tenha tomado algumas que criaram certas vítimas e algumas injustiças, por isso elas estão reagindo. E é natural os deputados trazerem a esta Casa essas reacções e eu acho que depois do que se passou aqui, o Governo também tem que reconhecer que deve repensar algumas das situações que foram criadas com este diploma. Aliás, o Sr. Secretário referiu há pouco uma questão que revela esse grau de consciência. Ele tem, inclusivamente, uma intenção de diálogo permanente com os representantes dos docentes, para avaliar este concurso entre outras coisas.

Ora bem, o meu único receio é que essas avaliações "à posteriori", muitas vezes, chegam tarde. Ou seja, quanto mais cedo se detectarem as situações, melhor se impede que haja vítimas no sistema, porque como é sabido, hoje, são muitos os candidatos às poucas vagas e quem estiver no sistema, depois não quererá sair dele.

Por isso, muitos professores que tinham os seus cursos, a sua profissionalização, que tinham tido a sorte de estarem preparados para entrar no sistema, agora estão muito apreensivos, porque outros que não têm a profissionalização, só puseram os anos de aulas e estavam desempregados, vão-lhes passar à frente - é tão claro como isto.

Por isso, é preciso ter uma resposta para isso, porque amanhã eu não quero que estejamos aqui todos a dizer " a gente meteu 300 dentro que estavam desempregados e não profissionalizados", e depois aparecem aqui 200 que estão profissionalizados e com os seus cursos para entrar e o que é que nós vamos fazer a eles?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas das questões que foram aqui lançadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, são extremamente importantes, nomeadamente a questão da justiça no acesso ao concurso é uma das questões fundamentais e foi uma das que mais tempo e esforço ocupou nas negociações que levaram à feitura deste diploma.

Isto, porque por um lado, há algumas questões que não são conforme o Sr. Deputado disse e eu gostava de esclarecer isso.

Um professor não profissionalizado, nunca ultrapassa um que é profissionalizado. Ou seja, não há nunca o risco de um professor profissionalizado, dentro do mesmo quadro, ficar à frente do outro.

Deputado Alvarino Pinheiro*(PP):* Se concorrer por 3 anos, Sr. Secretário?!

O Orador: Os professores profissionalizados são sempre graduados à frente dos não profissionalizados. O concurso é feito como se fossem dois concursos em paralelo, primeiro os profissionalizados e depois os não profissionalizados.

Mas a questão fundamental em termos de injustiça, foi aquela que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro referiu. Aí sim, há problemas muito complicados. Ou seja, os professores que agora entraram para o quadro, mesmo os não profissionalizados, vão concorrer no concurso interno, que é feito antes do concurso externo, o que quer dizer que esses professores, efectivamente, passaram à frente dos professores profissionalizados que não estão no quadro. Aí sim, isso acontece.

A injustiça que existe - injustiça entre aspas - será nessa área, isto é, na área daqueles 340 que entraram, em que alguns deles são professores não profissionalizados, são professores com habilitação própria mas não profissionalizados, que agora vão concorrer num concurso interno, enquanto que um professor que se licenciou no ano passado ou no ano anterior, não vai poder concorrer no concurso interno, porque não é funcionário, logo vai ter que concorrer no concurso externo.

Portanto, vai apenas ocupar as vagas remanescentes. Mas este equilíbrio, foi o possível, para resolver as questões do passado.

Esta foi uma questão negociada e teve que ser assim, porque por mais voltas que se desse à cabeça, não era possível considerar as duas coisas. Ou seja, uma das razões que levou a que nós não incluíssemos no processo de regularização os professores com 1 ou 2 anos - porque até para o sistema era vantajoso - foi exactamente para se atingir o ponto de equilíbrio, para não prejudicar demasiado os outros. Teve que se criar uma estrutura que foi o meio caminho possível, foi o equilíbrio possível, entre fazer justiça a quem já tinha, nalguns casos, 10 anos de serviço, e que tinha direito a entrar para o quadro, e também deixar abertura para os jovens licenciados que são professores profissionalizados prontos a entrar no sistema, para também não lhe "cortar as pernas" de vez.

Por isso, arranjou-se este equilíbrio. Porque se nós tivéssemos extinguido esta medida para os 2 anos, em vez de 340 teríamos talvez mil, porque isto cresce exponencialmente. Ou seja, houve aqui um equilíbrio em que se meteram alguns que efectivamente vão ficar à frente dos outros, porque vão concorrer no concurso interno e não no concurso externo, mas criou-se um limite que vai permitir que alguns outros entrem. É, portanto, um equilíbrio possível entre dois interesses antagónicos que, de forma alguma, são conciliáveis, porque quando metemos um não metemos o outro.

Então, arranjou-se um equilíbrio a meio caminho, isto é, entraram 340 daqueles, uma boa parte dos que entraram são professores profissionalizados e portanto não interessam para esta discussão, são cerca de 87 ou 90 - eu agora não tenho o número certo aqui - não profissionalizados que passaram à frente dos seus pares. Esses passaram à frente e são cerca de uma centena. Mas foi o equilíbrio possível, porque de outra forma não era possível fazer justiça a um grupo e fazer justiça a outro. Assim, criou-se condições que satisfazem, parcialmente, os interesses de quem estava no sistema há mais tempo e deixou-se espaço para quem é novo poder entrar.

Esta é também uma questão de natureza transitória, obviamente, porque nos próximos anos tudo isto vai-se diluir e desaparecer. Há agora apenas um pico que vai afectar durante 1 ou 2 anos o sistema. Depois isto desaparecerá, mas também se deu uma vantagem aos professores profissionalizados. É que, a partir de agora, só vão entrar nos quadros da Região Autónoma dos Açores, professores profissionalizados.

Foi a última vez que entraram professores não profissionalizados, o que quer dizer que agora todas as vagas que forem surgindo na nossa Região Autónoma dos Açores, são para quem se preparou para ser professor. Para esse grupo que agora está ligeiramente prejudicado por esta entrada. Ou seja, há aqui benefícios e vantagens. E foi nesse equilíbrio de benefícios e vantagens que se fez este acordo. Não era possível conciliar estes dois interesses, sem ser desta forma.

Por isso, o Sr. Deputado tem razão quando foca esse problema, porque é efectivamente assim, mas foi a melhor forma possível de conciliar esses dois interesses que eram absolutamente antagónicos, isto é, quando entrava um não entrava o outro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar dois ou três esclarecimentos.

O primeiro é que o ano de estágio integrado, não conta para efeitos de concurso para nenhum professor.

O exemplo que naturalmente está a dar é de um colega que faz na Madeira a profissionalização. Ele só pode fazê-la se já tiver, no mínimo, 4 anos de serviço.

E o que é que acontece se esse colega quiser concorrer para os Açores?

Ele já faz parte de um quadro de escola e entra por concurso interno, não entra por concurso externo. Portanto, aí penso que esse colega em causa não fica prejudicado.

Quem é que fica prejudicado?

São os jovens com 2 anos, que podem já ter 3 anos de aulas, mas o primeiro foi de estágio e este faz parte da própria licenciatura e não conta para efeitos de concurso.

Outra informação que eu queria dar é que estes colegas que entram, eu já percebi onde é que está a injustiça na Resolução, mas ela é muito relativa, porque os professores que vão ser integrados por esta norma, não profissionalizados, o grosso deles, está já dispensado da profissionalização, porque é um diploma - e esta é outra discussão que se teve durante anos e que se continua a ter - que levanta outra questão,

isto é, saber se 5, 6 ou 7 anos de serviço, equivalem ou não ao tal ano que se faz de estágio na escola durante a licenciatura, via ensino?

E chegou-se à conclusão que 6 anos de serviço, sem estágio, corresponderão ao estágio que é feito na licenciatura integrada.

Portanto, esta é uma discussão que está mais ou menos feita, mas há quem defenda que devem ser muitos mais anos e há quem diga que devem ser menos, a prática para equivaler ao estágio integrado de 1 ano que não conta.

A outra questão que eu queria referir, é que esses professores são praticamente quase todos licenciados.

Presidente: Terminado o debate, vou submeter esta Proposta de Resolução à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 20 votos contra do PS.

Presidente: Srs. Deputados, antes de dar por concluídos os nossos trabalhos, queria pôr à votação a Proposta de Resolução da Mesa da ALRA, "declarando findo o Período Legislativo de Fevereiro".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Boa noite e boa viagem de regresso a casa.

(Eram 20 horas e 50 minutos)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Partido Social Democrata (PSD)

Ana Carolina Gomes da **Silva**

Deputados que faltaram à Sessão:

José Humberto de Medeiros **Chaves**

Partido Social Democrata (PSD)

José Maria **Bairos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa)**

DOCUMENTO ENTRADO

Proposta de Resolução sobre "Concurso de Pessoal Docente da Edcuação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário".

A Redactora Principal: Ana Paula Garcia de Lemos